



LER, DESANT'ANNAT, DELGADO

DIÁLOGOS ABERTOS 5

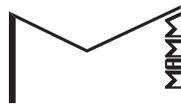
JOSÉ ALBERTO PINHO NEVES
COORDENAÇÃO



DIÁLOGOS ABERTOS

DIÁLOGOS ABERTOS

COORDENAÇÃO
José Alberto Pinho Neves



Juiz de Fora
UFJF/MAMM
2016

© by Museu de Arte Murilo Mendes, 2016.

Universidade Federal de Juiz de Fora

Marcus Vinicius David

Reitor

Girleene Alves da Silva

Vice-reitora

Valéria de Faria Cristofaro

Pró-reitora de Cultura

José Alberto Pinho Neves

Diretor MAMM

Comissão Editorial MAMM

Edimilson de Almeida Pereira, Dmitri Cerboncini Fernandes, Moema Rodrigues Brandão Mendes, Ricardo Cristofaro

Diálogos Abertos

Coordenação, José Alberto Pinho Neves. *Edição*, Katia Dias. *Projeto gráfico, capa e diagramação*, Nathália Duque. *Revisão de texto*, Ronald Polito. *Fotografia*, Alexandre Dornelas. *Ficha catalográfica*, Ailcto Mendes Novaes.

Diálogos Abertos / José Alberto Pinho Neves (Coordenador). – Juiz de Fora : UFJF/MAMM, 2016.

168 p. – (Diálogos abertos, 5)

ISBN 978-85-62136-34-4

1. Arte e literatura - Entrevistas. 2. Literatura – História e crítica. I. Neves, José Alberto Pinho.

CDU : 7:82(079.5)

[2016]

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

PRÓ-REITORIA DE CULTURA

MUSEU DE ARTE MURILO MENDES

Rua Benjamin Constant, 790, CEP. 36015-400, Juiz de Fora, Minas Gerais

Tel: (32) 3229-7652 | www.museudeartemurilomendes.com.br

Sumário

APRESENTAÇÃO	7
<i>(Espelhos para o amanhã)</i>	
AFFONSO ROMANO DE SANT'ANNA	12
<i>(Percepções de metamorfoses)</i>	
JOSÉ SETTE	42
<i>(A minha relação é com a arte pura)</i>	
LEDA NAGLE	68
<i>(A reinvenção da mineiridade)</i>	
MARIA DE LOURDES ABREU DE OLIVEIRA	98
<i>(A educação como redenção)</i>	
TARCÍSIO DELGADO	128
<i>(O dever acima do poder)</i>	

Alice: Quanto tempo dura o eterno?
Coelho: Às vezes, apenas um segundo.
Lewis Carroll

Se o escritor britânico Lewis Carroll conseguiu, através de seus personagens, vislumbrar a eternidade na efemeridade de um segundo, o que não dizer daqueles homens e mulheres que conseguiram marcar sua história com uma obra palpável aos olhos implacáveis do tempo? Esse é o caso dos convidados do projeto *Diálogos Abertos*, que, com seus testemunhos, se fazem imortais pelo efeito de suas ações e pelos exemplos que demarcam o território da memória reconstituída.

O conhecimento do passado nos proporciona agir com a consciência de que é possível vislumbrar o futuro, espreitando as possibilidades de progresso intelectual e físico nas cidades e nos homens. Os testemunhos registrados pela Universidade Federal de Juiz de Fora, neste projeto, nos mostram que as memórias, esses fragmentos de fatos que não se repetem, se tornam insubstituíveis para o que diz respeito à aprendizagem e, por conseguinte, à projeção de um tempo que não sequencie os erros pretéritos.

Caráter, coragem e determinação, além de talento pessoal, talvez sejam as virtudes que nossos convidados demonstraram ao longo de suas trajetórias, proporcionando o exemplo que as novas gerações irão buscar para sedimentar sua própria história. O armazenamento e a transmissão ampla e imparcial desse conhecimento são o propósito desses registros que se encontram não apenas em vídeos, mas em livros, agora disponíveis também em versões digitais, com acesso on-line.

Este quinto volume traz Affonso Romano de Sant'Anna, Leda Nagle, José Sette, Maria de Lourdes Abreu de Oliveira e Tarcísio Delgado. Jornalismo, literatura, cinema, educação e vida pública são referendados em entrevistas que elucidam momentos e ações que constituíram o caminho de cada um. Longe de ser uma memória domes-

ticada, como sugeriria o antropólogo britânico Jack Goody, o atual trabalho se configura na expressão única e espontânea daquilo que definiu a história dessas personalidades.

A trajetória de Affonso Romano de Sant'Anna fala por si, mas é impossível não ressaltar o pensamento afinado com o real, com marcações de uma poética própria. Atento às transformações no Brasil e no mundo, identifica uma metamorfose acelerada no social, na ética, na estética e na ecologia, se aproximando um pouco da filosofia do alemão Arthur Schopenhauer ao declarar: “Estou muito feliz de ir embora, porque não sei o que vem por aí”. Talvez por isso, sua proposta de trabalhar a utopia ao invés de ser trabalhado por ela.

Leda Nagle, senhora da palavra escrita e da oralidade, deixa fluir suas ideias, ressaltando o sonho de realizar um programa que coloque, face a face, personalidades improváveis de se encontrarem. Ela alerta que o Brasil precisa de educação, em todos os sentidos, e que a televisão não pode se furtar ao papel de educadora: “Ainda não chegamos nem perto disso, mas um dia vamos chegar. Gosto de pensar em uma TV comprometida, não com política, mas com valores, com histórias, com boas ideias e com custo baixo”.

Visceral em suas opiniões, assim como em sua arte, José Sette fala da necessidade de encontrar uma linguagem brasileira, daí seu experimentalismo até chegar ao que define como sua invenção cinematográfica. “Faço, como os modernistas fizeram, em 1920, na poesia, na literatura, nas artes, buscando a língua brasileira, o que estava oculto, o que estava escondido neste país”, conta, observando que esse tem sido um árduo trabalho, que esbarra na falta de reconhecimento e respaldo financeiro.

Do alto de mais de meio século dedicado ao magistério, Maria de Lourdes Abreu de Oliveira cunhou uma obra que é a voz de Minas em convivência com os ecos de sua formação. Singular contadora de histórias, alia realidade e ficção em seus livros, criando personagens a partir da reflexão das inúmeras possibilidades que surgem das relações humanas. Ao longo do caminho, Luís de Camões, Eça de Queiroz e Fernando Pessoa foram companheiros essenciais alimentando seus voos criativos.

Tarcísio Delgado é daqueles homens que acreditam que o dever deve estar acima do poder e que a coerência é fundamental em todas

as áreas, devendo prevalecer, sobretudo, na vida pública. Ao mesmo tempo temido e respeitado, conquistou a admiração de figuras lendárias como Ulysses Guimarães. Preocupado, diz que o uso do poder econômico nas eleições é um grave problema: “Quanto mais leis são feitas proibindo, mais violento vem o poder econômico. E vem por meios incontroláveis”.

9

Katia Dias



AFFONSO ROMANO

Affonso Romano de Sant'Anna nasceu em Belo Horizonte, no dia 27 de março de 1937, filho do capitão da Polícia Militar Jorge Firmino de Sant'Anna e de Maria Romano de Sant'Anna. Criado em Juiz de Fora, teve uma infância simples, trabalhando desde cedo para custear os estudos, iniciados no Granbery. Entre um e outro serviço, se encanta pelo ofício de baleiro, que exerce no Cine Palace, embora sonhasse com o Cine-Theatro Central. Sua paixão pelos livros o leva à biblioteca do Serviço Social da Indústria (Sesi), onde vê crescer seu interesse pela escrita. Por influência dos pais protestantes, é criado para ser pastor e, aos 17 anos, sai em pregações que o colocam face a face com o drama dos desfavorecidos, experiência refletida em seu estilo literário de forte cunho social. Ainda em Juiz de Fora, trabalha na redação dos extintos jornais *Gazeta Comercial* e *Diário Mercantil*, fundando, à época, o Centro de Estudos Cinematográficos.

Em Belo Horizonte, cursa a Faculdade de Letras, integrando, em 1957, o Madrigal Renascentista de Isaac Karabtchevsky. Em diferentes momentos a partir dos anos 1960, vive nos Estados Unidos, onde se aprimora e ensina Literatura Brasileira. França, Portugal, Alemanha e Dinamarca, entre outros países, também recebem sua *expertise*. Na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), termina seu doutorado em 1969, apresentando a tese que resulta no livro *Drummond, o gauche no tempo*, publicado em 1972, alvo de quatro das maiores premiações literárias brasileiras. O próprio Carlos Drummond de Andrade, ao ler o trabalho, lhe diz: “Você me desparafusou todo”.

Já no Rio de Janeiro, casa-se, em 1971, com a jornalista Marina Colasanti, com quem tem as filhas Fabiana e Alessandra. Formador de opinião, participa de vários movimentos sociais, publica mais de 40 livros, leciona nas mais prestigiadas universidades brasileiras e internacionais, escreve em jornais brasileiros como *O Globo*, *O Estado de Minas* e *Correio Braziliense*. Em 1984, assume a coluna antes assinada por Drummond no *Jornal do Brasil*, sendo apontado pelo crítico Wilson Martins como o sucessor do grande poeta. Em 1990, assume a Fundação Biblioteca Nacional como presidente até 1996, deixando um legado de importantes ações, entre elas o Sistema Nacional de Bibliotecas e o Proler.

Darlan Lula. Poderia nos contar sobre seu tempo em Juiz de Fora e o que a cidade representa para você?

Affonso Romano de Sant'Anna. Tenho certeza que, conversando com vocês, vou acabar descobrindo uma série de coisas sobre mim, sobre Juiz de Fora e sobre a vida em geral, porque essa é a função do diálogo. Vinha do Rio de Janeiro para cá de carro, enquanto passava em minha cabeça o filme da minha vida durante os 18 anos que vivi em Juiz de Fora, dos 2 até os 20 anos de idade. É um filme maior que *E o vento levou*, é um longa-metragem que aumenta quanto mais o tempo passa. Ainda hoje, publiquei no *facebook* — porque quem não tem *facebook* não pode ir à rua, não pode conversar com ninguém — um poema com considerações sobre a minha infância e, evidentemente, sobre o período em que vivi aqui. E as pessoas tiveram uma reação muito bonita a esse texto, uma vez que aquela infância que estava ali não era só a minha, mas a de muitos. A literatura e a poesia transmitem a lembrança de uma maneira mais universal.

Bom, Juiz de Fora é fundamental para mim. Foi aqui que, de alguma maneira, nasci; não nasci biologicamente, porque minha família veio de Belo Horizonte. Minha mãe convenceu meu pai de que tínhamos que mudar a família toda para Juiz de Fora. Éramos seis irmãos, eu era o mais novo e ela havia nascido em Juiz de Fora, filha de imigrantes italianos que chegaram aqui em 1888. Minha mãe nasceu em 1889, e trabalhou como operária da fábrica Bernardo Mascarenhas. Meu avô tinha padaria, cuidava de horta, aquela coisa que italiano típico fazia. E a minha mãe convenceu meu pai a vir, porque achava fundamental que os filhos estudassem no Granbery. Bom, viemos. Se eu continuar aqui, vou falar a noite inteira só sobre os primeiros cinco, seis anos em Juiz de Fora.

Mas a sua pergunta é sobre em que sentido Juiz de Fora é fundamental para mim. É fundamental, porque aqui tive as primeiras fantasias, as primeiras tentativas literárias, a primeira visão do que poderia ser o mundo, o grande mundo, como dizia Carlos Drummond de Andrade. Os primeiros ensaios escritos na *Gazeta*, no *Diário Mercantil*, e a formação de uns grupos juvenis muito utópicos. Tem um grupo que montamos aqui, ainda adolescentes, chamado Pentágono 56, uma coisa bem geométrica, bem modernista. Pentágono porque éramos cinco pessoas, cinco poetas. Lançamos manifesto, é claro. Você começa na literatura,

tem que dizer a que veio. Esse Pentágono foi muito importante para a convivência com Adolfo Mariano da Costa, Marcel Brasil Capeberibe, J. Santos [José] e Hélio Fernandes de Almeida. Não tinha aqui essa multiplicidade de poetas que existe hoje, quando você pode encontrar pelo menos uns 20 de primeira categoria. Fizemos aquele grupo com os poetas então existentes na Zona da Mata.

Em Juiz de Fora, participei de um grupo de teatro, no Granbery, em que Carlos Martins era o diretor. Também ajudei a fundar o Centro de Estudos Cinematográficos, uma coisa realmente juvenil e ousada para um menino de 18 anos, morando em uma cidade de 100 mil habitantes, que não tinha uma boa livraria. Havia uma papelaria/livraria, a Oliveira, e depois veio a Zappa. Conseguir livros era uma dificuldade. Lembro que, na ausência de livros, inventei de fazer um: pegava uma folha de papel e recortava de jornais e revistas os poemas e os textos que eu achava que podia colar para ter algo para ler com alguma qualidade. Esse Centro de Estudos Cinematográficos foi criado por mim e pelo Luís Afonso Pereira Pedreira, uma bela companhia, que já se foi. Comecei a fazer crítica de cinema, e eu, que não entendia nada de cinema, tive que ler tudo sobre o assunto para ter uma noção.

Ousar certas coisas é típico do meu temperamento, é um dos meus “defeitos” básicos. Convenci a direção do *Diário Mercantil* que seria interessante fazer uma sessão diária chamada “Resumo”, na qual eu daria opinião sobre tudo. Uma irresponsabilidade juvenil notável. E o jornal tolerou essa sessão durante o tempo que aqui vivi e isso me obrigava a estudar mais cinema, música, literatura, teatro, o que me levava a ver as apresentações de companhias que vinham do Rio de Janeiro. Uma das coisas mais bonitas da minha época foi ter assistido os ensaios de ópera dos artistas vindos do Theatro Municipal do Rio de Janeiro, como o barítono Lourival Braga, o tenor Assis Pacheco e a soprano Lia Salgado, que eram os maiores da época. Assisti, no Cine-Theatro Central, vários ensaios de grandes óperas, porque não tinha dinheiro para os ingressos dos espetáculos.

Uma das coisas mais típicas desse desespero em me situar, desse empenho de querer encontrar a cultura de Juiz de Fora foi quando procurei o nosso Arthur Arcuri, uma referência intelectual notável na cidade,

e eu, com os meus 18 anos, queria saber o que podíamos fazer para criar uma cultura artística em Juiz de Fora. Eu mal sabia o que era cultura, estava tentando entender o que era, mas tinha a intuição de que podia ser importante ter em Juiz de Fora aquilo que havia em São Paulo e no Rio de Janeiro. Era um grupo de pessoas que se juntavam para concertos com grandes pianistas, grandes compositores, grandes artistas. Foi quando Arthur Arcuri me disse que Juiz de Fora, infelizmente, não tinha sequer um bom piano. Íamos fazer um concerto e me dei conta que era necessário um bom piano antes de ter essa cultura artística que eu almejava. E isso conta, assim, introdutoriamente, como forma de expressar o meu esforço em querer, dentro da cidade, me situar em relação à cultura local. Aqui era, como eu disse, uma cidade de 100 mil habitantes com uma série de limitações.

Jorge Sanglard. Um dos seus sonhos de menino era ser baleiro no Cine-Theatro Central. Era algo que muita gente queria, porque o teatro tinha um peso muito grande na formação cultural da cidade. Você me contou que trabalhou como baleiro no Granbery, com os amigos, e, na verdade, nunca ganhava nada, porque os meninos pediam o troco.

Affonso Romano de Sant’Anna. Um troco sem pagar, uma experiência cinematográfica, econômica e humana, principalmente. Comecei como baleiro no Cine São Mateus. Devia ter 13 ou 14 anos. Meu pai era um senhor que agendava garotos para vender bala no cinema. Você chegava com duas caixas, com latas cheias de bala, caramelo, bombom, e colocava naquela cesta e saía vendendo. E eu era tão acanhado para vender que às vezes via os outros baleiros falando com ênfase: “Baleiro!”, “Drops!”, “Caramelo!” e eu dizia isso com a maior timidez, porque não queria que ninguém descobrisse que estava vendendo bala; era o “anti-baleiro”. Fiquei ali algum tempo, não durei muitos dias, mas meu sonho era ser baleiro no Central, que era o ápice da carreira, era algo como cantar no Metropolitan ou ganhar o prêmio Nobel. Tinha colegas baleiros no cinema Glória e no Central. Minha carreira foi interrompida por razões religiosas. Minha mãe protestante, como meu pai, decidiu: “Não, um metodista não pode vender nada aos domingos”. E esse era o dia que se vendia mais; então, minha carreira como baleiro terminou aí — e tudo que eu fazia naquela época era para chegar a ser baleiro do Central.

Jorge Sanglard. A sua formação no Granbery o levaria a ser pastor. Você até fez pregações pelas redondezas. Como foi isso na sua vida até chegar à decisão de ir para Belo Horizonte?

Affonso Romano de Sant’Anna. Nesta sala, nesta entrevista, tem alguém que é protestante? Presbiteriano, metodista, batista? A igreja mudou muito. A igreja do meu tempo era diferente, hoje é mais ligada ao mercado, ao negócio; naquele tempo era mais idealista. Antigamente, havia um costume nas famílias: geralmente, o filho menor servia a Deus, era uma tradição. Escolhiam o filho mais velho para ser o herdeiro, o segundo para ser advogado, para gerenciar as coisas, e o último para ser pastor, padre. E eu já tinha dois tios pastores, tio Lemos e tio Affonso, este reitor da Faculdade de Teologia em São Paulo. Cresci nessa atmosfera, que por um lado era muito positiva, com a questão ética dos protestantes me marcando a vida inteira. Então, cresci com essa ideia de que ia ser pastor sem entender exatamente o que seria aquilo. Lembro até que, por volta dos sete anos, eu estava no barbeiro, na rua Espírito Santo, e ele, de farra, disse assim: “Eu vou fazer uma coroinha na sua cabeça, já que você vai ser sacerdote”. Saí correndo, em pânico diante daquela ameaça.

Claro que, ao chegar na adolescência, como acontece com algumas pessoas, você começa a ler e a questionar uma série de coisas. Lembro que estava em Juiz de Fora e comecei a ler Bertrand Russell, autor de *Por que não sou cristão* e *Ensaio céltico*, que eu lia tentando entender. E, nesse momento de descobertas, li também *O drama de Jean Barois*, de Roger Martin Du Gard, que ninguém lê mais, mas deveriam — e *Jean-Christophe*, de Romain Rolland, com cinco volumes relativos à formação. O jovem, como não sabe ainda o que é a vida, precisa da literatura e da arte como referencial de presente/futuro para entender o “vir a ser”. Esses livros me ensinaram muita coisa e acabei me afastando de alguma maneira da igreja, sem perder, é claro, o respeito, a relação que tenho com várias pessoas que lá estão.

Marisa Timponi. Hoje, na casa de Murilo Mendes, é importante lembrar de sua contribuição para o estudo sobre o poeta. Como se deu esse contato?

Affonso Romano de Sant’Anna. Primeiro, vou dizer que, quando vi Leila Barbosa lá fora e encontrei com Marisa, percebi que estava em casa, entre amigos. Os alunos são uma preciosidade e todos aqui têm histórias dos alunos, algumas até curiosas. Estou lembrando que eu ia andando em Ipanema há uns 15 anos, e de repente vejo uma aluna vindo na minha direção. Eu não sabia exatamente o nome dela — geralmente a gente esquece — e ela veio: “Professor, que bom encontrá-lo. Que coincidência, essa semana mexi numa série de coisas que eu tinha lá em casa, dos cursos que tive com você anos atrás”, e tinha lá umas anotações de uma aula que o professor deu. Aí ela me narrou que eu estava no meio de uma aula sobre Drummond, em uma parte metafísica um pouco complicada, do ser para a morte. E, de repente, percebi que os alunos estavam meio ausentes; então, parei a aula e disse: “Ditado! Escrevam: eu, Maria, Lúcia, Carlos, Guilherme, quero confessar que sou muito jovem para ouvir os formidáveis conhecimentos que meu amado mestre está tentando me imprimir. Espero que, quando me casar, divorciar, fizer análise, for aos Estados Unidos, à Europa, voltar, tiver filhos, ao reler esses textos me darei conta daquilo que ele tentava me explicar em vão”. E essa aluna me disse: “Aí é que eu fui ler aquele caderno e entendi tudo”. Então o magistério é um negócio mágico. Leila e Marisa têm essa experiência.

Dizia Rolland Barthes que “há uma época em que você ensina o que sabe e há uma época em que você ensina o que não sabe. E quando você ensina o que não sabe é que os alunos gostam, porque você está aprendendo junto com eles em uma aventura do espírito. É uma descoberta”. Nesse sentido, dar aula foi um diálogo muito precioso, para o qual a PUC [Pontifícia Universidade Católica] exerceu um papel muito interessante. O brasileiro dos anos 1970, a crítica, a história da literatura passam pela PUC do Rio de Janeiro. Conseguimos criar, lá, uma pós-graduação e colocamos uma meia dúzia de professores que estavam querendo reformular o conceito de literatura, de texto, de história, e fizemos uma coisa muito importante na crítica da história literária, que foram quatro encontros nacionais de professores e críticos nacionais. Isso durante a ditadura militar, quando não se podia fazer nada e o simples fato de juntar pessoas

já era uma ameaça ao regime. Como diretor do departamento, eu entendia que não bastava uma reunião para discutir teoria, tinha que discutir a situação da inteligência brasileira. Com isso, lá apareceram Antonio Candido, José Castello, alunos do Rio Grande do Sul, da Bahia, pessoas do país inteiro, inclusive os meus colegas de geração, que, hoje, já legaram os seus substitutos, até netos nas diversas cadeiras. Esses textos foram registrados em cadernos da PUC e são uma espécie de laboratório do que estava acontecendo com a literatura brasileira naquele momento.

Mas vamos a Murilo Mendes. Conheci Murilo Mendes, minha gente. Já estou naquela idade quando você diz: “Conheci Murilo, conheci Tomé de Sousa, conheci Pedro Vaz de Caminha”. Eu o conheci em Roma, no famoso apartamento com as paredes cheias desses quadros que hoje estão aqui no Mamm. Ele recebia as pessoas de modo muito fraterno, muito amigo, e eu, menino que tinha vindo dos Estados Unidos passando por Roma, bati na porta para conhecê-lo. Depois estive com ele no Rio. E outra coisa invejável — vocês podem ter inveja de mim, é saudável —: ele jantou na minha casa. Murilo Mendes jantou lá em casa. Quando marquei esse jantar, avisei ao Fernando Sabino, ao Otto Lara Resende, que acabou dizendo: “Você precisa convidar o Hélio também, senão ele vai ficar triste”. Convidei os três mineiros. O Paulo Mendes Campos era sempre uma pessoa mais ausente, então não foi. E tivemos um jantar com Murilo.

Jorge Sanglard. Só para ficar registrado, o Hélio era o Hélio Pellegrino. **Affonso Romano de Sant’Anna.** Isso. Aliás, ele esteve em Juiz de Fora comigo nos anos 1980 para um debate na fábrica Bernardo Mascarenhas. Uma bela figura. E ainda sobre o jantar com Murilo, foi maravilhoso, fiz soar a noite inteira Wolfgang Amadeus Mozart, que ele adorava. E Murilo, com aquele jeito fraterno, reagindo amorosamente com todos. Então, essa antologia é uma tentativa de resgate do poeta, porque, mesmo hoje, é difícil achar as obras dele. Vocês sabem que atravessamos um período complicado da vida editorial brasileira. Publiquei um texto intitulado “O leitor, cadê o leitor?”, que foi postado em vários sites e publicado em diversos lugares, como o jornal literário *Rascunho*,

que é feito em Curitiba e tem uma assinatura bastante acessível. Esse é um jornal que quem gosta de literatura tem que ler e assinar. No texto, analisei essa questão editorial, onde o mercado, o dinheiro, está sendo mais importante do que a qualidade. Murilo não é um autor vendável, nesse conceito que autopredomina cada vez mais nas nossas editoras, razão pela qual, hoje em dia, qualquer estudante de universidade sabe que, quando você quer um livro, não vai buscar na livraria e sim na Estante Virtual, que é o site dos sebos do Brasil. Então, o que há no mercado é o *best-seller* e o chamado *fast reading*, que você lê e joga fora. Nesse quadro, Murilo Mendes e outros autores se destacam, mas não são encontrados facilmente.

Fernando Fiorese. Em um prefácio que você escreve em uma das coletâneas de crônicas de Rubem Braga, você se refere ao fato de utilizar “O mistério da poesia” com os seus alunos para dar as primeiras aulas. Gostaria de recuperar um pouco a memória dos 18 anos em Juiz de Fora, porque deve ter sido esse o período da descoberta do mistério como leitor e como criador.

Affonso Romano de Sant’Anna. Primeiro, uma referência: o Fábio [Fernando Fiorese] é uma amizade dos anos 1970, quando ele participava da direção dessa coligação histórica em Juiz de Fora, que é o *Abre Alas*. Estive aqui em um congresso naquele tempo. Você conseguiu reunir em Juiz de Fora praticamente todos os poetas brasileiros, foi uma loucura, trouxe todos eles para cá, para várias sessões de poesia e leitura. Esse texto do Rubem Braga é uma das publicações fundamentais em história da poesia brasileira, que uso até hoje. Rubem Braga tinha aquele jeito de falar com muita simplicidade, era o encanto dele; onde os outros complicavam, ele botava o substantivo, os adjetivos, o sujeito, o predicado, o verbo, e acabou. Nessa crônica, ele conta uma coisa muito simples: sempre que estava muito triste, vinha à sua mente um verso de um poeta que ele dizia que era peruano, e não era, era colombiano, Aurélio Arturo, que começava assim “*Era bueno trabajar en el sur, hacer canoas...*”. Porque esse verso ficava na cabeça dele, ele questionava: “*Era bueno trabajar?* Trabalhar não é bom. E ele nunca fez canoas. O que era isso de fazer canoas?”. Então, ele começa a amenizar o mistério desse verso: havia uma melodia, uma maneira de organizar as palavras que era

própria. Ele tentou inverter a ordem das palavras e a frase ficava menos interessante. Então, ele percebeu que o texto poético tem um mistério que é realmente insondável.

Isso tem a ver com a questão da poesia. Aliás, o próprio Rubem Braga tem uma questão curiosa e sou de opinião que a prosa dele, a crônica dele resulta melhor como poesia do que quando ele faz a poesia propriamente dita. Tive o privilégio de fazer o prefácio do livro de poesias Rubem Braga, a seu pedido, e era possível notar, de vez em quando, a dicção de Vinicius de Moraes e a de Manuel Bandeira, mas não a linguagem própria que ele tem quando elabora suas crônicas.

A descoberta da poesia, para mim, começou com a leitura da *Bíblia*, que é um livro realmente impactante, é epopeia, lirismo, literatura fantástica, tudo. Você lê aqueles livros do *Velho Testamento*, o livro dos reis, o livro dos profetas. E protestante tem o detalhe de levar isso muito a sério: antigamente, tinha o concurso bíblico, em que você dizia: “Mateus 22, 4” e o outro tinha que dizer qual era o versículo. Você imagina isso na minha vida? Imagina como isso foi sendo entranhado e como continua subterraneamente na minha poesia? Catequeticamente, esse substrato melódico, esse negócio do salmo de Davi, essa melodia está em muitos grandes poetas. Para mim, foi importante, pois foi o primeiro livro de poesias que li.

Um dos poetas mais importantes na minha formação foi Castro Alves. Às vezes, as pessoas falam um pouco pejorativamente dele como um poeta do passado, mas Castro Alves é genial, uma dessas figuras maravilhosas. Tive um período, aqui, em que publiquei um texto sobre a guerra da Coreia e fiz um poema que começava assim: “Era metade do século, era metade do ano, Coreia duas metades, sendo uma do russo e uma do americano” e por aí afora, detalhando e discursando sobre isso no rastro do Castro Alves. Depois, vieram outros e fui mudando de alguma maneira.

Iacyr Anderson Freitas. É sempre um prazer ouvir sobre sua experiência durante esse período em Juiz de Fora, mas vamos focar em *Sísifo desce a montanha* e *Ler o mundo*, os livros que você lança esta noite. É claro que a poesia escapa de uma definição, mas olhando o conjunto da sua obra, lá no nascimento, nos primeiros livros, vemos uma preocupação metalinguística

muito forte, depois passa pela tradução política do momento e por uma profundidade em termos de dedicação amorosa. A leitura que faço de *Sísifo desce a montanha* é a de um Affonso mais crepuscular, com uma focagem temática na morte e em Deus, que aparecem em termos de questionamento. Tendo em vista essa sua formação e essa questão da família de tradição religiosa, você acha que esses temas estão voltando agora, na sua maturidade, como um acerto de contas com o passado?

Affonso Romano de Sant’Anna. Iacyr é um dos meus poetas preferidos, é um nome bastante conhecido nacional e internacionalmente, e tê-lo aqui é um privilégio. E essa sua pergunta me possibilita dizer o seguinte: a minha experiência religiosa foi muito importante por duas razões, primeiro porque me deu uma compreensão de todos os sistemas religiosos, me colocando do outro lado distinto. Segundo, porque evitou que eu entrasse futuramente em qualquer partido político. Percebi, muito cedo, que o partido comunista era uma religião, não um partido. Essa é a ideia de religião que tenho, ideia sociológica e antropológica. E hoje, na chamada maturidade, esses temas aparecem e aparecem pelo avesso. Pelo menos em dois poemas do livro eu repito uma expressão, que seria: “Deus ou que nome se lhe dê”. Não estou lidando com categoria católica, protestante, muçulmana, estou lidando com a categoria do absoluto e do mistério que nos envolve. E me tornei cada vez mais obcecado pela questão do mistério, pelo que o mistério tem de sacralidade em certa religião.

Quando vejo programas sobre a origem do universo, que passam na televisão, em canais como Animal Planet, Wild Life, observo o mistério da criação e surge algo que não entendo. Durante muito tempo, me sentia culpado por não compreender, até que cheguei à seguinte conclusão: “Não posso entender, não tenho competência para entender” por uma razão muito simples, que é o fato de que sou uma máquina, um aparelho que se chama “humano”, que é dotado de apenas duas dimensões, o tempo e o espaço. Não tenho a terceira dimensão. Os problemas que aparecem na percepção de outra dimensão, que não tenho ou só tenho aproximadamente através da literatura que elimina a noção de tempo e espaço e estabelece um contínuo conflito, torna-se mais visível no tempo e torna-se mais visível na poesia. Por isso o poema desse livro começa dizendo exatamente isso: “Tenho pouco tempo para entender

três enigmas que me restam”. É uma questão que urge para nós que não temos mais 20 anos.

24

Iacyr Anderson Freitas. Já há a questão de entender o quarto enigma, porque esses enigmas não foram nomeados.

Affonso Romano de Sant’Anna. Na verdade, não sei quais são esses três enigmas. Podem ser mais, podem ser sete, mas acredito que, no fundo, seja um enigma só. No dia em que alguém entendesse o enigma da vida, entenderia o resto por reverberação.

Sísifo desce a montanha tem um título que é bastante expressivo para mim, porque fala do mito grego de um homem condenado a empurrar uma pedra montanha acima e quando a pedra chegava ao topo, escorregava e ele tinha que empurrar outra vez. Na minha sensação, já empurrei a pedra para cima e já estou do lado de lá da montanha. Então, para mim, a questão de Sísifo é um pouco diferente, e nesse poema eu digo que descer com uma pedra nos ombros pode ser leve, e tem gente que acha isso estranho: “Como é que você pode envelhecer achando isso leve, interessante?”. Estou achando a velhice interessantíssima. É um luxo inenarrável não ter mais 20 anos e poder olhar o passado de outra maneira. Tenho me dedicado, nos últimos anos, a frequentar o meu passado, o que eu fazia pouco por preconceito e por pressa. Você, quando é jovem, está tentando frequentar o futuro que não conhece. À pessoa mais velha só resta essa paisagem vivida, como diria Vittorio Gassman: “Um belo futuro atrás de mim”. E esse futuro apita. Nesse sentido, é um luxo poder voltar a essa Juiz de Fora da minha infância e da minha adolescência.

Jorge Sanglard. Você costuma falar em um número mágico. Você saiu do Brasil às vésperas de 68, que é o número mágico para os Estados Unidos, para a Califórnia, para Los Angeles, e teve todo o impacto da geração “sexo, drogas e rock and roll”. Como foi essa mudança conceitual por ter vivido esses anos nos Estados Unidos e ter voltado ao Brasil?

Affonso Romano de Sant’Anna. Esse foi um momento muito importante da minha vida. Estávamos no Brasil da ditadura militar e eu havia participado dos movimentos políticos e sociais enquanto estudante, havia sido diretor de cultura do DCE [Diretório Central dos

Estudantes] em Belo Horizonte, onde havia fundado um centro popular de cultura ligado à UNE [União Nacional dos Estudantes], que tinha como função produzir uma arte revolucionária no período João Goulart e íamos fazer reformas utópicas em nosso país. Fazia-se teatro, poesia, música, tudo com esse endereçamento de mudança para uma utopia. E, em 1968, as coisas começaram a mudar radicalmente e eu acabei indo para os Estados Unidos dar aulas. Na verdade, fui em 1965. Não fui em 1964 porque o Dops [Departamento de Ordem Política e Social] e o SNI [Serviço Nacional de Informações] não deixaram. Vocês imaginam o que é estar em Belo Horizonte nos anos 1960, quando a cidade tinha 650 mil habitantes, não havia motel e não existia pílula anticoncepcional? Naquele tempo não tinha preto, não tinha índio, não tinha mulher. Isso tudo é “invenção” dos anos 1980 e, de repente, caio em um lugar que estava no século XXI, que era a Califórnia daqueles tempos. Vocês podem imaginar o que é o choque existencial literário? Tentei colocar isso em alguns poemas do meu livro *Que país é este?*. E, para mim, foi uma série de aprendizados, como começar a ver o Brasil de trás para frente, porque nós brasileiros somos muito provincianos. Como este país é muito grande, ficamos presos aqui dentro e falamos “lá fora”... Até entendo isso, e quando saímos e vemos o mundo grande, aprendemos. Foi assim que comecei a ver o Brasil de outra maneira.

Que país é este? deve seu título à minha estada nos Estados Unidos. Lembro que estava dando aula na Universidade da Califórnia, quando, um dia, recebi a visita de um amigo brasileiro, que disse: “Olha, vou mandar meu filho estudar aqui nos Estados Unidos”. Ele estava vendo aquele *campus* universitário e enxergava o que certamente seria uma experiência imprescindível na vida de um jovem. E, vendo aquela vida maravilhosa no *campus* americano, ele disse: “Vou mandar meu filho estudar aqui para ele ver o que é um país”. Pode parecer uma frase boba, rotineira, mas ecoou dentro de mim de uma maneira muito estranha. Quer dizer, o menino ia sair do Brasil sem saber o que é um país, ele ia saber o que é um país lá fora. Ou seja, a primeira característica de uma coisa chamada país é que uma coisa é um país de fato e outra coisa é um ajuntamento, e isso está no primeiro verso do poema *Que país é este?*. Uma coisa é esse conglomerado, outra é uma certa ordem, uma estrutura que se estabelece. Essa foi uma experiência muito rica, não

sei como transportar isso em poucas palavras. Foi lá que entrei em contato com a cultura *hippie*, com Bob Dylan etc., o que chegaria no Brasil seis, sete anos depois. Lembro que, quando voltei, em 1967, tentava dizer aos meus amigos brasileiros o que era a cultura *hippie* e não conseguia explicar. Parecia que eu tinha chegado de Marte. Era outro planeta e isso ficou nitidamente gravado na minha percepção de mundo.

Marisa Timponi. Hoje, você lembrou desse entorno da memória e eu me lembrei do seu livro *Ler o mundo*, lembrei de Carlos Drummond de Andrade, que descobri com você, e lembrei de Mario de Andrade, que disse: “Um dia toparei comigo”. Minha pergunta vai por aí. Você está topando com você neste momento, quando nos traz esse lado todo poliédrico, essa experiência toda sua, de quem cuidou de biblioteca, de quem tem esse amor por livro, de quem foi capaz de moldar um livro para ter o que ler com os recortes ainda lá na infância?

Affonso Romano de Sant’Anna. A menção a esse livro me suscita várias coisas, entre outras, o tempo que passei na universidade. Os professores que estão aqui há algum tempo e os que estão aposentados vão entender. Esse tempo é muito rico e muito importante, um grande aprendizado. O tempo fora da universidade foi igualmente importante. Na universidade, você tem uma tendência a ser uma entidade que fabrica um tipo de linguagem que é um dialeto frequentado pela própria universidade. Quando você vai para o mundo laico, como no meu caso, em que eu escrevia para jornais ou dirigia a Fundação Biblioteca Nacional, aí é hora de cruzar a teoria com a prática. Eu pensava, por exemplo: “O que faço agora que sou o presidente da maior biblioteca da América Latina, uma das maiores do mundo, com esse acervo incrível? O que o Sísifo vai fazer com essa pedra que caiu nos ombros dele?”. Como tenho um viés muito pessoal, de que sempre se deve trabalhar com a ideia de projeto, seja a de projeto literário, seja a de projeto de vida, desenvolvi um projeto que era chamado Ano 2000. Entrei em 1990, então se tratava de juntar três coisas que até então eram tratadas isoladamente pelo brasileiro: o livro, a leitura e a biblioteca. Aparentemente são a mesma coisa, estão na mesma área, mas nunca foram tratados como membros. Biblioteca é uma coisa, livro é outra coisa

e leitura é outra coisa. Com esforço consegui juntar tudo nesse projeto. O Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas e o Programa Nacional de Incentivo à Leitura, o Proler, foram então criados [1992] e implantados em Juiz de Fora e em mais 400 municípios brasileiros.

Então, *Ler o mundo* narra um pouco a minha experiência em torno da leitura. O que nós, professores de Comunicação e de Letras, fazemos? Estamos lendo, estamos interpretando o tempo todo. Isso parece óbvio, mas a maioria das pessoas não sabe disso. As pessoas estão lendo sem saber que estão lendo e, quando isso acontece, estão lendo muito mal. Costumo dizer, e há um texto desse livro sobre isso, que uma das coisas mais surpreendentes para o ser humano é descobrir que os animais leem. Pensamos que é um privilégio nosso, mas cachorros, vacas, bois, passarinhos, todos leem. Quando houve o tsunami na Ásia, o primeiro de uma série, quem percebeu primeiro foram os animais, meia hora, 40 minutos antes do tsunami se declarar. Os elefantes quebraram as suas cadeias e foram para o alto da montanha, o mesmo em relação aos cavalos, aos gatos. Todos foram antes que os humanos percebessem. Os animais leem a natureza e nós, como sofisticados seres humanos, não sabemos ler a natureza, estamos aprendendo agora, depois de tanto equívoco.

Ler o mundo é sobre isso, sobre sermos todos leitores, sobre o tempo que passei na Biblioteca Nacional batalhando contra coisas surpreendentes, porque eu achava que, estando na Biblioteca, os meus aliados naturais seriam os professores, os escritores, os editores, os intelectuais, e descobri que os meus inimigos virtuais e reais eram os escritores, os editores, todos aqueles que estavam na área do livro. Descobri que era mais fácil conversar sobre livro, sobre leitura com um operário, que é uma pessoa que nunca mexeu com isso, do que com os especialistas, que tinham uma visão totalmente torta e deformada do assunto. No final desse livro, tem uma parte de depoimento em que conto algumas descobertas que fiz sobre a questão da política de leitura no país. Uma delas diz respeito ao fato de que criamos a Casa de Leitura, na rua Pereira da Silva, no Rio de Janeiro, em Laranjeiras, e essa Casa fazia programas no Brasil inteiro.

Na época, dizia: “Olha, tem que fazer programa no Brasil inteiro, mas tem que ter um programa em Laranjeiras e, se possível, na favela ao

lado, o Morro do Pereirão”. Até que, um dia, o coordenador do programa recebeu a visita de duas figuras estranhas, que eram dois traficantes do morro e entraram daquele jeito que se espera de uma pessoa vindo nessa missão: “Olha, viemos aqui dizer pro senhor que as nossas mulheres e as nossas crianças estão com esse negócio de leitura no morro e nós estamos de olho. E viemos dizer que o senhor pode continuar. Pode porque esse negócio de leitura é bom. Se alguém for contra o senhor, é só dizer que a gente dá um jeito”. Na verdade, quem era contra o projeto e fez tudo para acabar com ele, foi o então ministro da Cultura, Francisco Weffort. Ou seja, o marginal sabe mais sobre a carência que existe nesse setor do que o pseudointelectual. Há um texto meu registrando que durante algum tempo colecionei entrevistas de marginais em que eles, de repente, falavam sobre leitura, sobre a vida etc. E era invariável, um deles sempre dizia: “Ah se eu tivesse tido mais estudo”, “Ah se eu tivesse tido mais leitura”. Qualquer marginal sabe disso e tento transmitir, nesse livro, um pouco dessa questão.

Fernando Fiorese. A sua vida acadêmica, que se confunde com a sua participação política nos anos 1960 e 1970, em um dos momentos mais agudos da ditadura, o levou a realizar algumas coisas memoráveis. Naquele momento, as universidades eram quase que os únicos espaços possíveis para o debate político. Você continua frequentando universidades agora, já não mais como professor de cursos regulares. Gostaria de lhe pedir uma avaliação do panorama naquele momento e hoje.

Affonso Romano de Sant’Anna. Isso é uma pesquisa incrível, uma tese, porque a universidade brasileira está em metamorfose acelerada. Em Juiz de Fora mesmo, vocês têm a experiência do Prouni [Programa Universidade para Todos], que mudou a universidade e continua mudando. Quanto ao Instituto de Letras, havia no Brasil menos de 100 mil universitários. A ditadura, quando veio, conseguiu passar para 100 mil, porque fez o vestibular unificado e conseguiu que as pessoas entrassem em levas. E está em metamorfose, portanto. Peguei uma universidade que vinha de um período clássico. Como estudantes de Letras, tínhamos aquela formação estilística, cronológica, histórica, gramatical e, nos anos 1970, pegamos uma revolução, que foi a entrada do estruturalismo, que, de alguma maneira, negava uma série de valo-

res anteriores. Participei dessa revolução, escrevi um livro sobre isso chamado *Análise estrutural de romances brasileiros*. Devo dizer para os amigos que vai sair uma edição com uma coisa preciosa, que é um artigo do professor Antonio Candido, que anexei ao livro com a autorização dele, e onde ele debate comigo a análise que eu havia feito sobre *O cortiço*, de Aluísio Azevedo. Fiz uma crítica a essa análise, dei uma resposta à análise dele e então, nesse livro, esses três textos são exemplo desse debate que o próprio Candido dizia ter sido um debate democrático e raro dentro da cultura brasileira.

Depois, me aposentei e olho a universidade, hoje, de outra maneira. Então... não tenho elementos para estar opinando, mas posso dizer de uma experiência pessoal curiosa. Ao reler vários autores que li quando estava na universidade, foi como se tivesse tirado dos olhos os autógenos, a viseira, e começasse a ver de maneira livre, começasse a ler sem os riscos, como se fosse um ingênuo, e fiz uma leitura totalmente diferente. Quando estamos na universidade, temos uma tendência a organizar muito o pensamento e a seguir o que o mestre diz. Quem sou eu para discordar. Fui descobrir que determinado amigo, que é maravilhoso, fala algumas tolices magníficas, e que outro amigo, que é precioso, fala algumas tolices preciosas. Quando você segue à risca o pensamento alheio, você esquece do seu pensamento. É o que se chama “ter redação própria”. Estou tentando fazer essa releitura da universidade. De alguma maneira, alguns ensaios que fiz tentam sair um pouco da linguagem universitária clássica, questionar se, por exemplo, o *Análise estrutural*, o próprio livro sobre o Drummond, tem aquele peso no campo universitário. Alguns textos tentam ser mais aliciadores, conversar mais com um público, e, nesse sentido, acredito que a experiência jornalística, de escrever crônicas em jornal amacia o seu texto e alicia o leitor.

Devo dizer, aproveitando a oportunidade, que um verso que tenho não é uma virtude impecável, mas que devo utilizar todos os instrumentos que a minha época me oferece e que estão ao meu alcance. O *facebook*, o *blog* e esses instrumentos todos são legítimos. Tenho tentado fazer no *facebook* uma coisa que me parece nova. Em vez de ficar falando abobrinhas, falar de coisas que são realmente interessantes. Um dia, um professor entrou no meu *facebook* e disse:

“Vamos falar um pouco de abobrinha, você está muito sério”. Respondi: “Abobrinha é bom só para fazer sopa”. Sou contra abobrinha, mas esses instrumentos podem ter utilidade. Nada é o que parece ser em si, senão aquilo que fazemos daquela coisa, convertendo em algo útil. É nesse sentido que tentei colocar a televisão e o jornal a serviço da poesia, ou seja, usar os meios de comunicação do nosso tempo como meios transmissores. Há um paradoxo da literatura brasileira muito interessante. Quem não ama João Cabral de Melo Neto? Todo mundo ama. Pois é, João Cabral, em 1945, escreveu um texto falando que os poetas precisavam se aproximar da televisão e do rádio, embora ele nunca tenha se aproximado nem de um nem de outro. É um desafio interessante, vamos fazer o poema-cartaz tanto na televisão quanto no rádio, na internet, o que for. É um exercício de aprendizado, não quer dizer que vá produzir aí a *Iliada* ou a *Odisseia*, mas não posso me recusar a interagir com esses elementos do meu tempo.

Iacyr Anderson Freitas. Aproveitando sobre essa questão do diagnóstico do tempo, a edição do *Que país é este?* foi um sucesso estrondoso naquela época. E é muito comum vermos textos sobre aquele período, quando os debates eram mais acalorados, as discussões sobre cinema, sobre literatura, as práticas e as discussões eram mais latinas. Como é para você, agora, a derrocada daquela utopia que tínhamos, com todas as limitações, com todos os problemas? Como é para os tempos atuais viver sem utopias, incluindo a questão religiosa?

Affonso Romano de Sant’Anna. Esta questão me dá um espaço grande para algumas elucidações que me são caras. No livro *Sísifo desce a montanha*, há uma série de poemas que tratam da questão da utopia ou da antiutopia, assim como outro livro anterior chamado *O lado esquerdo do meu peito*, que tem um poema sobre a questão da história, onde apresento uma visão crítica diferente de uma visão que a minha geração tinha, que era uma visão utópica. A nossa geração foi educada para achar que existia uma coisa chamada história e que a história era única, era um bonde, era um trem que você pegava e ia daqui até ali, e quem não estivesse dentro desse trem estava fora da história. É a visão que Karl Marx tinha de história, é a visão que os protestantes, católicos e

outros também têm da história, que é a história que começa aqui e termina ali, da gênese ao apocalipse, uma história fechada. Pois bem, a nossa geração teve essa experiência formidável, de fazer a crítica da utopia. A utopia é o não lugar, e em um dos poemas que tenho sobre a utopia, digo que a utopia não é o lugar de chegada e sim o de partida. Por outro lado, não se pode deixar de ter expectativa em relação ao futuro. A expectativa é o movimento natural da inteligência, do comportamento humano e até animal. Não se pode achar que história é uma só, há várias histórias simultâneas, que correm em níveis adversos, história que não é necessariamente uma melhor que a outra, mas diferente. E isso, para a nossa geração, foi um aprendizado terrível, porque, quando fazíamos todos os movimentos dos anos 1960, das reformas de base no Brasil e se acreditava na revolução cubana e no governo socialista, em uma sociedade utópica, era monológica, não havia dúvida, isso era religião, íamos da gênese ao apocalipse. Então, surge essa crítica da utopia. Não se trata de abrir mão da utopia, e sim de trabalhar a utopia ao invés de ser trabalhado por ela.

Durante a ditadura, vários amigos morreram, outros foram exilados e me lembro que encontrei com alguns desses líderes que tinham sido exilados e que haviam vivido em países como a Polônia. Foi o caso do Ivan Otero, que estudou comigo no Granbery e que era um dos líderes do partido comunista. Acabamos nos reencontrando nos anos 1980, e, ao caminharmos na praia, em Ipanema, vi que ele já não era aquele mesmo rapaz. Era lindíssimo, todas as meninas do Granbery eram apaixonadas por ele e eu morria de inveja; ele fazia o papel principal nas peças todas e eu fazia papel de empregado, de mordomo e tal. Pois bem, nesse encontro depois do exílio, ele já de barba branca, me disse o seguinte: “Você se lembra daquele seu poema chamado ‘Outubro’, que começava dizendo ‘outubro ou nada?’ Deu nada”. A utopia faz parte desse aprendizado. As coisas eram muito mais complexas do que pensávamos.

Darlan Lula. Você nos falou sobre o mercado editorial, que envolve a questão das pessoas lançarem os livros para serem vendidos a qualquer preço, a qualquer custo, não levando em conta a estética, a reflexão. Poderia nos falar da situação da política editorial em relação à poesia hoje?

Affonso Romano de Sant'Anna. Estamos passando por um momento riquíssimo, mas complicadíssimo, e tento analisar isso de alguma maneira. As editoras estrangeiras estão comprando as editoras brasileiras, porque têm interesse no mercado de consumo brasileiro. Elas viram que aqui surgiu, claramente, a classe C e a classe D, que estavam adormecidas, não consumiam nada. De repente, há 50 milhões de pessoas consumindo, e as editoras estrangeiras perceberam, vieram para cá, estão publicando e quando compram uma editora brasileira criam vários selos de *best-sellers* estrangeiros. E assim o fazem para promover o *fast reading*. Ainda hoje, conversava sobre isso com a minha mulher, que me mostrou uma notícia de jornal sobre isso e me perguntou: “E aí, onde é que vai ficar a literatura?”. Ou seja, para atender a esse novo mercado de consumo é preciso lançar livros para as classes C e D, ou seja, as pessoas estão tratando das classes emergentes quantitativamente, ao invés de tratarem qualitativamente, como se os emergentes fossem burros, como se não tivessem sensibilidade. Dão o pior para eles, porque estão chegando e não vão notar a diferença entre a lavagem e a comida.

Outro fato complicado é que as editoras brasileiras estão se adaptando a essa nova realidade. Mudou a relação entre a livraria e o público. Há pouco tempo, escrevi um artigo que parece meio *nonsense*, chamado “Como comprar um livro?”. Como é que você escreve um artigo sobre isso quando é suposto que todo mundo sabe como comprar um livro? A princípio, você vai na livraria e compra o livro. Ledo engano, não é nada disso. Comprar o livro é uma coisa complicadíssima, quem dá curso sabe disso. E o último lugar para você achar um livro é a livraria. Você pode achar em uma biblioteca, na Estante Virtual, com um amigo. A livraria vai ter aqueles livros que convêm ao mercado. É isso que mudou na livraria. O Brasil produz 55 mil novos títulos por ano. Significa quantos por dia? Façam a conta. Não há condição de um diretor de suplemento literário ou um crítico lerem esses livros e dar conta. O público que não tem orientação segue a orientação do mercado.

É por isso que, abrindo um parêntesis, tem uma piadinha que sempre faço sobre o fenômeno Paulo Coelho. Você não pode fazer uma conferência sem falar no Paulo Coelho, que é um fato sociológico da maior importância. Estudei a fundo a questão do Paulo Coelho, tentei entender

de todas as maneiras o mercado, a competência, o texto, tudo, e cheguei à seguinte conclusão: Paulo Coelho é o quarto mistério de Fátima. Por mais que você explique, tem uma coisa que você não consegue explicar. Aliás, a questão do *best-seller* tem a ver com isso. Estamos em metamorfose. O editor está se transformando, o escritor está se transformando. Você tem a internet e, de vez em quando, uma pessoa faz sucesso em uma rede social e edita um livro. O caminho contrário.

Jorge Sanglard. O que está acontecendo? Essa matéria que você citou, fala de uma grande editora que foi vendida para uma empresa dos Estados Unidos. Levamos um susto. E é isso, uma simplificação, para dar uma resposta que não é resposta e a gente sabe. Por outro lado, há pouquíssimas livrarias no Brasil.

Affonso Romano de Sant'Anna. São duas mil, mais ou menos.

Jorge Sanglard. Você sai daqui de Juiz de Fora e a 30 km depois não tem mais livraria, a próxima está em Belo Horizonte. Então a situação do livro é muito complicada, do ponto de vista estratégico, de distribuição. E você começa a ter outro espaço, que é o virtual. Como é que você está vendo esse momento. O que vem aí?

Affonso Romano de Sant'Anna. É, nós fomos pegos na entressafra. Estamos ali, igual ao siri tentando pegar a pedra, sobretudo nossa geração. Porque eu e alguns aqui somos da geração do papel carbono, do mimeógrafo a álcool e, de repente você está com um Iphone, com um Ipad na mão. O que é isso? Lembro a primeira vez que fui dar aula em um colégio estadual de Belo Horizonte e queria mostrar para os alunos o que era o dadaísmo e não tinha *slide*. Tinha que se pegar um livro em casa e mostrar. Não havia maneira nenhuma de copiar algo. Hoje, há todas as maneiras e a publicação se tornou mais fácil. Por outro lado, no sentido de qualidade e quantidade... Não sei no que isso vai dar. Tenho um livro sobre essa questão, que é um pouco pessimista nesse sentido. A China está emergindo de uma maneira espantosa. Acho melhor vocês comecem a aprender mandarim, porque o caminho é por aí. O Brasil e a Índia estão crescendo e são culturas que só podem sobreviver se entrarem no jogo da globalização, que é um jogo perverso, embora contenha coisas formidáveis.

E tem a questão ecológica, que é mais complicada. Tenho uns poemas que dizem respeito às pessoas da minha geração, no caso, eu mesmo. Estou muito feliz de ir embora, porque não sei o que vem por aí. Você olha a televisão, os jornais, e a situação é catastrófica em termos de ecologia. Já perdemos o relógio, o *time* de reverter isso. As geleiras, os pinguins, os ursos, os corais estão morrendo. E já provaram que, se os corais morrem, a vida marítima se altera totalmente. Tem uma metamorfose, uma transformação no meio ambiente. É claro que há pessoas mais otimistas, que acham que o ser humano pode dar um jeito em qualquer problema, que vai chegar uma hora em que vamos sentar e dizer: “Chega, vamos concertar isso dessa e daquela maneira”. É possível, mas os problemas estão muito intrincados. Não se resolve um problema isolado. Algo que acontece na Rússia reflete aqui, é o chamado “Efeito Borboleta”. Qualquer coisa que acontece em qualquer lugar afeta a vida no planeta. Então, estamos em uma situação muito difícil. Vocês, que estão indo para o século XXI, aproveitem, porque eu já estou indo embora e posso dizer com muita certeza sobre algumas coisas. Estou me despedindo há muito tempo. Em meus livros *Textamentos*, *Vestígios* e *Sísifo desce a montanha* há poemas a respeito e um deles até escandaliza algumas pessoas porque fala sobre cremação. Você já pensou em cremação, não? Como é que você pode dormir sem pensar na cremação?

Iacyr Anderson Freitas. Eu não sabia nem que tinha que assinar um papel.

Affonso Romano de Sant’Anna. Você podia me emprestar esse livro que vou ler esse poema aqui. É melhor do que eu tentar falar sobre ele. É um poema que não chega a ser triste, é apenas uma constatação, um diálogo que tenta ser honesto e maduro.

Preparando a cremação

1

Levanto-me. Vou ao cartório
autorizar minha cremação. Autorizar
que transformem
minhas vísceras, sonhos e sangue
em ficção.

O que pode haver
de mais radical?
Assinar este papel
tão simples
tão fatal.
Autorizar a solução final
de todos os poemas.

2

Faz um belo dia. Do terraço
vejo o mar:
pescadores cercam um cardume
banhistas seguem
se expondo à vida, ao sol.
Olho a trepadeira de jasmim
os vasos de begônia e gerânios
margaridas brancas e a azaleia:
— a vida continua viva dentro
e ao redor de mim.
Poetas antes e depois de Homero
tentaram cantar a morte.
(Nos consolaram).
Hamlet (cioso)
dialogou com uma caveira
de antemão.
Olho cada parte de meu corpo
que vai se desintegrar:
mexo os dedos, vejo as veias
e no espelho esse olhar
que nada mais verá.
Irei à praia daqui a pouco
mas antes passarei pelo cartório.

3

Há muito venho me preparando
me despedindo do sorriso da mulher, das filhas
da rua onde diariamente passo
me despregando dos livros
vizinhos e paisagens.

Não sou só eu. Minha mulher
 antes de mim no mesmo cartório foi
 e ainda mostrou-me o documento.
 Olho-a neste terraço: lá está ela, viva!
 ligada nas plantas e planos. Olho-a:
 acabou de fazer um vestido novo.
 Como imaginá-la no jamais?
 Ao lado, o barulho de um túnel que estão cavando:
 — é a nova estação do metrô.
 Há um alarido de crianças na escola vizinha
 e eu saio
 numa esplêndida manhã de sol
 para cuidar de minhas cinzas.
 Tenho muito que dialogar com a morte
 e a vida ainda.

Não é para ninguém chorar.

Marisa Timponi. Esse poema li também, fiquei muito impressionada com a sua maturidade. E li, na internet, *Mulher madura*, e lembrei do *Que país é este?*, em que você diz: “Nos tempos do meu avô havia assunto de homem e cochicho de mulher”. Esse é um trabalho belíssimo sobre o resgate da mulher mãe, da mãe operária. Hoje, você já resgatou, aqui, a mulher que luta, e eu como a mulher que, aqui, compõe um quase que Clube do Bolinha, queria que você voltasse ao assunto, falando, inclusive, sobre a importância de Marina Colasanti, que vai cremar-se junto com você em um tempo diferente, talvez.

Affonso Romano de Sant’Anna. Marina vocês já conhecem, é uma figura muito ímpar. Como mulher tem o papel dentro da cultura brasileira muito nítido. Ela fez a cabeça na verdade de uma geração inteira de mulheres. No Brasil inteiro e até na América Latina tem muitas mulheres que puseram seus nomes e os nomes de suas filhas de Marina por causa dela, no México, na Colômbia, no Chile e no Brasil. E isso significa alguma coisa. Evidentemente, a minha relação com ela teria que ser uma relação de aprendizado, porque sabemos todos que a relação amorosa é uma relação de aprendizado constante. Tenho um poema que diz isso. Em alguns aprendizados se chega à perfeição, no amor não. Estamos sempre aprendendo uma coisa nova com o parceiro.

E tentei, na minha poesia, nos meus textos de crítica, dar uma ideia disso. O livro *O canibalismo amoroso*, na verdade, é uma cisão, uma ruptura direcional. A cultura brasileira até os anos 1960 é predominantemente machista, e aí vão todos os nossos queridos mestres modernistas Carlos Drummond de Andrade, Manuel Bandeira; Vinicius de Moraes, então, nem se fala. Todos os grandes poetas brasileiros são machistas, sem saber que o são. Basta pegar a poesia deles que você começa a perceber o lugar da mulher e o lugar do homem no espaço que eles estão ocupando. Dos anos 1960 para frente é que começa a mudança. Por isso, nesse livro, estudo a poesia brasileira de um modo geral e o Vinicius de Moraes, que é o último machista importante da cultura brasileira. E surge, depois, outra geração, na qual tento me inserir.

Nos últimos dias, porém, tive uma vivência traumática. Ontem, a minha empregada disse que tinha apanhado mais uma vez do marido e, dessa vez, o marido bateu também na irmã dela, e ela queria se separar. O marido é um segurança, tem um filho dele que mora com ela e é um marginal que ameaçou matá-la várias vezes. E ela, dentro dessa situação pânica, mora dentro de uma comunidade chamada favela. Como ela pensou em como solucionar o problema, foi, naturalmente, conversar com os donos da boca, os donos do morro. E os donos do morro aconselharam o seguinte: “Você sai e vai embora, não crie problema, porque se você trouxer a polícia aqui pro morro nós vamos te botar pra fora. Seu marido, como é trabalhador, tem o horário dele, nós não podemos criar problema com ele”. Descobriu-se que as mulheres que estão no morro, estão como no Islã, em um mundo fechado, sem poder alcançar a lei da nossa sociedade. E ela foi ao delegado, que deu um conselho semelhante: “Se você quiser, nós prendemos ele agora, porque a lei Maria da Penha é mais rígida hoje do que ontem, mas você vai ter as consequências lá dentro do morro”. Ou seja, estabeleceu-se uma situação que é de hoje, 2012, em que nós temos pessoas vivendo na barbárie, isso apesar das feministas terem proporcionado um alcance incrível e nós, homens que temos sensibilidade, acharmos que temos que colaborar de alguma maneira, mas estamos em uma sociedade fracionada, dividida, com esses estratos surpreendentes. Quando fazemos esses estudos, estamos tentando espelhar a sociedade brasileira em sua multiplicidade. Queríamos todos que seguissemos em uma linha mais desenvolvida, mais plena, mas, infelizmente, temos o fato

de que existem várias histórias simultâneas, ou seja, a Idade Média teve suas barbáries e o século XX teve as suas, e, agora, o século XXI também. A luta feminista passa por aí.

Marisa Timponi. Nessa linha de criar categorias, você deixou outro legado, a sua relação com o grande poeta Drummond especificada em uma tese que foi utilizada em múltiplos vestibulares, apostilas e livros. Depois que você a escreveu, Drummond continuou a publicar. Você chegou a repensar alguma coisa sobre isso?

Affonso Romano de Sant'Anna. Por coincidência, estou dando um curso na Casa do Saber, no Rio de Janeiro, sobre como ler a poesia de Carlos Drummond de Andrade. Quando fiz a tese sobre Drummond, existiam mais ou menos 600 artigos escritos sobre ele. Hoje, devem ser 6 mil ou algo semelhante. Para minha grande surpresa, 99% desses artigos são declarações de amor, que não dizem nada de novo sobre a poesia dele. Falam sobre a ansiedade, o desolamento, a solidão, mas não formalizam, não adicionam nada. Aliás, prefiro ler a poesia, que me parece mais rica, do que essas paráfrases que aparecem em prosa. Comecei a reler esse meu texto, que é de 1969, e resolvi escrever um texto justamente sobre essa tese, sobre a estrutura, sobre como foi elaborada, para visualizar mais claramente coisas que estão apenas embutidas. Uma das coisas que me deixam satisfeito nessa tese é o seguinte: na ocasião, estudei os livros que vão até 1969. Depois, Drummond continua publicando, e lembro que eu estava dando aula nos Estados Unidos, quando um professor de lá me disse: “Como é que você vai fazer tese sobre um autor vivo? Isso não se faz. E se ele modificar tudo?”. E falei: “Bom, se ele modificar tudo, das duas uma: ou eu estava equivocado no modelo que criei ou ele realmente é um doidivano”. Acontece com essa tese e com o Drummond uma coincidência muito curiosa. O que ele publicou depois do meu livro é exatamente a confirmação do que eu tinha dito antes. Não vou dizer que ele leu minha tese e resolveu confirmar, mas ele tem uma estrutura de comportamento tal que existe uma previsibilidade por onde ele vai passar. Como a tese estava lidando com estruturas e não com a superfície do texto, as estruturas podem ser percebidas no pensamento dele. E tenho até

uma vaidade, vocês vão entender que é legítima: quando esse livro foi publicado, Drummond me disse pessoalmente: “Você me desparafusou todo”. Ele tinha me dito isso e pensei que fosse um momento de fraqueza dele, de amizade. Eu estava dando um curso na Casa do Saber e uma aluna me disse: “Você sabe que um dia estava no elevador, no Rio de Janeiro, e o Drummond entrou, e como eu não sabia o que falar, disse: Sou muito amiga do Affonso, que fez uma tese sobre o senhor. E ele respondeu: Pois é, ele me desparafusou todo”. Então... não foi um ataque de gentileza. Tem uma coisa que me deixa gratificado: é muito difícil encontrar um autor tão bem estruturado e é mais difícil ainda sacar um mecanismo que possa ser apreendido, transmitido, visualizado através de uma tese, através de uma pesquisa.

Jorge Sanglard. Falamos sobre a questão do meio ambiente e das mudanças tecnológicas. Há dois anos, você deu uma entrevista em que falava sobre ética. Esse exemplo sobre a sua empregada é um pouco do esfacelamento da ética. Poderia nos falar a respeito?

Affonso Romano de Sant’Anna. Isso é assunto para uma conferência. Tenho um texto sobre isso e fiz uma conferência, na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a respeito. De forma sucinta, eu diria que as coisas estão em metamorfose. Está em andamento uma transformação da nossa sociedade. O que sinto como palpável nesse panorama é a transformação da ética e da estética. Você vai a uma biennial, a uma exposição, e vê expostos trabalhos que não identifica como sendo artísticos e são de pessoas reconhecidas pelo sistema, deixando dentro de nós uma cisão muito grande. Sou professor, conheci a Europa e estou olhando uma obra em exposição que, para mim, não é arte, mas todo mundo afirma que é. Isso nunca aconteceu na história da arte. Nunca. Existem dois conceitos totalmente antinômicos, onde a antiarte é arte, e as pessoas têm que conviver com essas antíteses no mesmo espaço. Eticamente, há o mesmo problema, por exemplo, com o *Big Brother* e com qualquer programa em que comportamento, sexo e tudo mais são tratados de maneira direta. Não há mais canais selecionados dessa ou daquela maneira. Existe uma exposição ampla, geral e restrita que nos coloca sempre em xeque. O que temos diante

da ética, temos também diante da estética. É uma questão complicada. Falar de ética é uma atitude reacionária? Falar de estética é uma atitude conservadora? Isso demanda uma série de estudos e de pesquisas. No meu livro *O enigma vazio*, que sugiro como leitura, faço algumas abordagens a respeito. Uma das coisas básicas, em poucas palavras, é que vivemos em uma sociedade onde existe um caos ético e estético. No entanto, esse caos é aparente, ou seja, os cientistas da física moderna descobriram, a partir dos anos 1970, que o caos tem uma estrutura, que o caos não é caótico. Portanto, é um desafio a cada um de nós, a cada professor, a cada leitor, a cada cidadão descobrir, dentro desse caos, a estrutura que está inserida. E se tornou mais difícil isso, porque antes nos davam algumas fórmulas que podíamos repassar. Hoje, o processo de decifração do enigma é mais desafiante. Acredito que exista um sentido e esse sentido é o que o escritor tenta procurar, tenta achar, o professor tenta enfrentar, o aluno tenta circunscrever de alguma maneira com seus trabalhos e com suas pesquisas. Portanto, para terminar, como lhes dizia anteriormente, tenho pouco tempo para decifrar os três enigmas que me restam.

Darlan Lula. Gostaria de agradecer e dizer que este momento foi único e histórico na vida de todos aqui, porque vamos sair instigados a refletir e transformados pelas palavras e pelo depoimento de Affonso Romano de Sant'Anna.

Entrevista concedida ao projeto Diálogos Abertos, em 20 de março de 2012, no Museu de Arte Murilo Mendes. Entrevistadores: Darlan Lula, Fernando Fábio Fiorese Furtado, Iacyr Anderson Freitas, Jorge Sanglard, Marisa Timponi Pereira Rodrigues.

dade

ndes



JOSÉ SETTE

José Sette de Barros Filho nasceu em Ponte Nova, Minas Gerais, no dia 17 de janeiro de 1948, filho de Nídia e do político José Sette de Barros. Iniciou a sua carreira cinematográfica no Rio de Janeiro. Seu primeiro longa-metragem, *Bandalheira Infernal*, foi lançado em 1976. Em seguida, realizou uma série de curtas-metragens cujo maior destaque foi *Sorriso por Favor, o Mundo Gráfico de Goeldi*, premiado no Festival de Brasília e selecionado para o Festival de Oberhausen, na Alemanha. Seu trabalho seguinte, *Um filme 100% Brasileiro*, retratou a chegada do poeta suíço Blaise Cendrars no Brasil da década de 1920 e seu encontro com os modernistas brasileiros. No final dos anos 1990, retomou a sua produção com o documentário *Encantamento de Camargo Guarnieri*.

Com um olhar atento para as grandes personalidades das artes em Juiz de Fora, dirigiu o média-metragem *A Janela do Caos*, sobre o universo de criação do poeta Murilo Mendes; o longa-metragem *O Rei do Samba*, abordando a vida e a obra do compositor Geraldo Pereira, e o curta-metragem *Ver Tigem*, sobre o artista plástico Arlindo Daibert, além de *Labirinto de Pedra*, sobre o escritor Pedro Nava. Em sua vasta produção, ainda se destacam *Eu e os Anjos*, sobre o poeta Augusto dos Anjos, *Paisagens Imaginárias*, sobre a bailarina do Grupo Corpo, Izabel Costa e *Amaxon*, com a atriz Vera Valdez, entre outras incursões que destacam sua visão purista e essencialmente brasileira da sétima arte.

Sobre o cineasta, à época do lançamento de *O mundo Gráfico de Goeldi*, Ronaldo Brandão escreveu em edição do *Correio Braziliense* de 20 de novembro de 1981: “[...] José de Barros compôs o seu mais apaixonado poema, registrou

com espanto, com admiração profunda e com extrema sensibilidade, a alma, o conteúdo da obra e do ser Oswaldo Goeldi, e, principalmente, a afinidade de tudo isto com as alucinações do cinema expressionista. Ele compôs, mais propriamente, uma resenha mágica [...]”. Na mesma edição, escreveu Geraldo Veloso: “[...] José mergulha com uma câmara no universo de sombras expressionistas de Oswaldo Goeldi e dá vida a uma reflexão metalinguística sobre todo o expressionismo (cinema, arte plástica, visão de mundo). *Caligari*, *Metropolis*, Münch, luz e sombra. Alemanha dos anos 20. [...]”.

Wilson Coutinho, do *Jornal do Brasil*, também lançou seu olhar sobre o filme: “[...] para criar a atmosfera expressionista típica de Goeldi, armou um cenário com um telão pintado pelo cenógrafo Oswaldo Meireiros, onde personagens do artista representam o mundo sombrio das gravuras e desenhos, seus anjos bêbados, suas figuras trágicas e solitárias. [...] José de Barros procurou captar essa luz difusa em que parecia estar mergulhado o homem Goeldi. No filme, o ator Ronaldo Brandão representa o artista, que está entrelaçado pelas fumaças do cigarro (Goeldi, segundo se diz, fumava muito) e pelas luzes fortes e contrastantes do expressionismo do cinema [...]”.

Pinho Neves. O depoimento de José Sette é o trigésimo quinto dessa série que começou com Rachel Jardim em 2007. Antes de passar aos entrevistadores, gostaria de ouvir o cineasta.

José Sette. É uma alegria profunda estar em Juiz de Fora, hoje, com a presença de tantas pessoas extraordinárias. Independente de serem meus amigos, meus companheiros de alguns trabalhos, são pessoas que trago e que vou levar durante toda a minha vida, com o maior carinho e a maior admiração. Quero dizer também que José Alberto Pinho Neves, que me proporcionou esta vinda a Juiz de Fora, hoje, foi o maior incentivador que tive durante os quase 10 anos em que vivi nesta cidade. Com grandeza, com carinho, com respeito e com admiração, posso dizer que foi quem me permitiu realizar uma série de filmes que, sem nenhuma modéstia, fazem parte de um renascimento da cinematografia em Juiz de Fora, onde o fazer cinematográfico parecia estar um pouco esquecido. Fico feliz e honrado de estar aqui para responder, inteiramente “nu”, todas as questões que me seriam colocadas carinhosamente, tenho certeza, pelos amigos aqui presentes.

Pinho Neves. Gostaria de fazer uma observação, porque acredito ser muito importante esclarecer o sentido da ação de um homem público. Penso que, quando a Fundação Cultural Alfredo Ferreira Lage (Fundalfa) possibilitou a José Sette, e a tantos outros, fazer esses produtos culturais, inclusive de natureza diferente, foi uma obrigação diante da qualidade das propostas apresentadas. Agradeço as suas palavras e gostaria de ressaltar as questões profissionais que levaram ao apoio ao seu trabalho: Sobre Murilo Mendes, tínhamos um filme muito interessante, *A Poesia em Pânico*, de Alexandre Eulálio, e, seguindo o universo do poeta juiz-forano, tínhamos *A Janela do Caos*, de José Sette. Acredito que, para o universo muriliano e as pessoas que queriam tratar sobre o tema, essas eram referências muito importantes.

José Sette. Gostaria de registrar que convidei, pessoalmente, meu querido amigo Gilberto Vasconcellos, professor da Universidade Federal de Juiz de Fora, e gostaria de tê-lo como participante dessa entrevista, tendo em vista o seu profundo conhecimento a meu respeito e o fato de ser uma pessoa que respeito profundamente.

Pinho Neves. Não vejo nenhum problema. Para iniciar, vou dar a palavra, como você mesmo sugeriu, a Raphaela Ramos.

José Sette. As mulheres, para mim, estão sempre em primeiro lugar.

Raphaela Ramos. Gostaria de começar com a observação de que você é um cineasta 100% brasileiro, que, além dos temas, busca uma forma brasileira de retratá-los. Concorde com isso?

José Sette. É claro. Isso precisa ser ressaltado. O cinema brasileiro, nos seus primórdios, começou exatamente como todo o cinema mundial. Aliás, talvez tenhamos sido os primeiros a filmar. Existe até uma história considerando que a primeira filmagem mundial foi realizada no Brasil. Então, temos muito tempo de atividade cinematográfica, com Humberto Mauro e Mário Peixoto buscando uma linguagem que nos dissesse as razões pelas quais a arte cinematográfica deveria ser estabelecida neste país como uma arte especificamente brasileira. Hoje, vemos um filme de Hollywood, um filme francês, um filme iraniano, um filme japonês, um filme chinês e todos têm características próprias. No entanto, somos copiadores “carbono” da cinematografia estrangeira, a pior possível, a dos Estados Unidos. Nesse sentido, o Brasil peca profundamente. Por isso, sempre tive a necessidade de buscar uma linguagem brasileira no meu experimentalismo, na minha invenção cinematográfica. Faço, como os modernistas fizeram, em 1920, na poesia, na literatura, nas artes, buscando a língua brasileira, o que estava oculto, o que estava escondido neste país. E isso é uma coisa extremamente difícil, pouco reconhecida e, às vezes, como diz uma palavra que o professor Pinho Neves disse no início, mas com a qual não concordo muito, marginal. Não quero ser marginal, quero ser uma pessoa que seja vista, discutida, reconhecida. Marginal quer dizer “à margem”, e não quero estar à margem. Não sou marginal. A linguagem do cinema brasileiro não é uma linguagem, cinematograficamente falando, marginal. Marginal por quê? Busco uma linguagem 100% brasileira. Isso é o que a identifica.

Ao conhecer meus filmes, é possível ver que aquilo que entrelaça todos eles é essa busca, às vezes dolorida, de como fazer um cinema 100% brasileiro. E essa é uma verdade dita por um grande garoto que conheci agora no Rio de Janeiro, Marcelo Ikeda, cineasta, crítico, autor

de um blog, inteligentíssimo, um rapaz que, inclusive, largou a Agência Nacional do Cinema (Ancine), por não concordar com as atitudes na política cinematográfica brasileira, e foi dar aulas no Ceará. Quer dizer, largou um emprego de alto salário por outro de salário inferior e o fez para manter seu posicionamento em relação àquilo tudo em que acreditava. Penso que o cinema que vale a pena no Brasil é o cinema 100% brasileiro, não é o filme, é o cinema.

Mauro Pianta. Com esse gancho, gostaria de discutir a narrativa de José Sette. Vamos falar um pouco disso, que é fantástico, em função de algumas situações que são pertinentes para todos nós que queremos ouvir as histórias de José Sette.

José Sette. Histórias antigas?

Mauro Pianta. Sim. Vamos cair em Juiz de Fora. Você usou a palavra “dolorida” e fazer cinema é dolorido em vários sentidos, no corpo e no bolso. Nós, que lutamos tanto para chegar nessa estética, temos você como mestre. Então, gostaria que nos contasse o que foi esse parto dolorido de *O Rei do Samba*.

José Sette. Estava falando sobre isso com o Gilberto Vasconcellos. Começou tão bem, com tanta alegria, todo mundo fazendo seu primeiro filme, aquela loucura. O cinema tem uma magia genial. São milhares de reais correndo ali. Nós fizemos em 16 milímetros, você sabe disso. Foi a primeira vez que você fotografou. Todos esses filmes que andei fazendo em Juiz de Fora, um pouco antes e um pouco depois, não têm orçamento. Falar que é baixo orçamento é brincadeira. Não tem orçamento. É zero. E nós sabemos disso. Você foi fotógrafo de *O Rei do Samba* e viu as dificuldades que passávamos. Foi um mês de filmagem, lembro muito bem. Uma dificuldade horrível, sem dinheiro, sem lanche, sem nada. Todo mundo vestindo a camisa, todo mundo fazendo cinema pela primeira vez. Convidar o pedreiro da cidade para fazer o personagem principal, interpretando Geraldo Pereira, foi de uma audácia extraordinária. Só mesmo eu para fazer uma coisa dessas. Ele não sabia nada, fazia *playback*, cantando as músicas. Como ele sofreu na minha mão... A Raquel, minha mulher, dizia para eu parar de pressionar; mas, se eu parasse, o filme ia ficar um lixo. E eu gritava com ele, coitado. Contu-

do, tenho certeza que foi um grande momento para todos nós. Você, então, sofreu muito em *O Rei do Samba*. Eu falava para você: “Mauro, vou largar tudo”. E você: “Vai largar nada, vai continuar”. Lembra-se disso? E você ali, se arrastando, com o coração nos pés, mas foi. A fotografia ficou até melhor. Aliás, quanto mais dolorida a arte, melhor o resultado. Foi um momento extraordinário. Quero dizer para você: Juiz de Fora foi genial. Fiz loucuras. Pinho Neves devia pensar assim: “Esse maluco do José Sette, querendo R\$ 25 mil para fazer um longa-metragem. Esse cara é louco, não vai fazer, mas vou arriscar”. E acertou, porque fiz. Claro, não fiz sozinho. Todo mundo foi espetacular. Então, Mauro, o sofrimento é grande.

Vou dizer para você o seguinte: tenho 22 filmes realizados. Não é fácil. Se colocarmos aí custos atuais de 22 filmes, era para eu possuir, hoje, o equivalente a uma fazenda com algumas cabeças de gado e, talvez, um apartamento. E, na verdade, não tenho nenhum tostão. Estou fazendo igual àquela música que o Mário Reis cantava: “Estou fingindo que sou rico pra ninguém zombar de mim”. Essa é a história. Há três anos não ganho nenhum tostão. Ainda ganhava alguma coisa em Juiz de Fora, mas em Cabo Frio, como dizia meu amigo Rogério Sganzerla: “São as piores pessoas que existem”. Não acreditei. Estou lá e tenho sofrido bastante. Continuo sofrendo, mas não troco minha vida. Se pudesse voltar atrás, faria tudo outra vez.

Pinho Neves. Já que você não troca sua vida, gostaria de saber quando aconteceu o seu despertar para o cinema.

José Sette. Tinha 15 anos, morava no Rio de Janeiro e mudei para Belo Horizonte, porque meu pai, José Sette de Barros, a pedido de João Goulart, foi organizar o PTB em Minas Gerais e sair como candidato a deputado federal, preparando a candidatura do professor Francisco Clementino de San Tiago Dantas. Meu pai era do PTB e muito amigo de João Goulart. E o cinema é como o Noel Rosa dizia sobre o samba: “Não se aprende na escola”. Você pode ler uma teoria, saber o texto de um, o significado de outro, mas a prática do cinema é que leva a saber fazer cinema. Então, me vi em uma Minas Gerais que queria trazer o mar para si. Não só os mineiros comuns tinham esse sentimento, mas

os políticos também. Tancredo Neves tinha um apartamento no Rio de Janeiro; todo grande político mineiro tinha a sua residência lá. Vendo isso, escrevi meu primeiro roteiro, *Cidade sem Mar*, sobre Belo Horizonte. Eu contava com o José Aparecido de Oliveira, que era muito amigo do meu pai, para conseguir financiamento. Ele me achava uma criança genial e dizia isso ao meu pai. Na época, falei com um grande amigo meu, Maurício Gomes Leite, cineasta godardiano [Jean-Luc Godard], intelectual brilhante, a quem eu disse: “Vão me financiar”. Conteí a história e ele me abraçou efusivamente, dando força. Passaram duas semanas, fui chamado na casa de José Aparecido: “Devo lhe dizer que você está muito jovem, ainda não trabalhou com ninguém, assim não dá para começar já dirigindo um filme, é preciso fazer um estágio antes”. E, depois, em conversa com Maurício Gomes Leite, ele me propôs ser seu assistente de direção no filme *Vida Provisória*. Um fato curioso é que ele chamava esse filme de *Vida Promissória*, porque pegou um empréstimo no Banco de Desenvolvimento de Minas Geras (BDMG) a juros altos. Obviamente, não teve retorno e todos os avalistas acabaram perdendo suas casas, foi uma tragédia.

Vi-me em Minas Gerais, descobrindo, mais tarde, que é uma terra de grandeza impressionante. Minas tem coisas das montanhas nas pessoas. O mineiro é diferente dos outros povos que habitam este país, talvez por ser uma gente carinhosa, que acredita em você. Não é à toa que estou aqui. Aprendi muito em Minas. Eu era um garoto carioca, de Ipanema. Surfista não tinha naquela época, e eu era “jacarezista”, ficava pegando jacaré na praia, jogando futebol. Não era ninguém de verdade, não tinha rumo. Só fui ser alguém quando vim para Minas Gerais, que me deu essa energia, essa força. E o cinema veio para mim porque meu pai, além de político, médico, era um apaixonado por fotografia. Ele tinha um projetor 16mm, que exibia filmes em casa. Aquilo tudo me encantava e foi aí a gênese da minha relação com o cinema. E, depois, tudo que vi... Conheci Neville d’Almeida, Rogério Sganzerla, Julio Bressane, Andréa Tonacci, Silvio Lanna e, assim, conheci o Cinema Novo, ou seja, Glauber Rocha. Fui fotógrafo do *Jornal da Tarde* de São Paulo no primeiro e único festival de cinema que aconteceu na cidade de Belo Horizonte em 1968. Era um festival político estudantil, onde

se ouvia, todos os dias, discurso contra a ditadura. E dava polícia, uma grande confusão... O cinema nasceu comigo, posso lhe dizer isso. Já nasci um cineasta fadado ao insucesso.

Franco Groia. Conheci um pouco da alma de José Sette e, com isso, conheci um pouco da alma do cinema brasileiro. Nessa linha de pensamento, lembro que, certa vez, ele falou que era preciso rasgar a alma brasileira, referindo-se a um incentivo maior ao cinema experimental. Gostaria de saber o que move a alma do realizador José Sette no sentido de concretizar um projeto específico, como os filmes sobre Goeldi e sobre personalidades ligadas a Juiz de Fora, como Murilo Mendes, Pedro Nava, Arlindo Daibert, Geraldo Pereira.

José Sette. O que me motiva é o encantamento que tenho por determinadas pessoas que passaram pela história brasileira. Fiquei um tempo exilado na Europa... Em 1980, fui a Belo Horizonte e lá encontrei um grupo de pessoas desenvolvendo uma experiência artística na Oficina Goeldi. Por que uma oficina de arte chamada Goeldi? O Goeldi que conhecia era o Emílio Goeldi, naturalista e zoólogo suíço, que foi para o Pará. Estive lá e fui ao Museu Goeldi. Eu não entendia bem a razão de uma Oficina Goeldi em Belo Horizonte, cheia de peixe-boi, de gravuras. Aí me explicaram que se tratava de Oswaldo Goeldi, filho do Emílio, gravurista, um artista maravilhoso. Aí fui à oficina, onde me apresentaram um livro com as suas gravuras que eram imagens impressas do cinema expressionista, o cinema que mais me influenciou. Eram as mesmas pinceladas do expressionismo que “mamei” no cinema alemão, tanto é que os alemães me adoram. Foi quando pensei em fazer um filme sobre Goeldi, relacionando-o ao cinema expressionista.

Conheci Pedro Nava na casa de Carlos Drummond de Andrade, no Rio de Janeiro. Drummond falava histórias e eu queria levar Pedro Nava para fazer o meu *Um Filme 100% Brasileiro*, como um memorialista que conviveu com os modernistas na rua da Bahia de Belo Horizonte. Lembro de Drummond dizendo que todos os modernistas andavam de terno porque carregavam no bolso do paletó os poemas que escreviam. “Nós nos encontrávamos no bar e líamos uns para os outros os nossos poemas. Que época gostosa, isso não tem mais”, dizia Drummond. E, em determinado momento, ao notar que Pedro Nava permanecia

calado, Drummond disse: “Mas, Nava, só eu quem falo; o memorialista aqui é você”. Convivi com Pedro Nava por um tempo. Queria que ele participasse do filme, mas não foi possível, porque essa conversa aconteceu próxima à época em que ele se matou. Nesta mesma época que convidei o ator Paulo César Pereio, que já havia trabalhado comigo, para o papel principal (Balise Cendrars e Oswald de Andrade) do meu filme *100% Brasileiro*.

Quanto a Juiz de Fora, os projetos possíveis e bem recebidos foram ligados aos personagens que por aqui passaram, cresceram, viveram, estudaram; e Pedro Nava era um deles. Não digo que tenha lido tudo de Pedro Nava, mas era um escritor extraordinário.

Quando comecei a reler alguns livros de autores da cidade, me apaixonei por todos, e quando surgiu a oportunidade de filmar, agarrei-me primeiro a Murilo Mendes, depois Pedro Nava, Arlindo Daibert, Geraldo Pereira, pois são pessoas que me encantavam em Juiz de Fora. E se me encantavam, queria dar para elas o que tenho de melhor. Então... a partir desse conceito que tenho de mim mesmo, quero dar às pessoas pelas quais me encanto o meu melhor cinema.

Maurício Lemos. Como você analisa o seu fazer cinematográfico até a extinção da Embrafilme e o momento posterior?

José Sette. Isso é um assunto interessante. A ditadura, época terrível, fez com o cinema um negócio extraordinário de produção e distribuição de filmes. Foi um momento em que o cinema teve um local para poder se resguardar e dar continuidade a tudo que o cinema brasileiro vinha propondo desde a época do Cinema Novo e, muito antes de todos, o cinema de Humberto Mauro. A Embrafilme veio para consolidar e foi uma espécie de “cala a boca” para aqueles “anarquistas” que habitavam o novo cinema. Porém, não creio que a Embrafilme tenha sido tão importante assim. Sabe o que considero importante na minha época? O Conselho Nacional de Cinema (Concine), porque era um órgão extraordinário, que fiscalizava; essa era a única maneira de o cinema brasileiro dar certo. Com a padronização do ingresso foi possível controlar a máfia que dominava tanto a distribuição quanto a exibição no Brasil.

Não usufruí muito da Embrafilme, mas é fato que me proporcionou a realização de *Um Filme 100% Brasileiro*, com um financiamento de menos de US\$ 100 mil, montante insuficiente para o projeto. Impossível, mas fiz. Tem uma coisa bacana no artista brasileiro, que é essa grandeza que ninguém consegue barrar e que, por mais que se tente segurar, impedir um trabalho, acaba existindo uma brecha e o artista faz. Escrevi, em 1965, meu primeiro roteiro. Quase 20 anos depois, em 1984, consegui meu primeiro financiamento oficial. Um lixo, mas oficial, porque tinha a chancela da Embrafilme, o que, em contrapartida, representava ter a marca da ditadura e isso pesava negativamente em relação àqueles que lutavam pela democracia.

Antes de *Um Filme 100% Brasileiro*, tinha feito, em 1981, *Um Sorriso por Favor, o Mundo Gráfico de Goeldi*, que foi muito bem recebido em muitos festivais pelo mundo afora, tendo sido laureado como Melhor Filme do Festival de Brasília em 1982. *Um Filme 100% Brasileiro*, uma produção minha e do Grupo Novo de Cinema de Belo Horizonte, também conquistou dois prêmios no Festival de Cinema do Rio de Janeiro. Logo depois, fui para o Ceará e consegui destaque como “Melhor Cenografia”. De volta a Belo Horizonte, fui nomeado diretor do Palácio das Artes. E, um dia, estou lá tranquilo, ganhando um bom salário, e chega um telefonema do Instituto Goethe, informando que Peter B. Schumann queria falar comigo. Ele tinha visto *Goeldi* e estava no Brasil para selecionar filmes a serem exibidos no Festival de Berlim. Marcamos um encontro no Palácio das Artes, e, embora Peter seja alemão, começamos uma conversa e ele me disse em bom português: “Gostei bastante do seu filme, mas passei na Embrafilme e me disseram que você não tem mais nada realizado”. Respondi: “Isso é mentira. Se foi a própria Embrafilme que produziu o filme *100% Brasileiro*”. E ele: “É mesmo? Quando eu posso ver?”. Respondi de imediato: “Agora!”. Ele assistiu ao filme e, na mesma hora, afirmou: “Você está convidado para o Festival de Berlim”. Eu o encaminhei à Embrafilme, porque não dispunha de dinheiro para dublagem, titulação e legendas. Ele foi lá e prometeram tudo. Fiquei em casa esperando as passagens para a Alemanha e nada acontecia. Faltavam uns 15 dias para o Festival de Berlim, quando Peter me liga de lá e diz: “Até agora não chegou o filme”. E eu: “Como não

chegou?”. A Embrafilme simplesmente não havia enviado a obra. Fui para o Rio. Engraçado que, nesse dia, tive um encontro com Eder Santos, que estava começando a trabalhar com cinema e queria me filmar, pois fazia um curta intitulado *Europa em 5 Minutos*. Cheguei ao Rio e fui direto para a Embrafilme. Subi. Estava lá, dependurada, uma série de besteiras naqueles corredores. Qualquer coisa que não agradasse, eles colocavam lá para todo mundo ver. Coisas da ditadura. Perguntei sobre Berlim e eles disseram que houve um problema e que o filme seguiria no dia seguinte. Deixei o prédio da Embrafilme e, quando fui pegar meu carro, tinha sumido, o reboque levou. Fiquei aliviado por não ter sido roubado. Um tempo depois, ligo para a Alemanha: “Alô, Peter, chegou o filme?”. “Não, não chegou.” Aí virei uma fera. Voltei ao Rio, entrei na Embrafilme para falar com alguém. Entrei em uma sala com divisórias, e ouvi risos ao telefone. E eu: “...Estou com pressa”. Resposta de assessor: “Ele mandou você esperar um pouquinho porque está muito ocupado”. E ele no telefone, rindo. Pensei: “Que ocupação é essa?”. Isso foi me irritando de tal maneira, que meti o pé na porta e entrei. Ele estava sentado, cheio de papéis em volta, peguei a mesa dele — eu era muito rebelde naquela época — e comecei a levantar. Ele começou a segurar os papéis e a falar: “Você está ficando maluco?”. E eu: “Estou maluco mesmo. O Festival de Berlim, não recebeu meu trabalho. Mande o filme”. Resultado: mandaram o filme, sem legendas. Sabem o que o eles tiveram que fazer lá na Alemanha? Chamar uma taxista portuguesa, que sabia os dois idiomas, e contratou-a para a tradução. Imagine traduzir para o alemão Blaise Cendrars, um poeta suíço que escrevia em francês. Uma loucura. Na exibição, a plateia alemã adorou. Fiquei muito emocionado. Depois de todas as dificuldades no Brasil, todos adoraram o trabalho. Dois mil jovens universitários que participavam do Festival aplaudiram de pé. Eu podia morrer naquela hora que estaria realizado. Cito isso como exemplo da minha relação com a Embrafilme.

Franco Groia. Só um adendo com relação a *Um filme 100% Brasileiro*. José Sette é uma pessoa extremamente carismática e apaixonada. E essa paixão move todos os que trabalham com cinema e, particularmente, com o cinema do José Sette. O Walter Carvalho, em algumas ocasiões em que estivemos juntos, disse que o melhor plano que ele já

viu foi o primeiro plano do *Um filme 100% Brasileiro*. Ele costuma dizer que é o plano mais perfeito da história do cinema.

José Sette. Sempre que encontrava com Walter Carvalho, ele reiterava isso e ia além: “O melhor plano do cinema mundial foi você quem fez”. Depois da décima vez que ele disse isso, falei: “Vou dizer uma coisa para você, claramente. O cinema não é feito só do primeiro plano. Você acha que está me agradando, mas não está. Para de falar essa chateação.... Parece que o resto é um lixo e que neste filme só o primeiro plano interessa”.

Rogério Terra. Gostaria de propor uma reflexão sob o ponto de vista da criação, abordando a produção, que está interligada. Queria que nos falasse sobre como era na década de 1970, no contexto do cinema chamado marginal, que na verdade é o de invenção, e como é essa mesma experiência, hoje, sendo que o experimental, dos anos 1970, era o que todos esperavam e, ao contrário daquela época, ser experimentalista chega a ser temerário atualmente.

José Sette. Quando comecei a fazer cinema, o processo com película e equipamentos pesados era muito caro e é até hoje. Negativo, câmera 35mm, carregar aquilo tudo. A única pessoa que posso dizer que seguiu à risca essa minha história foi você, Rogério Terra, que filmou em 35mm. Claro que tinha meu equipamento para ajudar, mas você usou o 35mm e, hoje em dia, ninguém mais faz isso. Atualmente, se alguém vai fazer um curta-metragem, entra com um projeto de R\$ 100 mil, R\$ 150 mil. Aliás, existem aqueles mais audaciosos, que querem fazer um longa-metragem de cara com muito dinheiro, sem nunca ter feito nada antes. Mas eu não, fiz com o meu próprio dinheiro, conquistei meu equipamento. Lutei, convidei, convenci as pessoas e fiz os meus filmes em 35mm. Esteticamente falando, o cinema não se compara ao vídeo, embora hoje estejamos com um equipamento de ponta de linha, o *full HD [High definition]*, uma câmera com qualidade de película e com resultado interessantíssimo. Até o filme *Janela do Caos*, filmei em 35mm; depois, *O Rei do Samba*, 16mm. Comecei com vídeo a partir do filme sobre Pedro Nava. *Vertigem* foi 16mm, mas editado em vídeo.

Acredito que com o filme *Amaxon* revolucionei minha linguagem, porque encontrei a maneira de usar a câmera digital cinematográfica-

mente. Antes, era um grande problema meu trabalhar com o digital e não conseguir a textura certa. Comparando, é o mesmo com a pintura em acrílico, que não tem cheiro, não intoxica, mas não substitui o óleo. Óleo é óleo. Pode vir a melhor tinta acrílica do mundo que não tem como substituir a pintura a óleo. Então, sempre fui um fanático pela película, pelo cinema tradicional, mas os poucos trabalhos que tenho em vídeo, fiz por acreditar nas suas possibilidades. Considero até complicado, hoje em dia, fazer cinema em película no Brasil. Em qualquer parte do mundo, estão optando pelo vídeo, porque é possível, esteticamente, fazer um trabalho tão bom quanto se fazia no cinema antigamente. Assim, meus filmes, agora feitos em vídeo, permanecem com a mesma essência estética e linguística.

O fato é que não parei e nunca vou parar meu cinema, independente dos recursos utilizados. O meu sonho é fazer, em Minas Gerais, um filme sobre Teófilo Otoni, o personagem mais importante da história mineira, muito maior que Tiradentes. Teófilo Otoni é genial. Eu o retrataria à época da Revolução Liberal de 1842, sobre a qual tenho um roteiro pronto, que um dia entreguei ao então governador de Minas Itamar Franco em mãos. Infelizmente, porém, creio que os políticos brasileiros não entendem muito de arte e muito menos de cinema.

Franco Groia. Na verdade, quando falei sobre a questão da criação, teria mais a ver a maneira como você percebe que as pessoas veem seu trabalho hoje e há 20 anos.

José Sette. Há 25 anos, as pessoas acreditavam no cinema, tinham o prazer de ver filmes. Infelizmente, isso acabou e não é só no Brasil. Até o Festival de Cannes já não é mais o mesmo. Se Glauber Rocha fosse vivo e mandasse um filme para um desses festivais, seria recusado peremptoriamente. Acredito que essa mudança veio pela estética colonialista de Hollywood, que nos impôs anos e anos a fio de cinema medíocre, veiculado pela televisão 24 horas. O jovem cineasta brasileiro não tem boas histórias. Meu Deus do céu, um país todo para ser descoberto, mas não há interesse em retratá-lo. O que quis fazer com toda a minha cinematografia foi redescobrir o Brasil. É o que fiz no filme sobre Murilo Mendes.

Gilberto Vasconcellos. José Sette é um cineasta que busca a fórmula do cinema do Brasil cuja matéria-prima é a arte. Isso faz dele uma figura singular que acredita na arte como elemento de conhecimento muitas vezes superior à ciência. Talvez a graça desse cineasta não esteja no expressionismo alemão, mas na neblina de Minas Gerais. Diante disso, gostaria de sugerir às instituições, públicas ou não, empenho na criação de uma escola José Sette de cinema, eliminando esse lugar-comum impropriedade de que não se aprende cinema na escola. José Sette, hoje, está exilado no mar salgado de Cabo Frio, quando seu lugar é viajando pelo Brasil, porém com o pé em Minas Gerais.

José Sette. Fico muito honrado com a sua sugestão e não a descarto porque sempre lutei, sempre falei que pessoas com um notável saber, como meu amigo Rogério Sganzerla, deveriam ser conhecidas por todo o Brasil. A exemplo do que o Lula fez, viajando país a fora para falar de política e de problemas sociais, pessoas que já tenham demonstrado seu potencial cultural poderiam falar sobre arte. Gostaria muito de ser convidado a passar minha experiência para os jovens. Não é porque eu seja um gênio, miraculoso, mas porque tenho experiências e acredito que o Brasil aproveita mal os seus filhos. Penso que poderia dar uma grande contribuição, não só a Juiz de Fora, mas correndo as universidades brasileiras, batendo papo, mostrando a câmera, o que é e como se faz, como se constrói um roteiro. O José Sette não é ninguém, mas traz uma bagagem e uma experiência.

Mauro Pianta. Você não gosta de ser chamado de mestre, mas o é de fato e sabe disso. Aprendemos muito com você.

José Sette. Quando você fala mestre, cria uma conotação de que eu estava ali para ensinar. Nunca foi a minha intenção ensinar nada a ninguém. A minha ideia era me “despir” para vocês. Mestre é um título acadêmico, que traz implícita a sabedoria ou não. No meu caso, posso ter dado muito a vocês, mas vocês me deram muito também.

Mauro Pianta. Para complementar essa ideia, lembro que estávamos em um trem e alguém ficou do lado de fora segurando o seu fotômetro. O trem partiu e o fotômetro ficou. Experiência de mestre: “Coloca tanto aí no diafragma 4 por 5”. E a fotografia ficou fantástica.

Você passou sua experiência para toda uma geração, que inclui Marcos Pimentel, Rogério Terra, Maurício Lemos, entre tantos outros.

José Sette. Quando você entra na sala da aula, coisa que nunca fiz, cria fórmulas para explicar a matéria. Essa é a intenção do mestre, aquele que tem o saber e quer repassá-lo, objetivamente. O saber cinematográfico não tem objetividade, por isso insisto em que cinema não se aprende na escola. O saber cinematográfico abrange inúmeras áreas, das artes plásticas à literatura, e é dependendo de como o sujeito navega nessas áreas que ele vai ser um bom ou um péssimo cineasta.

Essa história sobre a lente, que Pianta contou, reflete o fato de que sempre mergulhei profundamente nas coisas que faço, com carinho, com abnegação. Nunca me preocupei em fazer um filme que o público iria gostar ou com o qual eu iria ganhar dinheiro. Nunca pensei em colocar a mulher que todo mundo queria, mas não tirava a roupa na novela... A minha relação é com a arte pura. Aprendi cinema com as artes plásticas, com a música que fui selecionando durante esse percurso. Sem nenhuma intenção de ser. Sei que era bom fazer e sempre soube disso. Agora, nunca tive a intenção de usufruir desse conhecimento para tentar ensinar a alguém. Não funciona assim, a prática é que vale. Um erra e o outro corrige. É uma aprendizagem e um ensinamento mútuos. No final, acabamos sabendo tudo; o olho vira o fotômetro, mas é bom ter o fotômetro para ter certeza e poder brincar. Sempre fui fotógrafo, nasci sabendo fotografar. Nunca tive a intenção de ser um homem de escola, mas creio que a universidade, sinceramente, perde de não ter pessoas como eu, e como muitos outros desse país, que estariam passando a sua experiência, a sua visão de mundo, a sua visão política e cultural. Espero que, um dia, as pessoas que têm o poder na mão, que podem fazer isso e aquilo, como fiz quando era diretor do Palácio das Artes, abram espaço para o cinema.

Rogério Terra. Pianta trouxe uma experiência de trabalho com você e comecei a lembrar de uma série de coisas não apenas no sentido da orientação técnica ou do procedimento profissional, mas da ética. Ética do certo e do errado, do cinema como sacerdócio e não como negócio. Uma vez você falou: “O negócio é a negação do ócio”.

José Sette. Quem disse isso foi Oswald de Andrade.

Rogério Terra. Essa coisa do cinema como exercício de prazer, de criação livre e de sacerdócio [ócio sagrado], de paixão, daquela mágica que se instaura quando a câmera é ligada. Isso foi uma grande experiência aliada ao aprendizado técnico?

José Sette. Claro, gritei muito com você na primeira filmagem, lembra-se?

Rogério Terra. Acho que mais me acalmou do que me deixou tenso. Lembro de outra frase sua, à época do filme *Soroco, sua Mãe, sua Filha*, quando fui lhe pedir a câmera, e você, sentado com o charuto na mão, ouviu o pedido e falou: “Uma advertência, cinema não tem porta de saída, só tem porta de entrada; é uma cachaça”. E é verdade, embora eu esteja um pouco afastado da realização.

Mauro Pianta. Você conseguiu despertar a paixão do cinema em todos nós. E agora nenhum de nós tem uma porta de saída.

José Sette. Não tem, não. Infelizmente, vão ficar o resto da vida.

Franco Groia. Isso é uma realidade tão notória, que a figura do José Sette em Juiz de Fora faz uma imensa falta. Não só pela amizade, pela presença, mas por essa paixão sobre a qual falamos sempre, esse sacerdócio do cinema, essa comunhão com todos nós que somos seus discípulos. Uma das coisas que me vem à memória sempre, e foi reforçada com este depoimento, é pensar a sua obra. Quem é José Sette? Quais são seus filmes? Sempre que tento visualizar essa questão, não o vejo fora do processo criativo. Penso que o mestre, quando humilde, é alguém que está se colocando no produto cultural. O nosso cinema é um produto, é vendável, é um rótulo, é marginal, é experimental, é cultural. Há a margem e há o dentro. José Sette é o dentro.

Uma das passagens mais interessantes do cinema de José Sette é uma redescoberta, até para si mesmo, dessa paixão que transcende a questão da imagem. Voltando alguns anos atrás, há a questão de estar em Minas Gerais, sem nunca abandonar o Rio de Janeiro, tanto é que, aqui, você morava na rua Santo Antônio e, lá, você morava no Leblon. Fomos em ambas as moradas e lembro do momento em que comprou o seu computador para assumir e subverter a questão do digital, querendo saber fazer. E lembro bem dos óculos de leitura. Você ficava meia hora

procurando algo até ter o prazer de achar e nos mostrar com felicidade. Realmente, era muito prazeroso compartilhar esses momentos. José Sette nos faz muita falta em todos os sentidos.

José Sette. Minha alma é mineira.

Gilberto Vasconcelos. Juiz de Fora é uma cidade sem mar, ainda bem, porque o mar trouxe o dinheiro, o colonialismo, a Bíblia. Então, não é ruim estar longe do mar. O mar traz muita coisa que não é boa.

José Sette. Foram circunstâncias que me levaram.

Rogério Terra. Você falou sobre a questão do cinema e do vídeo, que me faz pensar muito e concluir que a presença do digital teria muito mais a contribuir do que dificultar o seu processo específico de criação. Retomando *Amaxon*, o que você descobriu? No que o digital impactou a sua linguagem que é, desde sempre, experimental, sendo que considero a linguagem do digital como experimental por natureza.

Mauro Pianta. Complementando, gostaria de saber quem é, de fato, o José Sette e qual é a sua obra?

José Sette. É difícil falar quem é o José Sette. Não sei e não quero falar a respeito, por isso vou falar sobre a minha obra. O *Amaxon* é a síntese de todo o meu trabalho cinematográfico com recurso zero e amizades. Havia escrito alguns textos, não exatamente um roteiro, sobre essa questão do ler e do ver, do escrever e do filmar, da literatura e do cinema, e coloquei no papel umas 20 laudas de reflexões. Encontrei com a atriz Vera Barreto Leite [Vera Valdez], do Teatro Oficina, minha amiga há muitos anos, e falei: “Estou com um texto que gostaria de filmar, você topa? Em uns 4 dias a gente faz as filmagens necessárias”. Ela aceitou e fomos filmar em Cabo Frio. Meu fotógrafo foi o Marcelo Pegado, menino sensível. Você seria muito melhor, mas não tinha condições financeiras de levá-lo para Cabo Frio. Assim, criei um novo Mauro Pianta em Cabo Frio. Marcelo tinha o próprio equipamento. Aí montei uma equipe. Eu, dirigindo; Marcelo, fotografando; minha irmã Ana Sette, produzindo; Emiliano Sette, meu filho, fazendo o som; e um menino, Marcos Azevedo, que eu chamava de assistente geral e que fazia tudo. Filmamos em um cenário que se apresentou, que não escolhi,

que não era algo fabricado. Como não sabia o que fazer com as janelas da casa, e resolvi colocar um pano verde cobrindo-as. Uma loucura completa. Todo mundo se perguntava se ia dar certo e eu dizia: “Fica tranquilo”. Terminei as gravações em Cabo Frio e segui para o Rio de Janeiro, para filmar dois dias com um amigo, o Octávio Terceiro, que trabalhou com Rogério Sganzerla no filme *Signo do Caos* e que é também o agente de João Gilberto. Trouxe esse material para Cabo Frio e, durante 9 meses, fiquei em frente ao computador dia e noite. Vera, que nasceu em 1936, deu um show, mesmo sem tempo para decorar os textos. No final das filmagens, tinha gente arrancando os cabelos, porque, mesmo quando não posso pagar, sou duro na queda, tem que andar na linha.

Sempre achei que a edição é o momento mais importante de um filme de cinema, e, nesse contexto, está um filme que assisti como jurado na Mostra do Filme Livre no Rio. Havia vários trabalhos geniais e um me chamou a atenção: *Transatlântico*. Um rapaz ficava no porto e abordava todo mundo que ia para Fernando de Noronha e fazia cópias do material turístico. Depois de um mês coletando esse material, ele o levou para uma ilha e o editou. Ficou sensacional. Então, há algo novo nascendo do digital. A *internet* é revolucionária, não tem censura, não tem interesses, você publica o que quiser. O *youtube* é um canal genial, que está fazendo pipocar inúmeros filmes pelo Brasil afora.

Mauro Pianta. Você falou da Vera Barreto Leite. Como é o seu processo de direção, a sua relação com os atores?

José Sette. Quando havia dinheiro e como pagar os atores, era meio fascista na direção de ator, porque pensava que o ator estava recebendo para fazer da forma como eu queria. Por exemplo, no filme *100% Brasileiro*, esbarrei no problema do estrelismo e precisei deixar claro: “Tudo bem, todo mundo sabe que você é um grande ator, mas o filme é meu e quero que interprete da minha maneira”. Brigamos até o dia em que ele enlouqueceu, foi embora do *set* e me deixou na mão, sem qualquer profissionalismo. Como não deixo a peteca cair, coloquei a máscara em outro ator e fiz o filme sem som direto. Quando a dublagem estava para ser feita, no Rio, entrei em contato com esse ator que havia brigado comigo e avisei que ainda tinha a dublagem para fazer

e ele fez. Depois, arrependido, comentou: “Que burrice que fiz”. Foi uma besteira ter largado o filme, porque o resultado teria sido muito melhor se ele tivesse participado até o final. Ele estava enganado.

Gilberto Vasconcellos. Uma coisa interessante também é a importância da ideia. Com uma boa ideia, mesmo sem dinheiro, hoje se faz algo bom.

José Sette. Hoje, dispomos da *internet*, que mudou tudo. O vídeo que se faz hoje não é para exibir em grandes salas, é para postar no *youtube*, que tem grande visibilidade, e isso é extraordinário.

Gilberto Vasconcellos. Essa importância da ideia foi favorecida pelo digital.

José Sette. Pois é, fiz um blog que registra cerca de 30 a 40 visitantes por dia. Em pouco tempo, cerca de um ano, cheguei a ter 7 mil visitas.

Maurício Lemos. Você nasceu em uma família de políticos, convivendo muito tempo com o PTB antigo e um pouco com o PDT histórico.

José Sette. Convivi com o José Aparecido e conheci muito o Itamar Franco.

Maurício Lemos. Quando conversávamos, havia sempre cinema e política, duas formas de paixão. Lembro bem que você contava casos engraçados a respeito. Hoje, o que você sente no seu trabalho em relação à política?

José Sette. Fui candidato a deputado. Meu avô e meu pai eram políticos do interior. Meu pai foi prefeito, deputado federal, deputado estadual e era amigo íntimo de Juscelino Kubitschek, com quem minha irmã dançou a valsa de 15 anos na festa que aconteceu lá em casa. Então, vivi e convivi com esses grandes nomes que citei e outros como o professor Santiago Dantas, com quem meu pai, assim como todo pai faz com os amigos, reclamava do filho: “É um vagabundo, só vai dormir às 4 horas da manhã. Não quer saber de nada, só de arte. Já falei com ele, cinema é salário de fome em um negócio de débeis mentais. Assim não é possível, tem que estudar medicina”. Para ele, era melhor ser médico, afinal havia uma relação entre a profissão de médico e a de político. Ele

era médico, Juscelino era médico. E, um dia, Santiago disse ao meu pai: “Sette, meu caro, deixa o menino ficar comigo. Só tenho a minha gata Amintas”... Eu não quis de maneira nenhuma. Imagine se eu iria morar, naquele tempo, com o político Santiago, abrindo mão de estar entre os artistas, ali conversando, trocando ideias todos os dias. Isso é o que faz a vida cultural, sinto muita falta de estar na esquina dos bares, falar sobre cinema, sobre Jean-Luc Godard e aquele seu discurso louco, extraordinário. Sinto falta dessas conversas.

Sabe, Maurício Lemos, gostaria de poder falar sobre o cinema de João Gonçalves Carriço, documentarista extraordinário para o seu tempo. Aquilo foi um momento glorioso. Houve um dia, lá em casa, em que abri um daqueles panfletos para consulta e lá estava o seu nome em um deles. Você é quem fez aquele trabalho sobre Carriço. Tudo faz falta. Puxa vida, será possível que nós vamos passar esse tempo todo sob essa neblina densa que está nos matando? Isso não vai me impedir de fazer meus filmes, mas me faz falta essa grandeza da alma brasileira. É para isso que vivi a minha vida, para ter vocês, repassar a minha vivência, retirar do baú determinados nomes. Cinema tem uma força extraordinária, e um exemplo dessa força foi a exibição do filme sobre Geraldo Pereira, em rede nacional, na TV Cultura. Rogério Brandão, que era então o diretor da TV Brasil, disse que foram 4 milhões de espectadores em uma única noite. Assisti no sítio do Roberto, meu querido amigo e irmão, em uma tela grande. A TV Globo de Juiz de Fora também chegou a exibir um de meus filmes.

Pinho Neves. Entre um assunto e outro acercando o passado do presente, como era antes e como seria hoje, se houve algum avanço?

José Sette. O problema é que o dinheiro destinado ao cinema brasileiro nasce de uma estrutura que já foi consolidada há muito tempo no Brasil e que é o Cinema Novo, que tem em Luiz Carlos Barreto um de seus maiores nomes. Há cineastas, como o Walter Salles — este não precisa do dinheiro de ninguém —, que são grandes incentivadores. É o amor pelo cinema. E isso é muito bacana. Walter Salles podia ser mais um filho de banqueiro, mas foi além, está aí, batalhando. Não gosto muito do cinema dele, mas admiro a sua luta, a sua forma de extrapolar limites.

Mas o erário, aquilo que vem do dinheiro do povo, tem um domínio muito específico. Sempre fui brizolista. Leonel Brizola assumiu o governo do Rio de Janeiro em 1983 e procurei Darcy Ribeiro para propor o que considerava uma estratégia de cultura extraordinária. Ele concordou e, em seguida, disse que havia convidado Hugo Carvana para fazer parte do projeto. Aí, falei: “Hugo Carvana? Ele está na TV Globo, não precisa disso, vamos colocar sangue novo, fazer uma área cultural fundamental. A arte é o que impulsiona a liberdade, a política. Todo processo artístico-cultural leva a um conhecimento maior do fator político”. Darcy não me ouviu, manteve aquilo que queria, com o Cinema Novo sempre pressionando. Com isso, quero dizer que as verbas públicas estão direcionadas a determinados projetos de interesse desse *lobby* que domina a cultura brasileira. O cinema brasileiro tem essa coisa compartimentada, que faz lembrar da frase “farinha pouca, o meu pirão primeiro”, o que prejudica muito o todo, destrói um modo de pensar. Hoje, no Brasil, quem faz cinema com o intuito de exibir seus filmes no mercado esbarra em uma série de problemas. Que empresa vai investir em um filme sobre Pedro Nava? A não ser que o papel principal fosse interpretado por um astro como José Wilker.

Maurício Lemos. Décadas atrás, era fácil observar o Cinema Novo no Brasil, que se equiparava ao que era feito na França dos anos 1960, com a *Nouvelle Vague*, ou o Cinema Novo Alemão, que teve seu auge nos anos 1970. O que é para você, hoje, um cinema de invenção, presumindo que seria algo que se contrapõe de maneira clara e contundente ao chamado “cinemão”?

José Sette. O cinema de invenção não é um filme que o diretor inventa, é algo feito com o coração, com carinho, tratando de um assunto específico, sem preocupação com sucesso. Você tem certeza que o mercado não vai consumir aquilo de imediato, porque não tem os ingredientes da sopa mercadológica. Hoje, não existe mais um grupo como o do Cinema Novo, que se reunia, que tinha ideias próprias, que discutia o fazer cinematográfico. Isso acabou e cada um foi para o seu canto. No começo do cinema dito marginal, havia muita dificuldade, incluindo a interferência do Dops [Departamento de Ordem Política e Social no período do governo militar]. O que a ditadura fez? Individua-

lizou o processo. Cada um cuidava de si, amedrontado, ou fugia do país. A ditadura destruiu, matou o Cinema Novo. O “cinemanovista” dançou quando foi encampado pelo estado ditatorial. Por isso tudo, não creio que haja uma corrente, que exista um elo. Meu filme, por exemplo, tem a ver com o cinema de Júlio Bressane. Sylvio Back já é outra história e Rogério Sganzerla também. Quem forma o cinema do Rogério é ele mesmo. Consigo enxergar que havia uma luta política, ideológica, embasada no Cinema Novo. Achavam que o cinema modificaria a condição do povo brasileiro e que o cinema, justamente, seria a grande ponta de lança da retratação dos problemas sociais. Todos acreditavam que aquilo era para a massa. Depois, como disse, o estado ditatorial colocou panos quentes, no intuito de conquistar o mercado que era dominado pelos estrangeiros. Não tem como conquistar o mercado, então é continuar a fazer cinema. Não consigo parar de fazer. Já estou enlouquecendo porque terminei meu último filme, estou sem dinheiro e ainda quero fazer outro filme. É o amor pelo cinema, esse trabalho da arte pura, em que nada mais interessa. E faço assim mesmo, e é bom.

Raphaella Ramos. Sobre essa questão da ditadura militar e da censura política, você acha que hoje existe outro tipo de censura?

José Sette. Sem dúvida nenhuma. Censura financeira. Hoje, vivemos a ditadura financeira. Se você está estudando, seu interesse é a universidade, e o interesse do jovem universitário é conseguir um emprego que lhe dê dinheiro o mais rápido possível, para ele comprar seu carro, seu apartamento, realizar seus desejos de consumo. Isso se chama ditadura financeira. Só mesmo um maluco faz algo contra esse sistema em que é preciso ganhar dinheiro o tempo todo. Esse é o sistema brasileiro e o do mundo inteiro. O neoliberalismo provocou isso. Acabou a ditadura militar e é isso que temos hoje. A direita é inteligente e não deve ser subestimada. Costumo dizer que prefiro conversar com um cara de direita inteligente do que com um esquerdista, cuja maioria é “limitada”. Nunca vi tanta burrice como a esquerda do Brasil. É um erro atrás do outro. Direita ou esquerda, não importa; estão sempre na sua frente, se você vacilar, passam uma rasteira, jogam no chão. Acredito que a ditadura financeira, hoje, é a pior praga do nosso país e do mundo. Não tem mais

nada, os festivais, tudo é reflexo dessa realidade. Incentivado pelo meu filho, enviei meu trabalho para o Festival de Cuba, para o Festival de Natal, para o Festival de Tiradentes, e todos recusaram. Não interessa se é bom ou se é ruim. Que tipo de país é este em que as pessoas que estão dominando a estrutura cinematográfica têm a audácia de recusar um filme? Podia ser o pior filme do mundo, mas tinha que ser exibido, por uma questão de respeito à minha contribuição ao cinema brasileiro. Mas o fundamento da recusa está no fato de que os festivais se transformaram em fonte para rios de dinheiro, rios caudalosos de dinheiro. Fiz uma carta para os organizadores do Festival de Tiradentes, que responderam com uma proposta de apresentação em Ouro Preto. Fiquei indignado. Não quero mais. Enquanto não mudar essa estrutura, estou fora dos festivais. Tem que mudar o Brasil, o povo está muito acomodado. Por causa da ditadura financeira, ninguém quer discutir mais nada, todo mundo só quer ganhar dinheiro. Acordam de manhã pensando: “Como vou ganhar mais dinheiro hoje?”. É isso. É uma crueldade, é tudo capital. E o capital maltrata.

Pinho Neves. O que você pensa da ideia de festival de cinema?

José Sette. Festival é importante para mostrar o novo, para mostrar o trabalho de quem está querendo mudar e discutir sobre isso. Essa é a alma do festival. Não sou contra festival. Acho que é um espaço fundamental, e quanto mais, melhor; mas é necessário que haja uma política cultural diferente. As pessoas que fazem os festivais de hoje no Brasil estão querendo o mercado, têm interesses próprios, financeiros. Há muito dinheiro envolvido. E penso que deveria haver uma remuneração para quem está realizando o filme. Você passa seu filme em um festival e não recebe nenhum tostão para isso. Como se faz um festival sem o filme? Todo mundo ganha, menos o artista. É como pegar os quadros de um pintor e sair distribuindo por aí. Não é bem assim, está errado. A política cultural brasileira está muito errada.

Pinho Neves. Gostaria de retomar a questão do mestre e do professor. A ideia do mestre é um pouco diferente da do professor. Tem muita gente fazendo muita coisa, mas sem ter uma obra, para a qual é preciso ter o tipo de coerência que vejo em você quando fala, por exemplo, sobre o cinema e o expressionismo alemão, aquele jogo de claro e escuro.

Não sei se foram os filmes que beberam nas gravuras ou se foi o contrário, mas o fato é que há uma associação, um acercamento muito grande entre essas duas linguagens. Quando você fala em Murilo Mendes, Geraldo Pereira, Arlindo Daibert, Pedro Nava, sinto falta de outro nome interessantíssimo, Augusto dos Anjos. Acredito que essa ideia do mestre passa não só pela pessoa que ensina, mesmo com rigidez, mas também pela pessoa que está construindo um trabalho cultural. Essa questão da paixão é muito interessante. Jean-Paul Sartre costumava dizer que não fazia literatura por fazer, mas porque tinha compromisso com a palavra, com a paixão de criar. É isso que move os grandes homens e faz com que produzam arte. Enfim, acredito que isso esbarra no conceito de mestre, não vou dizer de gênio para não exagerar.

Como estamos ao final da entrevista, gostaria de agradecer imensamente a sua presença, as menções que você fez à minha pessoa, reiterando que fiz o que cabe às pessoas públicas. Há algo que você ainda queira acrescentar?

José Sette. Não mergulhamos profundamente em todos os assuntos, até porque o tempo não é suficiente, mas esquecemos o *Augusto dos Anjos*, que é um filme que fiz e pelo qual sou apaixonado, uma vez que o considero o pai do modernismo mesmo que os modernistas não o considerassem assim, mal-visto que era pelos parnasianos e pelos próprios modernistas. Ele era um verdadeiro marginal, renegado por todos. Adoro também o filme sobre Arlindo Daibert.

Exibi quase todos os meus filmes digitalizados na mostra do Rio de Janeiro e foi sensacional. As salas estavam cheias, embora fossem espaços pequenos para públicos de 30 pessoas no espaço cultural do Banco do Brasil. Houve exposições também em sala grande, sempre cheia. As pessoas assistiam aos filmes, saíam e conversavam a respeito. Quebrou um pouco aquele clima da época do Cinema Paissandu no Rio de Janeiro. E para finalizar meu depoimento, gostaria de fazer uma sugestão. Adoraria exibir esses filmes, 12 no total, em Juiz de Fora. Seria ótimo fazer uma mostra aqui, para que todos pudessem ter uma visão geral sobre o meu cinema. Agradeço a todos os meus amigos queridos, meus irmãos aqui presentes. Saudade de vocês todos, do nosso Wander, querido Wanderley Nazareth, grande figura. Senti a falta de Marcos Pimentel e Xanxão de Alvarenga, que está filmando sobre o Carriço. Obrigado.

Entrevista concedida ao projeto Diálogos Abertos, em 26 de maio de 2010, no Museu de Arte Murilo Mendes. Entrevistadores: Franco Gróia, Gilberto Vasconcellos, José Alberto Pinho Neves, José Luiz Vieira, Mauricio Lemos, Mauro Pianta, Raphaela Ramos, Rogério Terra.

Le Murillo Me



LEDA NAGLE

Nasceu em Juiz de Fora, no dia 5 de janeiro de 1951. Filha de Aracy e Amim Nagle, tem um filho, o ator Eduardo Nagle Marques, Duda, de seu casamento com Rogério Marques. Formou-se em Comunicação Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora em 1972. Apaixonada pelo Rio de Janeiro, foi onde estabeleceu sua sólida trajetória no jornalismo, começando na redação de *O Jornal* e seguindo para as páginas de *O Globo* até se encantar pela televisão. Comandando entrevistas do *Jornal Hoje*, da Rede Globo, de 1977 a 1989, conquistou destaque no cenário nacional e construiu as bases de sua credibilidade profissional. Depois vieram a Rede Manchete, o SBT, os projetos com a Unesco e com o Ministério da Educação, até chegar ao *Sem Censura*, programa que apresenta diariamente na TV Brasil. Os sonhos não cessam, abrigando a ideia de um programa diferenciado, algo como *Diálogos Impossíveis*, reunindo personalidades que instiguem o espectador. A seu ver, muito mais do que oferecer lazer ou informação, a televisão tem a missão de educar.

Sobre a apresentadora, escreveu o colunista Artur Xexéo, no livro *Leda Nagle — De Minas para o mundo — Levando Minas no gesto e no coração*, que a jornalista publicou em 2010: “[...] Pouco a pouco, entrevista a entrevista, Leda Nagle desvenda a mineirice que está espalhada pelo país no trabalho de alguns de seus mais importantes artistas, atletas e políticos. [...] A entrevista é um jogo de conquista, um jogo de sedução. O entrevistado quer seduzir o entrevistador para que ele não seja muito indiscreto, não faça perguntas complicadas, não exija respostas difíceis. Numa entrevista com Leda Nagle, porém, não adianta resistir. Ela ganha o jogo desde

a primeira pergunta. É ela quem seduz, é ela quem conquista. Nestas entrevistas, Leda revela seu segredo. Como se estivesse oferecendo a um amigo uma caneca de café e uma porção de pães de queijo, Leda exerce a arte da entrevista com sabedoria e consegue sempre respostas surpreendentes [...]”.

Pinho Neves. Como surgiu seu interesse pelo jornalismo?

Leda Nagle. Queria dizer que sou péssima entrevistada, porque não me é confortável esse lado de cá, nunca foi. Sempre quis ser jornalista. No livro *De Minas para o mundo* até falo isso. Fernando Gabeira me influenciou mesmo sem saber, porque mal convivi com ele como jornalista, o que acontece muito mais hoje em dia do que na época em que escolhi a profissão. Nunca quis ser outra coisa. Fiz o vestibular, o primeiro em que havia primeira e segunda opções, e coloquei ambas como jornalismo, porque eu não tinha a menor intenção de ser outra coisa. Não sei exatamente o porquê. Acho que queria mudar o mundo, como todo mundo quando tem 18 anos.

Adilson Zappa. Vamos fazer um passeio no tempo.

Leda Nagle. Vamos embora.

Adilson Zappa. Como autora do livro *De Minas para o mundo*, como foi sair desse vale cercado de montanhas que é Juiz de Fora, uma cidade que, mesmo sendo tida como carioca, talvez seja a mais mineira de todas? Como as portas se abriram em um Rio de Janeiro que, para nós, naquela época, era a metrópole?

Leda Nagle. As portas não se abriram. Acho que eu meti o pé mesmo. Sempre fui uma pessoa determinada. Para mim era tranquilo. Meu plano era fazer faculdade, acabar o curso de Comunicação e ir para o Rio. Tive um pai que era uma pessoa ótima, mas que era muito autoritário, que não aliviava nunca, que não me deixava fazer nada. Queria ser jornalista e aqui não tinha grande chance. Queria morar no Rio. Todo mineiro quer ir para o Rio, porque o Rio tem mar, o que favorece um horizonte maior, diferente da opressão que senti naquela época e atribuía às montanhas de Minas. É simples assim. Lá, a gente não vai ao mar, mas sabe que está ali na esquina. Era um caminho natural nos anos 1970. Entrei na faculdade em 1970 e fui para o Rio em 1973. Queria ir de qualquer jeito, já tinha trabalhado no *Diário da Tarde*, na sucursal do *Estado de Minas*, onde éramos eu e eu mesma, cobrindo a Auditoria da 4ª Região Militar, entrevistando o promotor Joaquim Simeão de Faria, advogados de presos políticos como Marcelo Alencar, depois prefeito e

governador do Rio, e Evaristo de Moraes Filho. Não era exatamente o que eu sonhava em relação ao jornalismo.

72

Quando fui para o Rio, não tinha nada em vista, mas na rodoviária — porque a sorte é um fator decisivo — encontrei o crítico de arte Décio Lopes, que falou sobre o Alberico Souza Cruz estar fazendo *O Jornal*. Lembrei que o Alberico morava em uma república chamada Hospício, junto com o Gabeira. A república tinha a placa escrita Hospício na porta. Aí perguntei onde era *O Jornal* e fui até lá, me apresentei para o Alberico, que falou: “vou dar a você uma vaga de repórter C”. Dei sorte. Eu não sabia nem onde era a rua do Ouvidor. Ligava para a redação toda hora. E era uma época em que não havia celular. Ligava do orelhão, com ficha, para saber como voltar para a redação, que ficava em um ótimo local, atrás da Central do Brasil, um lugar perfeito. Era tudo errado, mas deu tudo certo.

O Jornal durou um ano e faliu. Aí, peguei todas as matérias que eu tinha feito, fui até *O Globo* e me apresentei para o Henrique Caban, que era o diretor de redação do jornal *O Globo*. Foi tudo assim, na cara de pau, e acabou dando certo. Caban também me deu uma vaga de repórter C. Acabei me dando bem, porque [em 27 de julho de 1974] fui cobrir o enterro do Vianinha [Oduvaldo Vianna Filho]. A matéria ficou boa, me chamaram para saber quem tinha escrito e fui para o Segundo Caderno. Um dia, me convidaram para trabalhar na revista *Claudia*, aceitei por conta do salário e por gostar de novidades, mas descobri, lá, que não tinha nada a ver com São Paulo e voltei para o Rio. Não podia voltar para *O Globo*, porque havia uma regra que estabelecia que quem saía do jornal tinha que cumprir uma espécie de quarentena, ficar fora um ano, e eu só tinha saído há 40 dias. Aí me falaram: “Tem uma vaga na TV Globo para ser redatora da Márcia Mendes”. Decidi ir. Adorei a Márcia, adorei tudo, fiquei.

Não sei como fui parar no estúdio. Foi tudo por acaso, de roldão, fui fazendo entrevistas por sugestão da diretora de Jornalismo Alice Maria e a coisa foi andando. Por isso, acho que as portas, decididamente, não se abriram. Tive sorte porque ia falar com as pessoas buscando algo concreto; quer dizer: era séria. Sou séria. Não estava brincando, sabia o que queria e isso também ajudou, puxou a sorte. Hoje em dia é diferen-

te. Dei aula 11 anos em faculdade e as pessoas diziam no primeiro dia: “Quero ser locutora”. E não é algo específico do Rio.

Douglas Fasolato. Gostaria de ouvir sobre a sua relação com a cidade. Naquele momento em que estava deixando Juiz de Fora, o que pensava da cidade e das pessoas? Como vê Juiz de Fora hoje e o que ela representa para você?

Leda Nagle. Essa é a parte mais difícil. É a pergunta mais difícil. Já amei e odiei Juiz de Fora “n” vezes. No começo, adorava. Depois, quando comecei a crescer, odiei. Odiava porque era uma cidade repressora. Não por conta do deboche que se faz quando se diz “Sou de Juiz de Fora” e comentam: “Carioca do brejo”. Penso que o Zappa tem razão: é uma cidade mineiríssima. E a gente é mineiríssima nascendo aqui. Quando odiei Juiz de Fora? Quando nada que fazia, podia. Você passava na rua Halfeld duas vezes e já era “falada”. Você saía com alguém que não era exatamente a pessoa que as pessoas esperavam, como um cara cabeludo, esquisito e tal, mesmo que ele fosse de boa família, era um problema. Tinha que terminar com o namorado e tinha que ficar três meses sem namorar outra pessoa. Tudo era um problema. Essa Juiz de Fora, com essa falação da vida alheia, detestava. Aí... fui embora, pensando que havia me livrado de Juiz de Fora, mas não me livreí. Foi assim que encontrei a frase de Carlos Drummond de Andrade: “a gente sai de Minas, mas Minas não sai da gente”. Aí comecei a ter saudade de Juiz de Fora e fiz o processo interno. Depois me distanciei muito. Houve um tempo em que não cabia mais, mas não era uma coisa de caso pensado.

Odiei a cidade quando morava aqui e tinha 19, 20, 21 anos. Odiava aquela falação. Tem uma história bem emblemática de uma viúva da colônia árabe, não vou falar quem é porque é desagradável. Meu pai contava essa história muito, alegando que devíamos ter um comportamento irrepreensível porque a cidade era aquela coisa mineira mesmo, de colônia. Essa senhora ficou viúva; então, ela passou na rua Marechal Deodoro, descabelada, cabelo três dedos de branco para pintar e as pessoas sentadas na calçada diziam: “Que horror! A mulher se acabou. Se fosse ele, já teria casado, e ela está aí destruída”. Então, a viúva ouviu e pensou: “É mesmo, já tem um ano, está na hora de me arrumar”. E ela entrou no salão, se arrumou inteira, comprou uma roupa nova e subiu

a mesma rua Marechal. As mesmas pessoas disseram: “Olha aí, um ano e ela já está pronta para outro casamento”. Essa maledicência, essa coisa pequena, realmente me deixava irritadíssima. Mas nunca consegui deixar de vir aqui, nunca consegui não ter uma relação com Juiz de Fora. Engraçado. Depois que você vai envelhecendo, vai percebendo que não é exatamente a cidade. Esse lado da maledicência é que irrita. É só isso. O restante, os amigos, as pessoas com quem você estudou, as pessoas de quem você gosta, quando você pensa na cidade já é com amor. Hoje, rola uma sensação de pertencimento, e pertencço a Juiz de Fora porque nasci aqui, me formei aqui, enfim, sou daqui.

Passsei a gostar mais de Juiz de Fora quando o tempo foi passando. Como estou ficando mais velha — espero continuar a viver por longos anos, porque o contrário é péssimo, então prefiro ficar velha —, acho que vou gostar ainda mais da cidade. Agora, sinto-me mais confortável aqui do que me sentia antes. O livro da Rachel Jardim, *Os anos 40: a ficção e o real de uma época*, me ajudou muito. Essa obra realmente foi importante. Fiz coisas incríveis aqui. Tive experiências legais, me apaixonei. Foi tudo muito forte em Juiz de Fora, talvez porque seja um vale e tudo repercute muito. A gente fica mais para dentro, e sempre fui muito para fora. Sou assim, meio escandalosa para esta cidade. Nunca dei um grande escândalo, mas, sei lá, sentia-me acuada aqui. Precisei crescer para me sentir bem com a cidade. Primeiro tive que brigar para depois me reconciliar.

Marcelo Martins. O que é ser mineiro ou ser mineira para você?

Leda Nagle. Primeiro, é ser desconfiada, não acreditar em nada de graça. Isso ajuda muito na profissão, inclusive, de jornalista. Se uma pessoa está chamando você para jantar, ele tem uma segunda intenção profissional, como ser entrevistado ou vender uma ideia que favoreça os negócios dele. Ele não vai pagar aquela conta à toa, ele quer emplacar uma pauta. Não estou falando do sentido sexual, estou falando de poder mesmo, de uso. Penso que o mineiro também é intuitivo, saca muito sobre o outro. Isso ajuda na hora de fazer um bom trabalho. Ele presta atenção, gosta de história, de ouvir e de contar caso. Conta “causos”. Isso tudo é ser mineiro. Mineiro é especial, somos diferentes.

Gosto muito de trabalhar com mineiro e com gaúcho. Gaúcho é muito objetivo: gostou, gostou; não gostou, pronto. Mineiro já é mais complicado, você tem que sacar. Pode ser que, quando ele diz algo, nem sempre está querendo dizer aquilo. Então... esse jeito mineiro, depois que você amadurece, consegue ver que é um lado legal, que ajuda muito. Outra faceta interessante do mineiro é que ele é muito trabalhador. Não é aquela coisa *blasé*. Mas tem o lado da política. Nunca acreditei em pesquisa eleitoral feita em Minas; não mesmo, espero para ver. Já vi várias vezes pesquisa do Ibope [Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística] dar errado. Mineiro é isso: diz uma coisa, mas não quer dizer bem aquela coisa. Isso é importante, é decisivo na minha vida. Eu não queria ser de outro lugar.

Eduardo Leão. Você é considerada a rainha do bate-papo, da descontração, do falar coloquial. Até que ponto Minas Gerais influenciou no seu trabalho, nessa sua espontaneidade? Se resgatarmos toda a sua história, da TV Globo à TV Educativa, veremos que você é extremamente descontraída e não segue regras definidas pelo jornalismo. Essa seria uma circunstância da nossa mineiridade?

Leda Nagle. Não sei. Costumo dizer que sou “mineiroca”, porque já vivo mais tempo no Rio do que em Minas. Mas o contrário não procede. Não sou “cariminas”. Sou “mineiroca” porque o mineiro está na frente. Agora, sempre fui tímida. Quando criança, eu era um “bicho do mato”. Não sei onde arranjei essa descontração. De tanto me falarem que sou descontraída, acabei concordando, mas me lembro de minha mãe contar que, quando pequena, eu chorava até para entrar em um aniversário de criança. Mas, quando entrava, não queria sair. Não sei... acho que Minas e a condição de mineira sempre me ajudaram. Você pode ver isso no começo da minha trajetória profissional, quando encontrei Décio na rodoviária. Se fosse em outro estado do Brasil, seria um aeroporto, todo mundo estaria correndo. Um paulista não iria parar para conversar com outro para dizer: “Oh, sabia que tem um cara fazendo um jornal no Rio?”. O cara era de Minas, o grupo era o Estado de Minas. Fui pela mão de um mineiro. No jornal *O Globo* não tinha nenhum mineiro, eram nordestinos e cariocas. Depois, fui para São Paulo e também não tinha mineiro na minha direção, mas, ainda assim, sempre havia um conterrâneo ao redor.

Em São Paulo, procurei o Ivan Ângelo, que era o diretor de redação do *Jornal da Tarde*. Para quem é jovem, o *Jornal da Tarde* daquele tempo não era o mesmo de hoje. Era um jornal bárbaro, que tinha um jornalismo moderno, de opinião, de reflexão. Era outro “barato”. E lá havia o Flávio Márcio, que era de Juiz de Fora. Sempre tinha um mineiro na história, mineiros meio que se atraem.

E essa descontração, não sei, sou assim mesmo, não tem a ver necessariamente com o fato de eu ser mineira. E também, claro, há outras influências. Você vai envelhecendo, encontrando pessoas, se ligando em grupos, mudando, observando... Até hoje sou tímida para chegar a algum lugar que não conheço. Fico meio sem graça, só que, quando chego, logo me enturmo e pronto. Não sei se é descontração ou assanhamento.

Mas voltando ao jornalismo, como explicar o grande número de jornalistas mineiros? Tem que ter a ver com Minas Gerais, com esse poder de observação dos mineiros. Essa geração de Ivanir Yasbeck, Fernando Gabeira, Ivan Ângelo, Affonso Romano de Sant’Anna, a minha própria. E você observa os mais novos, são milhares de mineiros no jornalismo ou na literatura. E todas as histórias são saborosas. Nem todos gostam de contar suas histórias, mas só encontrei dois casos assim, de pessoas famosas, mineiras, que não quiseram fazer parte do meu livro, porque não gostariam de ser considerados mineiros. Mas, de um modo geral, todo mundo tem o maior prazer de ser mineiro; uns mais, outros menos.

Pinho Neves. Como vê, hoje, o jornalismo do passado e a prática do presente? Percebe alguma diferença sobre a forma como é praticado esse jornalismo atualmente?

Leda Nagle. Tudo mudou e tudo vai ter que mudar de novo, porque, do jeito que está, está meio bobo. Você pega o jornal de manhã na sua porta, abre e você já leu todas aquelas notícias na *internet*, assistiu nas TVs a cabo; enfim, nada é muito novo no jornal do dia. Então, esse jornal que está aí não vai se sustentar por muito tempo. Tem que mudar. Quando eu era jornalista de impresso, achava que precisava mudar o mundo, opinar sobre tudo. Aí veio a repressão, a revolução, os militares, os atos institucionais, e ficou tudo muito abafado. Quando abriu a comporta, já era outra geração. Essa nova geração, a do Google, quase

só se interessa pelo que lê na *internet* e raramente se prepara para entrevistar. Os entrevistados reclamam muito disso. Miguel Falabella esperou 40 minutos por uma repórter, que chegou, sentou e disse: “E aí, o seu livro?”. Nem se desculpou por estar atrasada. Aí, ele se levantou e disse: “Querida, é filme. Da próxima vez, você dá uma passadinha no Google, confere e lê o release, porque não sou idiota”. Com Eva Vilma, o repórter chegou e perguntou: “Depois de *Alô Doçura*, o que você fez?”. Ela se levantou e respondeu: “Vá procurar saber, porque não vou contar em detalhes de *Alô Doçura* até hoje. Está louco?”. Então, as pessoas estão despreparadas há milênios, há várias gerações. Só que, hoje em dia, elas estão mais, pois é a cultura do *release*.

Costumo dizer para a minha produção marcar com alguém e, quando olho para o lado, estão ligando para o assessor de imprensa. Todo mundo tem assessor. Estou me referindo a *ex-big brothers*, que ficam 20 dias no programa, saem e já têm um assessor de imprensa. Para quê? Uma menina quer ser atriz, ela fala: “Vou contratar um assessor de imprensa” e fica chateada quando digo que é melhor arranjar um trabalho antes. Hoje, há um jornalismo de *release*, em que ninguém corre atrás. Também tem outro lado: tudo é mais difícil, o trânsito ficou mais complicado. Você não vai à Mangueira, você telefona, porque se for lá talvez não volte a tempo de fazer a matéria. Ficou mais difícil, sim, mas existe paralelamente a isto um desleixo. O jornalismo está precisando achar um caminho. Não que ele fosse ótimo antes, porque sou da geração da repressão; e não sei se fomos uma geração ótima. Afinal, éramos tão reprimidos que driblar a censura já era uma vitória. Não sei se éramos bons apuradores, mas o que vejo, hoje, é que não há interesse na apuração, no chamado jornalismo investigativo. Vemos uma coisa aqui e outra ali, mas não é mais um norte. E penso que o papel do jornal é esse, porque o leitor não precisa de um jornal para dar a notícia pura e simples. Se for assim, quatro linhas no site e já resolveu, como se não precisasse saber mais do que isso, ir além. Está na hora de dar uma chacoalhada nisso. Não sei qual. Talvez aquele *Jornal da Tarde*, que o Ivan Ângelo pensou lá nos anos 1970, coubesse nesse novo momento para a imprensa. Um jornal de opinião, de artigo trabalhado, porque o factual está todo na *internet*.

É possível ver e ler sobre qualquer coisa. O mundo em geral mudou. As pessoas também. Hoje, todo mundo é repórter. Não se faz mais nada

sem que tenha alguém pronto para tirar uma foto. Você vai ao hipermercado e, quando está com o brócolis na mão, tem alguém atrás de uma árvore, ou ao seu lado, com uma câmera para registrar. Não sei onde é que isso sairia, porque não tem razão de ser. A não ser que você rasgasse a roupa com aquele brócolis na mão. Só se acontecesse uma coisa muito inusitada para você ser fotografado nessa situação. É isso o dia inteiro, em todos os lugares. Se é assim comigo, imagina com a Xuxa. Essa não sai de casa mais, porque, se sair, coitada, está lascada. É uma coisa maluca, de busca pela fama, de repetição de notícia sem fim. Antes, tinha o *lead*, o *sublead*. Era preciso outro olhar. O jornalismo, sobretudo o impresso, vai ter que se repensar, e urgente, porque não vai se sustentar como está. Não sei se estou sendo arrogante falando isso, mas é realmente o que vejo e tenho certeza que muita gente está se dedicando a repensar o impresso como ele está e como será daqui a pouco.

Ricardo Ribeiro. Gostaria de saudar o projeto *Diálogos Abertos*, que, a meu ver, é fundamental para não só resgatar, mas também consolidar a memória da nossa cidade. Quem sabe, as gerações futuras recorrerão a esse vídeo, a essa entrevista para ter uma noção exata do tempo em que atuamos. Isso é importantíssimo.

Leda Nagle. Concordo. Acho superbom mesmo.

Ricardo Ribeiro. Em casa, nós, homens, somos cobrados por nossas mulheres, quando elas mudam um pouco o visual e nós não reparamos. Faço esse comentário porque, muitas vezes, as qualidades e os defeitos da nossa cidade estão na nossa frente e não conseguimos perceber, exatamente pela proximidade. É aí que pergunto: com essa visão de fora, de profissional, como você vê Juiz de Fora de hoje com relação à de antigamente? Juiz de Fora cresceu da maneira como você imaginava, não só na questão política, mas também na questão econômica, do desenvolvimento?

Leda Nagle. Olha, andei pela rua esta manhã e fiquei assustada. Nasci em uma cidade do interior onde a gente saía e conhecia as pessoas. A cidade que vi hoje é um formigueiro gigantesco. Como toda cidade brasileira e como tudo no Brasil, Juiz de Fora cresceu muito e de forma desordenada. Achei muito esquisito. As ruas são muito cheias. A rua

Halfeld é, hoje, uma espécie de rua do Ouvidor eterna, chega a assustar. Agora, tem uma coisa que não tem no Rio e que é própria de Juiz de Fora: uma gentileza. Vi um taxista ajudando uma pessoa a botar umas coisas enormes dentro do táxi. No Rio, o cara quase daria na cara de quem estivesse querendo colocar aquela caixa para dentro. Nas grandes cidades, a gentileza acabou. Não tem mais. Aqui, ainda tem: peguei um táxi que o rapaz do hotel providenciou. As pessoas eram gentis nas lojas. Isso é bem legal. Mas a cidade estava muito cheia e muito pobre. Juiz de Fora empobreceu. Talvez o Brasil todo tenha empobrecido.

Na verdade, comecei a ser jornalista quando ganhei um concurso do *Jornal do Brasil*, entre estagiários de Comunicação, escrevendo sobre a indústria têxtil, a história, a realidade e as perspectivas. Não tinha perspectiva nenhuma. Era a Juiz de Fora do passado. Estamos falando de 1971, quando existia esse concurso. O jornalista Ivanir Yasbeck me ajudou muito a participar do concurso, devo a ele este momento especial. Mas voltando a Juiz de Fora, a cidade cresceu demograficamente, ganhou outras fábricas e tem uma economia, mas precisa crescer mais. Penso que existe um respeito, no mundo cultural, interessantíssimo sobre a cidade. As pessoas falam com orgulho que vão se apresentar em Juiz de Fora, no Cine-Theatro Central. Os artistas gostam de vir aqui, cantar aqui, se apresentar aqui. Não sei da qualidade de vida porque, morando fora, perde-se muito do convívio.

Do ponto de vista econômico, Juiz de Fora deveria repensar o futuro. Acredito que já estão pensando nisso. Li a respeito em uma revista de Belo Horizonte, do Paulo César de Oliveira, que publicou um encarte sobre a Zona da Mata a partir de um seminário que discutia a economia local. Mas o fato é que esta é uma cidade de estudantes. Levei um susto quando cheguei ao hotel. Fui estudante aqui e conheço dezenas de médicos importantes no Rio, como o cardiologista Cláudio Domênico, e em São Paulo, como o Dr. Alexandre Abizaid, que estudaram e se formaram na UFJF. São bambambãs de suas áreas. Gente que saiu daqui e alcançou o sucesso por mérito próprio. Isso é muito legal. Luiz Rufatto, um escritor premiado nacionalmente, com livros publicados no exterior, é de Cataguases, mas é formado pela mesma UFJF onde me formei e da qual me orgulho muito. Não posso fazer uma análise muito profunda da cidade porque só venho e fico três dias. O ideal seria

passar mais tempo para observar melhor. Mas gosto muito de ser de Juiz de Fora, de ter nascido e estudado aqui.

Pinho Neves. Talvez, passear na rua Halfeld fosse referência de uma época cheia de *glamour*, que não existe mais. Antigamente, as pessoas se arrumavam para ir à rua Halfeld.

Leda Nagle. É, esse *glamour* acabou. Esse *glamour* não existe mais. Mas, como disse, a cidade conservou algumas coisas legais, como a gentileza das pessoas. Fui a lugares simples e as pessoas eram gentis, atenciosas, sugeriam coisas. Passei no açougue e falei para a vendedora: “Quero levar umas linguças”. E ela: “Vai quando?”. “Vou domingo.”. “Ah, então compra no sábado, que é muito melhor.” Imagina se isso acontece em uma cidade como o Rio. Eles empurram a mercadoria logo. Essa relação de atenção para com o outro, a cidade preserva. E eu levei fé naquele seminário sobre rumos econômicos. Espero que as pessoas tomem as atitudes que anunciaram. O encarte mostrava que todo mundo estava interessado em reformular e reerguer a economia de Juiz de Fora.

Leonardo Toledo. Durante o seu período de faculdade em Juiz de Fora, você fez parte do Grupo Divulgação, integrando o elenco de uma montagem muito importante na história do grupo, *A morta*, de Oswald de Andrade. Gostaria de saber se essa experiência com o teatro não teria sido uma forma de libertação, já que você falou da repressão que sentia na época.

Leda Nagle. Completamente. Claro que foi uma libertação. E tinha uma vantagem, porque o Grupo Divulgação era dirigido pelo Zé Luiz [José Luiz Ribeiro] e pela Malu [Maria Lúcia Campanha da Rocha Ribeiro], e ela era filha do Alberto Rocha. O papai tinha um armazém na esquina da rua Santo Antônio com a rua Floriano Peixoto e o senhor Alberto Rocha, que morava na rua Oswaldo Cruz, era nosso cliente. Como papai a conhecia, eu podia fazer parte do grupo. Na verdade, papai não estava nem aí para as peças que o Zé Luiz escolhia. Eu estava liberada para trabalhar com a filha do senhor Alberto e da dona Mariquita. Adorava. E o Zé Luiz me ajudou muito, suas críticas foram importantes para mim. Gostei muito da experiência com o Grupo Di-

vulgação. Foi muito legal. E tinha uma coisa de ir ao Rio para ver peça. Ficávamos em albergues, alguns horrorosos. Mas era bárbaro. O Zé Luiz fazia uma coisa louca de ver três, quatro peças em um final de semana. Você acabava meio zozzo, sabe... Depois, ele perguntava sobre todas. Então... tínhamos que prestar atenção. Essas foram as primeiras vezes que fui ao Rio. E essa peça, *A morta*, a gente levou ao Teatro Municipal de Niterói, que, aliás, é lindo. Ganhei prêmio de Atriz Coadjuvante.

O mais legal de tudo foi o espetáculo que o Grupo Divulgação fez no Museu Mariano Procópio para Murilo Mendes. Declamei para Murilo Mendes, assim, frente a frente. Ele tinha acabado de ganhar o prêmio Internacional de Poesia Etna-Taormina [1972]. Vi o poeta graças ao Grupo Divulgação. Tudo em Juiz de Fora era muito interessante, muito rico naquela época. Dona Geralda Armond era uma figura incrível. E tudo era muito louco aqui. Depois que vamos embora, é só 20, 30 anos depois que vemos como as pessoas eram, porque tudo deu no que deu. Juiz de Fora tem a sua marca. Por que estou aqui, concedendo esta entrevista, por que o José Alberto está na UFJF, por que o Douglas está no museu? É porque todo mundo suou a camisa. Daqui a 30 anos, vai ficar muito óbvio o porquê de ter dado certo. Porque houve empenho, porque foi com a alma. É muito legal isso que Juiz de Fora tem, essa coisa do mineiro trabalhador. Mesmo que em determinado momento não esteja claro. Zé Luiz ajudou muito quando me passou a seriedade, a responsabilidade de não quebrar um compromisso. Uma coisa bacana de formação. O Divulgação atuou junto com a faculdade na minha vida, como outra força me empurrando, formando valores, sedimentando convicções. Teve um valor extraordinário, como a faculdade.

Sempre falei grosso, sempre tive uma voz grave, e, claro, tinha vergonha porque falava alô ao telefone e as pessoas respondiam: “O senhor quer falar com quem?”. Foi assim a vida inteira. E o José Carlos de Lery Guimarães foi o professor que me convenceu de que podia trabalhar com essa voz a partir da rádio que a faculdade tinha. Juiz de Fora permitia que a gente se descobrisse, apesar de toda essa repressão que citei e que já não sei se era da cidade ou da minha casa. A Universidade, essa era bem livre, muito legal. E o Grupo Divulgação fazia parte dessa liberdade, dessa busca pela cultura, pelo conhecimento. Não estávamos distraídos. E olha que íamos a festas, a todos os DAs [bailes promovi-

dos pelos Diretórios Acadêmicos da UFJF nos anos 1970]. Eu não era aquela pessoa careta, reclusa, que só estuda, aquela flor de pessoa, de jeito nenhum. Ia a tudo, gostava de tudo. Eu só podia subir a rua Halfeld duas vezes, mas acabava subindo quatro vezes porque entrava em uma galeria e saía em outra, mas estava contando uma vez só.

O Campus da UFJF é muito especial. Os estudantes faziam grupos para ir ao Festival de Inverno de Ouro Preto. Era uma vida efervescente. Adorei ter feito faculdade aqui. Adorei ter nascido aqui, crescido aqui, feito jornalismo aqui e feito tudo o que pude aqui: o *Diário da Tarde*, o *Lar Católico*. Estreei no jornalismo entrevistando um homem sobre radioisótopos, mas não me perguntem mais sobre isso porque até hoje não sei do que se trata. Esse entrevistado, de São Paulo, uma fera no seu campo, me escreveu uma carta há uns anos, me mandando o xérox dessa matéria. Não é lindo isso? Foi a primeira entrevista que fiz na vida.

Pinho Neves. Você estava falando do tempo de faculdade. O que era ser uma voz dissonante naquele momento, já que o comportamento feminino ainda era muito reprimido, não só do ponto de vista familiar, mas também do social, que parecia ser ainda maior?

Leda Nagle. Nunca fui bem-comportada, mas também não dei grandes escândalos. Tive um mesmo namorado por “milênios”, por anos, que era o Rui Franca de Souza, que é meu amigo até hoje. Trocava de namorado muito pouco. Nunca fiz nada demais, mas não suportava a ideia de proibições.

Pinho Neves. Essa ideia do enquadramento?

Leda Nagle. Exato. Falo com todo mundo. Se eu passar na avenida Atlântica e estiver esperando um táxi e uma travesti vier falar comigo, vou falar com ela, claro. Vou perguntar: “E aí, está boa a vida? Está difícil?”. Vou perguntar algo. Nasci para isso, para perguntar. Eu me dava com as pessoas. E tudo era proibido. Ir aos lugares era uma complicação. Naquela época, a gente ficava “falada”. Não sei por que era essa agonia. Tudo era complicado. Lembro que, uma vez, tive uma briga com a minha mãe, uma maluquice. Ela ficou louca. Ela tinha saído e viajei com meu pai a Belo Horizonte. Ela perguntou: “Como é que você foi à casa da fulana de tal no jantar?”. Respondi: “De vestido amarelo e

suéter rosa”. Ela: “Como assim, amarelo com rosa?”. Os dois eram novos e queria vestir os dois. Ela ficou furiosa, dizendo que não combinava. Isso era muito emblemático da época. Não combinava amarelo com rosa. “O vestido é de *laise*, como é que você bota um casaco de lã?” Sei lá, estava frio e queria sair com o vestido de *laise*. Hoje, todo mundo, ao se vestir, faz isso e é natural; mas, naquele época, não era e tudo virava “pecado mortal”, até amarelo com rosa.

Também não podia falar com os compositores, com o garçom. Coisas que me pareciam naturais, normais, podiam virar um drama. Lembro que, quando cheguei ao Rio, uma amiga no Segundo Caderno de *O Globo* me contou que ela se dirigia ao garçom pelo namorado para fazer seus pedidos. Ela falava para o namorado e o namorado falava com o garçom. Imaginem eu, com esse temperamento, falar para o meu namorado pedir uma Coca-Cola para o garçom. Jamais. Tenho boca. Não é normal? Tinha gente que fazia essa quebra, não podia falar diretamente. Tudo era muito difícil, claro que não era só em Juiz de Fora, mas achava que era. Não gostava de vestido, de salto alto. Nunca gostei, sempre andei mal de salto alto. E eu era carola à beça, sempre fui à missa. Nunca me considerei assim, mas fiquei com essa fama e corresponde à realidade; mas nunca fiz nada chamativo.

Era do Grupo Divulgação, mas a postura de todo mundo no grupo era “careta” do ponto de vista do comportamento. Ninguém namorava ninguém, ou namorava para casar, não era como o Teatro Oficina. Era uma coisa superenquadrada, rígida. Agora, por exemplo, o ônibus que pegava de manhã para ir para a faculdade tinha um motorista, o Abel, e, claro, falava com ele, era sua amiga. Aí o Abel buzina na porta da minha casa quando passava por ali. Se estava atrasada, despencava escada abaixo e papai ficava horrorizado. “Como você é capaz de dar intimidade para o motorista do ônibus a ponto de ele buzinar na porta da sua casa?”. Não tinha nada demais, era uma coisa pueril, mas todo mundo achava tudo feio, era complicado.

Tinha um namorado, o Rui, que tinha uns carros ótimos, um trator, um caminhão da Chrysler, uma verdadeira frota. Era filho de um psiquiatra riquíssimo, que tinha uma fazenda gigantesca. E eu adorava dirigir todos aqueles carros, os caminhões, o trator. Achava o máximo, e, claro, isso não era bem visto.

Douglas Fasolato. Você tem alguma recordação do período da ditadura, de ver amigos e parentes saírem do país, serem exilados? Como foi esse período para você?

Leda Nagle. Ah, foi complicado também.

Pinho Neves. Nessa mesma direção, você poderia fazer uma consideração sobre o que representou, para a família, o exílio de Fernando Gabeira?

Leda Nagle. Primeiro, o Gabeira tinha sumido. Meu pai tinha ido ao JB [*Jornal do Brasil*] para tentar falar com ele e não o encontrou. Gabeira nunca foi de dar muitas notícias dele para a gente e não dava notícias há um tempo. Ninguém sabia exatamente o que estava acontecendo. Não tínhamos a ideia de que ele podia estar na clandestinidade, nem sonhávamos com isso. Até que, um dia, estourou o Sequestro Elbrick [Charles Burke Elbrick, embaixador dos Estados Unidos no Brasil entre 1969 e 1970, sequestrado em 4 de setembro de 1969 pelos guerrilheiros da Ação Libertadora Nacional (ALN)]. Foi um tempo de muita tensão. Logo depois da notícia do sequestro, tipo dois dias depois, o Dops [Departamento de Ordem Política e Social] foi lá em casa e revirou tudo. Escondemos alguns livros, como *O Capital*, de Karl Marx, que eu, como muitos estudantes, tinha. Dois dias depois, meu pai passou o dia inteiro e a noite sumido; só reapareceu de madrugada. Agentes do Dops o tinham sequestrado na rua Halfeld. E aí o torturaram psicologicamente, durante horas, para que dissesse onde o Gabeira estava, mas ele não sabia. Não sabíamos, efetivamente, que o Gabeira estava nessa história. Como papai tinha ido ao *Jornal do Brasil*, o Dops o pegou. Soltaram papai, e ficou um clima de medo, que nos afetou. Existiam milhões de histórias de desaparecimentos, pessoas que sumiam e nunca mais apareciam. Essa tensão durou meses, até Gabeira ser preso.

Achávamos que ele estava no Rio, com o Dops, mas a repressão não nos deixava vê-lo. Só fui vê-lo na Suécia. Aqui, no Brasil, nunca conseguimos encontrá-lo. Acredito que Marília Abreu [primeiro casamento de Gabeira] e Affonso Romano de Sant'Anna conseguiram vê-lo, mas nós não conseguimos, até porque eu ainda não tinha 18 anos, o que era uma complicação. Íamos ao presídio e diziam: está na rua da Relação [sede do Dops no Rio de Janeiro à época da ditadura militar]. Hoje,

trabalho nessa mesma rua. Irônico, não é? Passo todos os dias na porta do antigo Dops.

Essa história do Gabeira pesou muito. O papai já achava que jornalista era puta, você imagina o que ele passou a achar depois do que aconteceu com o jornalista que ele conhecia? Falei: “Vou ser jornalista” e, pronto, a casa caiu. Ficou aquele clima de medo, de não saber o que aconteceu com o Gabeira, porque quando ele saiu da prisão foi banido para a Argélia. Depois, foi para o Chile e, em seguida, para a Argentina. Aqui em casa já tinham até esquecido, e eu segui em frente a despeito daquele clima ruim, pesado, desagradável.. E aí alguém falou com ele que precisava de um jornalista em Juiz de Fora para cobrir a Auditoria Militar e fui ser essa repórter. Foi quando também conheci Ziraldo e todo mundo do *Pasquim*, Dr. Marcelo Alencar, Dr. Evaristo de Moraes Filho, todos os grandes advogados e jornalistas brasileiros. Os conheci ali, cobrindo a Auditoria Militar, cuja sede era em frente à Escola Normal, onde estudei a vida inteira, antes de fazer faculdade.

Eduardo Leão. Nas suas entrevistas, é fácil perceber a questão da educação em várias perguntas que você faz juntamente com seus convidados. Como analisa, hoje, essa indagação no Brasil, e, particularmente, em Juiz de Fora, levando em conta o papel da televisão como instrumento de educação?

Leda Nagle. Acredito que educar é, sim, papel da televisão, até porque os canais são uma concessão do governo, mas não acho que a empresa privada vá fazer isso. A TV Globo quer ibope, a Record quer ibope, o Silvio Santos [SBT] quer também. O Brasil precisa de educação, em todos os sentidos. É preciso ter valores. Até já fizemos, em um programa diário como o que faço, que não tem cenário mirabolante, nem equipamento moderno. A televisão enquanto estrutura, em muitos casos, como a TV Brasil, é mal resolvida, tem muito que caminhar. E o caminho tem que ser o da educação sem chateação. Tive um editor no *Jornal Hoje*, o Eduardo Simbalista, por quem tenho uma admiração enorme, que, enquanto estávamos editando as reportagens, dizia: “É proibido chatear o telespectador”. E é verdade, não precisa chatear o telespectador, mas também não precisa tratá-lo como idiota e não se preocupar com valores. Tem que haver um jeito. Igual brinquedo educativo, tem que educar sem cha-

tear. Tem que arranjar um brinquedo educativo legal para a criança. Não adianta oferecer um monte de coisa chata.

A TV tem que ser educativa. E eu, profissionalmente, tenho essa preocupação? Tenho. Um programa que vai ao ar às cinco da tarde precisa ter certa moderação no que vai ser dito. Você pode falar tudo, desde que com elegância e com responsabilidade. Você tem que pensar em quem está assistindo, para quem você está fazendo o programa. E isso é muito difícil para a TV Globo, por exemplo, porque a Globo está pensando em todo mundo e é, cada compartimento — a produção, o jornalismo, o esporte —, tudo muito segmentado. É tudo competitivo demais, entre si e entre todos, interna e externamente.

É muito complicado, mas gosto dessa ideia de uma TV educativa. Ainda não chegamos nem perto disso, mas um dia vamos chegar. Gosto de pensar em uma TV comprometida, não com política, mas com valores, com histórias, com boas ideias e com custo baixo. No caso da TV Brasil, fazemos um programa com muito pouco dinheiro, com equipamento velho, o custo operacional também conta. Às vezes queremos fazer, mas não podemos avançar. Em resumo, tem que haver essa preocupação educativa, porque televisão gratuita é a única coisa que entra na casa de todo mundo.

Marcelo Martins. Gostaria de saber mais sobre esse processo entre sua equipe de produção e você na seleção de assuntos. Como é esse trabalho articulado no dia a dia da sua emissora?

Leda Nagle. É um caos, porque trabalhamos com uma equipe mínima. Não estou me comparando, mas a Oprah Winfrey trabalha com uma equipe diferente em cada dia da semana. Trabalho com quatro produtores para fazer um programa diário com quatro a cinco convidados a cada dia, de segunda a sexta-feira. A TV Globo trabalha com, sei lá, 20, 30 profissionais para cada telejornal ou programa. O *Sem Censura* tem esses quatro produtores, duas estagiárias. A esses quatro soma-se um quinto profissional, que é a minha coordenadora de estúdio. É uma equipe jovem, porque ninguém vai ganhar pouco sendo mais velho, mais experiente. Mas, tenho que reconhecer: é uma gente brava, que sua a camisa, mostra seu valor. Na verdade, contamos também com a sorte. É tudo marcado de hoje para amanhã. Também conto muito com a simpatia dos entrevistados que

gostam de ir ao programa. E, hoje em dia, já conto com uma coisa fundamental: a credibilidade que conquistei.

E tenho, além da vantagem da credibilidade, a vantagem de fazer um programa que é simpático aos entrevistados e ao seu público.

Não é fácil fazer o programa, é duro, mas o fato de o *Sem Censura* ser legal, de deixar a pessoa falar, acaba por sensibilizar o entrevistado, que não quer só um bate e volta, ele quer defender ideias, explicar sua tese e lá ele sabe que vai ter tempo para falar. Acabo levando muita gente boa ao programa. Trabalhamos muito para produzir, mas é um time unido, que tem o maior prazer em fazer um programa que consideramos de nível. Eu adoro.

Adilson Zappa. Quando surgiu a televisão, o nosso medo era que o jornalismo impresso iria acabar. Surgiu a *internet*, que, de certa forma, se pauta nos próprios meios de comunicação, e vem a mesma questão. É importante observar que, em vez de buscar uma alternativa, os jornais estão caindo na armadilha da *internet*, de notícias superficiais, sem análise ou interpretação dos fatos. Qual é a saída? Estamos caminhando com aquele receio da chamada hegemonia da comunicação, que não precisa de censura, não precisa de mais nada, ela mesma se limita.

Leda Nagle. Meu Deus, até tenho medo, mas é por aí mesmo. Mudar faz parte do jornalismo. Tem que mudar, se renovar, se diferenciar. Está tudo muito complicado porque vimos o *Jornal do Brasil*, que era o máximo, acabar. Quando estava me formando em jornalismo na UFJF, quis ir para o Rio para trabalhar no *Jornal do Brasil*, porque tinha colunistas como Carlos Drummond de Andrade, José Carlos de Oliveira, Clarice Lispector. Todo mundo que era bom estava ligado ao *Jornal do Brasil*. Fiz um mês, quase dois de estágio lá. As pessoas eram *top*. Marina Colasanti era a editora do Caderno B. Hoje em dia, tudo é muito diferente. Mas eu assino três jornais: *O Globo*, *Folha de S. Paulo* todo dia e, nos finais de semana, também o *Estado de S. Paulo*. Até pode ter menos charme, mas tem colunistas maravilhosos na imprensa, como Artur Xexéo, Cora Rónai, Miriam Leitão, Nelson Motta. Mas os mineiros nunca foram muito de comprar jornal... Pelo menos, é o que sei.

O empresário Omar Peres tem pesquisas que demonstram que o mineiro, sobretudo o de Juiz de Fora, compra o mínimo, o indispen-

sável. Ele me mostrou, no Rio, esses dados para justificar o fato de ter fechado o *Jornal Panorama* [2003 a 2008]. Tenho muito medo do que vai virar esse país em termos de imprensa, porque está tudo muito pouco pensado. *A Folha* tem o mérito de fazer aqueles suplementos, de ser o jornal mais completo. Se há, por exemplo, uma crise, ela faz um caderno especial.

O episódio de Oslo e Utoya, na Noruega, um duplo atentado ultradireitista, me chocou muito e me fez pensar: como ninguém sabia a respeito dessa tragédia? Como ninguém sabia que a Noruega tinha essa extrema direita? Como nunca li sobre isso? Só li uma coisa ou outra depois que tudo aconteceu. Cobriu-se muito mal esse episódio porque não era em Nova York, ou porque coincidiu com o momento da morte da cantora Amy Winehouse. Achei um horror ter um espaço tão grande para ela diante desse massacre. Que dessem o espaço dela, mas dessem também o espaço para que o leitor pudesse entender o que estava acontecendo na Noruega. Isso mostrou que a imprensa precisa se repensar mais e sempre.

Marcelo Martins. Você criou a expressão “com certeza”. Puxando mais uma vez pelo viés político, talvez até dentro da economia, enfim, das várias editorias existentes dentro do nosso jornalismo, você considera hoje o Brasil um país da certeza?

Leda Nagle. Se o Brasil é o país da certeza? Não sei.

Espera aí, o “com certeza” eu não criei, peguei emprestado da Maria Bethânia. A primeira vez que fui entrevistar a Maria Bethânia, ela falava muitas vezes essa expressão e comecei a falar na televisão, com o aval dela. Depois, virou um bordão, praticamente. Muita gente protestou, muitas pessoas me escreveram cartas, e tenho essas cartas, reclamando de como eu podia ter certeza assim... Aí, comecei a falar no final do programa: “Então, até amanhã, com certeza, se Deus quiser”. Acrescentei esse “se Deus quiser” para ninguém se ofender. Não tinha pensado na arrogância dessa expressão. Muita gente viu e eu não.

Ricardo Ribeiro. Você vem do jornalismo clássico, onde o jornalista era muito mais respeitado e tinha uma postura muito diferente do que se observa hoje. A nossa profissão perdeu um pouco do antigo

glamour até por conta da desobrigação da graduação em Jornalismo para o exercício prático. Qual a importância do diploma para o jornalista?

Leda Nagle. É fundamental. Se você quer ser médico, não tem que ter diploma? Engenheiro, não tem que ter diploma? Isso está acontecendo só com as profissões ligadas às ciências humanas. Você acha justo? Todo mundo é jornalista? Não. Essa questão da desvalorização dada pelo outro não é só na nossa profissão. Quantas atrizes não são atrizes, quantos manequins não são manequins. Na verdade, trata-se de um desdém, uma falta de respeito generalizada, em que o jornalista está incluído. Agora, se nos dermos ao respeito, se cada um de nós fizer a sua parte, e acredito verdadeiramente nisso, vamos fazer diferença. Nós, os jornalistas de fato, temos que enquadrar as pessoas no seu devido lugar. Claro que nem todos precisam se formar para ser jornalista e o Boris Casoy é um bom exemplo. O próprio Fernando Gabeira, dos melhores jornalistas que conheço, não tem diploma. Mas acredito que o diploma tem que voltar a ser exigido.

Ricardo Ribeiro. E o que falta na sua vida?

Leda Nagle. Falta ficar alta, loira e magra. E ter netos.

Falta entrevistar muita gente, fazer um programa diferente, falta fazer algo novo na *internet*. Falta muita coisa.

Ricardo Ribeiro. Quem você gostaria de entrevistar e ainda não teve oportunidade?

Leda Nagle. No *Sem Censura*, gostaria de fazer um programa com o Roberto Carlos. Com ele só fiz muitas pequenas entrevistas, algumas no estúdio, maiores, mas gostaria de fazer um programa inteiro, uma entrevista mais madura e com muitas e muitas outras pessoas. Em uma linha diferente, tenho vontade de fazer, em um dia, uma espécie de *Diálogos Impossíveis*, reunindo personalidades como o Lobão e o Roberto Da Matta, por exemplo, para mexer com o telespectador. Algumas vezes, faço um formato diferente no próprio *Sem Censura*, como foi com Bibi Ferreira, Ivan Lins, Glória Menezes, Ana Maria Machado, Nélide Piñon, Dr. Ivo Pitanguy. Fujo do formato original, fazendo um programa com um único entrevistado e vários entrevistadores ligados ao entrevistado.

Leonardo Toledo. Você está falando da reação dos seus telespectadores, que já recebeu críticas. Hoje, com *twitter* e *facebook*, todo mundo se manifesta muito mais. Como é isso? Você acha que precisa podar o que fala porque pode gerar uma polêmica exagerada?

Ricardo Ribeiro. Posso completar a pergunta com a questão do politicamente correto?

Leda Nagle. Olha, leio tudo. Confiro o *twitter*, o *facebook* do programa, criado a meu pedido, porque achava que faltava essa forma de comunicação entre o público e a equipe. Tenho o meu, pessoal, que também leio, assim como os e-mails, que são tanto de crítica quanto de elogio. Graças a Deus, há mais elogios do que críticas, mas leio as críticas também e estas até com mais cuidado.

Quanto ao politicamente correto, tento me comportar, mas penso que é uma maluquice ter que, obrigatoriamente, se referir ao cego como deficiente visual. Isso é muito falso. Acho exagero.

Eduardo Leão. Dentre as várias funções dos jornalistas está educar e informar. Há cerca de 10 anos, estive com Caco Barcelos para discutir a questão do jornalista acabar por fazer o que é função do Ministério Público, já que providências oficiais só são tomadas a partir das denúncias na imprensa. Essa também é uma missão do jornalista?

Leda Nagle. Bom, já que ninguém faz, por que não fazer? Faz, sim, parte do trabalho do jornalista. O absurdo é que o povo continua votando em quem só faz, só toma atitude decente, quando o jornalista denuncia. O jornalista acaba fazendo esse papel porque vai mais longe, porque tem outro olhar. Precisamos denunciar para resolver alguma coisa. E tem o fato de que estamos vivendo, de fato, um Big Brother. Todo mundo tem um celular, todo mundo filma, e aí não tem jeito, está gravado. Onde é que isso vai parar? Não sei. E os jornais e as TVs estão usando isso para trabalhar sem pagar salário. Até muito recentemente, os canais compravam vídeo de cinegrafista amador. Agora não, basta o público mandar.

Eduardo Leão. Hoje, todo mundo é cinegrafista, todo mundo é jornalista...

Pinho Neves. Gostaria de retomar a questão da credibilidade, da construção do carisma atribuído naturalmente pelo telespectador. Queria voltar ao seu tempo do *Jornal Hoje* e à ideia de que você se transformou em um ícone, mantendo a vanguarda em algumas situações. Essa questão, por exemplo, da moda que se cultua hoje, foi o *Jornal Hoje* que trouxe para a televisão brasileira. Havia uma jornalista especializada no assunto.

Leda Nagle. Márcia Mendes.

Pinho Neves. Não.

Leda Nagle. Cristina Franco. Mas Márcia Mendes fazia isto antes dela.

Pinho Neves. Sim.

Leda Nagle. A moda fazia parte da pauta do *Jornal Hoje*, porque o programa era de ponta. Quando comecei na Globo, em 1976, o *Jornal Nacional* era *O Jornal Nacional*, com Cid Moreira e Sérgio Chapelin. Quando comecei, havia um bloco do meio, apresentado pela Márcia Mendes, que permitia uma coisa mais relaxada, mas ainda mantinha o locutor convencional. E o *Jornal Hoje* foi o primeiro a experimentar, a ousar. Não existia ainda o *Bom Dia*, então era um programa para experimentação. Podíamos ter matérias de moda, comportamento. Tínhamos uma coluna com Nelson Mota. Era algo mais de vanguarda. Quem fazia moda, no início, era a Márcia Mendes. Depois, veio a Cristina Franco, que era uma profissional impecável, com matérias maravilhosas.

Pinho Neves. Aproveitando o momento, queria que você comentasse sobre sua saída da Globo.

Leda Nagle. A saída da TV Globo tem a ver com estarmos vivendo o momento Brizola como governador do Rio de Janeiro [março de 1991 a abril de 1994]. Leonel Brizola e Roberto Marinho se desentendiam publicamente o tempo todo e era um inferno. O povo do Rio de Janeiro, brizolista, acaba ficando com ódio da Rede Globo. “O povo não é bobo, abaixo a rede Globo!”. Era época de slogans como esse. E fizemos uma reunião, com todos os apresentadores, para apresentar nossas reivindicações para o Armando Nogueira. Queríamos que, na hora do editorial com

a opinião do Dr. Roberto acabando com o Brizola, entrasse um selinho, como se faz hoje, esclarecendo que se tratava da opinião da emissora, não do jornalista. Queríamos também, todos, que houvesse uma sala para os apresentadores, com a maquiagem feita por um maquiador profissional. Queríamos que, em vez de a Globo ficar implicando com a roupa com a qual nos apresentávamos, a produção da emissora providenciasse o nosso figurino. Queríamos ter direito de editar as matérias, o que era permitido apenas aos jornalistas formados e havia muitos apresentadores que não tinham diploma. Essa reunião foi feita em uma noite qualquer e fizemos um documento com essas demandas, só que o Armando Nogueira entendeu que era um movimento para derrubá-lo. Quando esse documento saiu, assinado por todos, ele já estava convencido de que estávamos pedindo seu afastamento e que o documento era para ele. E aí, claro, entre o momento da reunião e o momento em que o documento chegou até o Armando Nogueira, dois locutores importantíssimos já tinham retirado seus nomes. Exatamente como acontece na hora de formar uma CPI [Comissão Parlamentar de Inquérito]: sempre tem alguém que, sob pressão, retira o nome. Aí o Armando ficou com ódio, achando que eu e o Eliakim Araújo liderávamos esse motim dos apresentadores. Não era um motim, não estávamos propondo uma greve, estávamos propondo uma ordem, até porque o Paulo Henrique Amorim tinha levado uns tomates na cara na porta do Teatro Municipal por conta da política da empresa. Vários episódios como esse tinham acontecido — não comigo, mas com outros jornalistas. Como Armando tinha poderes, começou a mudar os apresentadores de lugar. Foi quando ele separou o Eliakim Araújo da Leila Cordeiro, que foi para o meu lugar.

Em 1988, queriam que eu voltasse para o meu lugar original. Fiz o *Bom Dia Rio* à época do nascimento de Duda, durante os quatro últimos meses de gravidez. Lancei o programa e saí, logo em seguida, para ter bebê. Quando voltei, o combinado era que retornaria ao *Hoje*. Então, retomei o trabalho de apresentação, sem editar e sem fazer entrevistas. O carro da Globo me pegava em casa, apresentava o programa e voltava porque ainda estava amamentando. Eram decisões a partir de conversas, sem imposições. Foi quando o Armando decidiu, sem conversa, que eu sairia do *Jornal Hoje*. Fiquei brava e falei que não ia ficar nessas condições, e saí. Logo depois, a Leila e o Eliakim saíram. Fui para a TV Manchete e eles também.

Douglas Fasolato. Qual foi o reflexo disso na questão de reconhecimento, porque sabemos que alguns profissionais se sobrepõem à saída da Globo, mas outros viram viúvos da Globo.

Leda Nagle. Pois é, a minha sorte é que não virei viúva da Globo. Achei tudo muito injusto, porque fazia um bom trabalho no *Jornal Hoje* e Armando tinha interesse em colocar outra apresentadora no meu lugar. Fiquei muito brava mesmo. Fui para a TV Manchete, pensando: “Vou trabalhar, vou seguir em frente!”. Dei sorte também. Mas sou aquela jornalista que pega no pesado, faz o que for preciso. Tinha isso e levei isso comigo. Tanto é que entrevistei na Manchete todo mundo que já havia entrevistado na Globo.

Douglas Fasolato. O seu caso é uma exceção. A maioria vira viúva.

Leda Nagle. Vira viúva, mas é um erro. Se você vincular muito o seu nome à empresa e ficar dependente dessa relação, não vai dar certo. É claro que a força da empresa abre portas, mas a credibilidade do nome de um profissional vale muito. Estar na Rede de TV Globo traz vantagens, até mesmo logísticas. Isso quer dizer que existem várias regras que, por eu estar em uma emissora sem tantos recursos, tenho que cumprir e que são estabelecidas por outras empresas. Resumindo, a profissão fica mais difícil, mais complicada quando se está em uma emissora pequena, mas é perfeitamente possível.

Ricardo Ribeiro. Você falou brevemente sobre sua relação com seus pais. Como é a Leda Nagle mãe?

Leda Nagle. Totalmente aberta a conversas como mãe chata. Por quê? Porque toda mãe fala aquelas coisas óbvias. “Vai viajar? Vai chover, leva um casaco”, “Cuidado para não perder o avião”, “Tem certeza de que vai dar tempo de voltar para gravar?” Mãe é um saco mesmo, é chata porque traz o filho para a realidade em geral. Mas repressora não sou. Meu filho mora sozinho há uns 9 anos. Mas há regras que nós dois cumprimos. Ele entra na minha casa quando ele quer porque é casa de mãe. Eu só vou na casa dele quando convidada, e respeito isso perfeitamente. Agora, se a porta do meu quarto estiver fechada, ninguém entra. Há regras.

Ricardo Ribeiro. Um dá palpite na profissão do outro?

Leda Nagle. Dá, mas ele acha que não entendo nada de ator. Fala isso claramente. Ele quer dar muito palpite na minha vida: “Você devia entrevistar não sei quem” e, às vezes, ele me dá umas sugestões boas. Sou muito aberta à sugestão de pauta. Mas a vida da gente é muito pública e é assim que é.

É claro que, quando estou em um momento privado, como em um restaurante, e a pessoa se aproxima com uma pauta, é chato. Por exemplo, se vou a uma festa, e alguém aproveita para me dar um livro de 400 páginas, porque quer divulgação, e tenho que andar o tempo todo com aquele exemplar na mão, é um problema. Isso já aconteceu. Fazer o quê? Meu filho dizia: “Esquece o livro. Você vai passar a festa inteira com esse livro na mão?”. Ele tem razão, ele é jovem, ele esquece o livro... Já paguei excesso de bagagem, da Bahia para o Rio, de tanto livro, de tanto CD que me deram. Comentando isso com ele, me trouxe para a realidade, rapidinho: “Por que você não deixou isso lá?”. Antigamente, não conseguia; agora, já consigo. Estou mais livre.

Marcelo Martins. Voltando ao Grupo Divulgação, listei como lema o “Mede-se a cultura de um povo pelo seu teatro”, de Federico Garcia Lorca. E, hoje, há uma nova forma de se fazer teatro que é o *stand up comedy*. Isso, de certa maneira, reflete a cultura do nosso país?

Leda Nagle. Não sei do *stand up*, não tenho muita paciência. Vou pouco ao teatro. Quase não vou a shows, à exceção dos meus preferidos: Alcione, Maria Bethânia, Ney Matogrosso... Gosto de acreditar no novo, mas ainda cultuo minha amiga querida, Clara Nunes, que está no meu livro, assim como os queridos Carlos Drummond de Andrade, Roberto Drummond, Fernando Sabino e o presidente Itamar Franco, que já se foram.

Pinho Neves. Sobre o livro, gostaria de saber o critério para chegar aos nomes que usou.

Leda Nagle. Não houve um critério, exatamente, no sentido de que não teve ninguém fazendo uma pesquisa sobre todos os grandes mineiros que deixaram Minas Gerais. Não tenho essa listagem. Apenas foquei nas pessoas que, comprovadamente, têm um papel importante na mú-

sica, no teatro e em outras áreas. É indiscutível que o Mauro Mendonça é um cara mineiro e fala “de Ubá para o mundo” o tempo todo, e é um cara supercomprometido com o teatro, com o cinema. O pessoal de Belo Horizonte fala que privilegiei Juiz de Fora, mas eu não tenho culpa; Juiz de Fora tem muita gente de talento. Ana Carolina é um talento. Milton Nascimento, sem discussão. Mas sei que faltam alguns nomes.

Roberto Drummond, Carlos Drummond, Clara Nunes e Fernando Sabino já haviam morrido quando lancei *De Minas para o mundo*. Mas a entrevista com Itamar Franco foi feita para o livro. E sinto falta, agora, de alguns dois ou três nomes. É imperdoável meu esquecimento, mas aconteceu, talvez porque não tínhamos adotado um critério muito rígido. Teve uma hora em que a Rejane falou que não podia virar uma bíblia, que precisava parar: “Chega, não entra mais ninguém”. E, não entrou.

Pinho Neves. Para encerrar, pergunto sobre a história da tanga que o Fernando Gabeira usou nos anos 1980 e que brincavam que era sua.

Leda Nagle. Não era minha a tanga do Gabeira. Vamos acabar com essa história, porque até o Zenir Ventura escreveu a respeito. Vou contar o que aconteceu.

Como disse antes, durante todo o tempo de prisão do Gabeira, nunca consegui visitá-lo. Os militares complicavam a visita, além do fato de que eu morava em Juiz de Fora e ele ficava preso no Rio ou em São Paulo. Era complicado entrar na Oban [Operação Bandeirantes montada como serviço de informações do Exército durante a Ditadura Militar] ou no Dops. Só consegui encontrá-lo na Suécia, depois que foi exilado. Foi minha primeira viagem internacional e, claro, fiz bobagem, me enrolei com as encomendas que me pediram para levar. “Ah, meu filho está banido, adora bombom sonho de valsa”, levei. “Ah, minha filha está fora do Brasil há 10 anos e adora calcinha DeMillus”, levei. E acabei levando até farofa de bolão, uma comida nordestina, que quase foi responsável por eu não entrar na Suécia. Mas, enfim, levei tudo que todas as mães pediram. E Gabeira falou assim: “Traz uma tanga, uma sunga, porque aqui, nessa comunidade, tem sauna”. O prédio em que ele morava abrigava comunidades específicas. Em um andar ficavam os brasileiros, em outro, os iranianos, e assim por diante. Cada andar tinha uma geladeira, que era utilizada coletivamente. E eu não estava acostumada com aquele tanto de encomen-

das; nunca tinha sido presa, não sabia como era. Assim que cheguei, fui distribuindo os pedidos. Alguns eram quadros de Charles Chaplin, que recebi dos presos políticos que estavam na Penitenciária da Frei Caneca, no Rio. A polícia me deixou passar com aqueles quadros, não sei como, pois as molduras escondiam cartas para a anistia internacional. E, no meio dessa confusão toda, esqueci a tal sunga. Aí... eu estava magra, tomava 14 comprimidos por dia, para ativar o apetite. Estava ótima, era jovem em plena moda do biquíni de crochê. E quando ele falou: “Trouxe minha sunga?”, fiquei sem graça e disse: “Trouxe”. Dei a ele a minha tanga e ele realmente a usou na Suécia. No Rio, quando chegou, ele comprou uma sunga na Loja Fiorucci de Ipanema, que, na época, estava na moda e com a qual ele saiu na foto da revista *Vêja* tomando água de coco. Uma foto histórica, sobre a qual todo mundo ainda fala a respeito. Mas, reiterando a informação, a tanga rosa não é a minha. Até Zuenir Ventura disse que era. Quase matei o Zuenir!

Pinho Neves. Queria agradecer à Leda por ter deixado sua casa no Rio de Janeiro e ter nos contemplado com essa entrevista. Agradeço também a todos os entrevistadores e ao público que nos prestigiou nesta noite em que, mais uma vez, o projeto *Diálogos Abertos* ilumina o passado, preservando a memória daqueles que contribuíram para a história de Juiz de Fora e do país.

Entrevista concedida ao projeto Diálogos Abertos, em 27 de agosto de 2011, no Museu de Arte Murilo Mendes. Entrevistadores: Adilson Zappa, Douglas Fasolato, Eduardo Leão, José Alberto Pinho Neves, Leonardo Toledo, Ricardo Ribeiro, Marcelo Martins.

os

ade

des



Nascida no dia 25 de outubro de 1934, em Maria da Fé, a cidade mais fria de Minas Gerais, Maria de Lourdes Abreu de Oliveira é filha de Maria Antonieta Ferraz de Abreu e Abílio Lopes de Abreu. Casou-se com Júlio Cruz de Oliveira, também um apaixonado pelo magistério e ex-professor da Faculdade de Odontologia da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), com quem teve 2 filhos, Júlio César e Juliana Helena. É avó de Rafaela, que, em 2015, lhe deu uma bisneta, Alice. Formou-se em Letras Clássicas pela antiga Faculdade de Filosofia e Letras (Fafile), mais tarde incorporada à UFJF, tendo cursado mestrado e doutorado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Foi professora da UFJF até se aposentar, e continuou a integrar o Programa de Mestrado em Letras do Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora (CES/JF) até 2015, percorrendo um caminho de 62 anos como docente. Foi laureada em diferentes ocasiões, com destaque para os prêmios Cidade Belo Horizonte, João de Barro de Literatura Infantojuvenil, Bloch Nacional de Romance, tendo obtido o primeiro lugar no Concurso Petrobras de Literatura, entre outros. Autora de obra vasta e diversificada, Maria de Lourdes publicou inúmeros romances, contos e novelas, além de ter sido, ela própria, alvo de estudos e trabalhos acadêmicos.

Sobre a autora, Moema Rodrigues Brandão Mendes, coordenadora do Programa de Mestrado em Letras do CES/JF, escreveu em seu trabalho “*Colar de contos premiados: um olhar crítico genético*”, publicado na *Revista Philologus*, do Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos, e transposto no livro *Dois olhares para uma escritora plural*, em

MARIA DE LOURDES

coautoria com Leila Rose Márie Batista da Silveira Maciel: “[...] A busca não se fez por um desejo de perfeição, mas por uma delicada fidelidade; por uma atenção apaixonante, que se transforma em conhecimento, pois, ao tecer seu *Colar de Contos Premiados*, Maria de Lourdes Abreu de Oliveira enlaça-nos com escritos que, em cada linha, promovem o encontro do espírito com a linguagem [...]”.

Pinho Neves. Certo dia, no curso de mestrado do CES, em uma aula sobre Guimarães Rosa, a professora Maria de Lourdes projetou uma fotografia do escritor com alguns de seus ilustres colegas na Escola de Medicina, em Belo Horizonte. Durante essa projeção, me deparei com um momento de encantamento, para mim e talvez para a professora, quando ela tentava encontrar seu pai entre aqueles que ali estavam retratados. Minha pergunta vai nessa direção: Até que ponto a figura do pai foi importante para a trajetória da escritora Maria de Lourdes?

Maria de Lourdes. A figura de meu pai foi importantíssima. Diferente de minha mãe, que era mais dominadora, meu pai era muito democrata, aceitava diálogos e podíamos discutir os mais diversos pontos de vista, o que naquela época não era tão comum acontecer entre pais e filhos. Papai aceitava esse diálogo; foi meu professor de todas as disciplinas, porque era um homem muito inteligente. É assim que penso nele; eu não tomava remédio, nem mesmo aspirina, sem perguntar a ele. Quando morreu, me fez uma falta enorme. Muita gente fala, quando fica aborrecida: “Ai, minha mãe!”. Eu falo: “Ai, meu pai!”. Não estou falando mal da minha mãezinha, que lá no céu deve estar morta de ciúmes; eu amava muito minha mãe, mas é a questão da figura — meu pai foi de fato uma figura muito importante na minha vida.

Maria Clara. O meu primeiro questionamento é o seguinte: Joseph Brodsky, que foi um poeta e ensaísta russo, já falecido, Prêmio Nobel de Literatura em 1987, disse, em ensaio escrito naquele ano, que o deslocamento e o estar fora de lugar são o lugar-comum do século XX. Por outro lado, a crítica literária estadunidense Susan Handelman afirmou ser o deslocamento tanto a condição de exílio quanto a resposta a ele. Gostaria que a senhora, que nasceu em Maria da Fé, onde viveu por poucos meses, que morou em Juiz de Fora, em Goiás e no Rio Grande do Sul, e que, na adolescência, foi aluna interna do Colégio Stella Matutina, abordasse o papel que o deslocamento teve na sua relação com a realidade e o papel que ele desempenhou na construção da sua ficção.

Maria de Lourdes. Realmente, todos nós, no mundo contemporâneo, temos essa sensação de deslocamento; parece que

nunca estamos no lugar certo, sempre nos parece que estamos na terceira margem do rio. Quando menina, sentia esse deslocamento, que acreditava ser uma necessidade física. Estou com vontade de quê? Às vezes, é de açúcar que estou precisando; achava que podia resolver a questão de alguma forma física. Só mais tarde fui compreender que são ansiedades normais do ser humano, todos têm seus questionamentos. Mas esse deslocamento, que é psicológico, que faz parte da minha personalidade, existiu também como deslocamento geográfico, porque, de fato, às vezes era necessário deixar amigos, o colégio onde estudava. Tudo isso interferiu na minha personalidade. Existiam pessoas que eu nunca mais veria na vida, lugares onde eu nunca mais estaria. Esse deslocamento que existiu na minha formação talvez esteja presente no meu trabalho — é algo a ser observado. O deslocamento geográfico continua a existir, porque, como todo mundo sabe, adoro viajar e gasto todo o dinheiro que ganho em viagens. É uma característica da minha vida, da minha personalidade.

Leila Rose. Na minha dissertação de mestrado, estudei algumas das suas obras, e, além disso, fiz um estudo de seu arquivo, o que nos aproximou. Foi com um carinho e um cuidado muito grande que fiz esse trabalho, e, ao final, devolvi o arquivo com uma nova organização. A partir daí, pude observar que cada obra tinha uma história, um início, por isso gostaria que nos contasse a gênese de duas em especial: *De olhos fechados* e *Corpo estranho*. Como foi o fazer literário para ambas?

Maria de Lourdes. Digo sempre que me salvou da fogueira porque somente uma pesquisadora conseguiria arrumar a desorganização que era meu arquivo, uma vez que nunca tive preocupação em montar uma memória. Escrevo porque gosto, porque é essencial na minha vida, mas nunca me preocupei em organizar cartas, documentos etc. Leila colocou em ordem o que sobrou daquilo que foi guardado.

De olhos fechados foi resultado da minha tese de doutorado. Estabelecí uma relação entre a minha vida de escritora ficcionista e a minha vida de professora. Fiz um trabalho de montagem; primeiro, fiz um

estudo sobre a montagem; depois, desmontei um texto literário e um texto cinematográfico, e, a partir dessa teoria, trabalhei com a criação de uma novela. Fui muito destemida ao apresentar um trabalho de minha criação na Universidade Federal do Rio de Janeiro; necessitei de muita coragem. Como achava que esse trabalho precisava ter um respaldo crítico, inscrevi-o no Concurso Petrobras de Literatura e ele tirou o primeiro lugar. Assim, no dia da minha defesa de tese, tive o privilégio de apresentar um texto acadêmico e um texto ficcional como conclusão do meu trabalho. A gênese dele foi essa: criar um texto em que procurei lidar com todos os textos que foram importantes no meu histórico.

De olhos fechados refere-se, pois, à parte final de minha tese de doutorado, intitulada *Caminhos e descaminhos na montagem de uma narrativa*. Trata-se de uma novela, em que busquei ligar a teoria literária à criação de um objeto estético, fazendo uma montagem entre o discurso acadêmico e o discurso ficcional.

A partir do estudo da teoria e prática da montagem, criei um texto que fala sobre a violência urbana e a carência afetiva. Recorrendo à técnica da montagem, estabeleci um diálogo com as obras que marcaram meu trajeto intelectual, desde a leitura de romances de folhetim, como *Rocambole*, de Ponson de Terrail, até os grandes livros de minha maturidade, como *O jogo da amarelinha*, de Cortázar; *Édipo Rei*, de Sófocles, ou *Crime e Castigo*, de Dostoievski. Lancei mão também de meus trabalhos acadêmicos, feitos na Universidade Federal do Rio de Janeiro, durante meus cursos de pós-graduação. Por conseguinte, *De olhos fechados* é um exercício de montagem, é um trabalho de intertextualização, em que jogo com meu próprio discurso e os discursos de outros, montagem de textos que refletem escolhas intelectuais, as influências sofridas através de um percurso que se inicia, na verdade, com a leitura de *O patinho feio*, de Hans Christian Andersen, e de *O pequeno polegar*, de Charles Perrault, personagens rejeitadas, que remetem a Édipo, rei de Tebas, e a Pedro Fogueira, herói de minha própria história. O que de imediato se patenteia nessa novela é o diálogo estabelecido entre discurso ficcional e discurso acadêmico. Para esse jogo, recorri a notas de pé de página.

Enfim, *De olhos fechados* foi publicado pela Editora Mercado Aberto, de Porto Alegre, cumprindo-se, deste modo, um dos objetivos precípuos de minha tese de doutorado, defendida na UFRJ, o de estabelecer-se um comércio vivificador entre comunidade e universidade, para que esta não venha a estiolar-se por falta de alimento, como se estivesse em uma fortaleza vazia.

Quanto ao outro texto, *Corpo Estranho*, também nasceu de um mito, o mito de Fedra. Gosto de trabalhar com esses mitos.

Fernando Fiorese. Gostaria de começar exatamente por aí. Já se tornou quase um jargão dizer que Minas são muitas, a partir de Guimarães Rosa, mas gostaria de saber que Minas é essa onde você nasceu, onde você se torna professora, onde você realiza sua formação e onde você trabalha. Como vê a Zona da Mata e suas características e quais são os artistas que melhor procuraram traduzi-la, seja na literatura, nas artes plásticas ou de outra forma qualquer? Que Minas é essa que nós habitamos?

Maria de Lourdes. Falo que sou sua conterrânea porque fui concebida em Pirapetinga, onde meu pai começou como médico. Nasci em Maria da Fé, mas quando minha mãe foi para o sul de Minas eu já era gente, de acordo com o ponto de vista dos chineses, já era uma gatinha. Muito bem, respondendo à sua pergunta: penso que são muitos os que escrevem Minas, como muitas são as Minas Gerais. Por exemplo: em Guimarães Rosa, temos os sertões de Minas. Outro é Autran Dourado, que é de Patos de Minas e é meu ídolo por seu trabalho com os mitos. Gostaria de saber escrever algo como *Minha vida em segredo*, um texto lindíssimo. Rubem Fonseca. Esse não é Minas, é Rio. Embora nascido em Juiz de Fora, toda a sua temática é Rio de Janeiro. É um autor de quem gosto muito. Carlos Drummond de Andrade é o maior dos poetas mineiros. Alimenta as narrativas com energia vivificadora. Minas é todo esse conjunto de vozes e cada um falando à sua maneira. Quanto à Zona da Mata especificamente, ela se manifesta nas vozes de grandes poetas como Murilo Mendes e Affonso Romano de Sant'Anna.

Se há os maiores, não podemos deixar de lado esses escritores nossos que foram esquecidos porque não ficaram sob o enfoque da

mídia e que, agora, estamos resgatando por meio do projeto Literatura de Minas: o regional e o universal, centrado na literatura da Zona da Mata e Vertentes, projeto desenvolvido pelo Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora. Sem dúvida, essas vozes serão ouvidas novamente.

Pinho Neves. A pergunta do Fernando nos leva a outra pergunta: como a escritora Maria de Lourdes se situa nessas Minas, e, especialmente, nessas Minas da Zona da Mata? Como o seu texto, a sua produção e a sua obra se situam nesse espaço?

Maria de Lourdes. Minha obra é, sobretudo, Juiz de Fora, mas não escrevo somente sob a influência desta cidade; não sou só Minas. Sou Minas, mas Minas com saudade do Rio Grande do Sul; Minas com saudade de São Paulo; Minas com saudade de Goiás — não digo Maria da Fé, porque lá não é memória vivida, é memória ouvida. Minas com saudade desses entrelugares, onde fiquei muitas vezes me sentindo como exilada. Minha obra não é só a voz de Minas; é a voz de Minas em convivência com outras vozes; em contraponto com essas outras vozes que marcaram a minha formação.

Maria Clara. Reportando a Harold Bloom, importante crítico estadunidense, quando fala sobre os poetas fortes, acho que podemos falar também sobre escritores fortes que se veem sempre tomados por uma ansiedade da influência — digo ansiedade e não angústia porque o título do livro dele é *The anxiety of influence*, e não *A angústia da influência* como foi traduzido —, de modo que aquilo que eles escrevem é ao mesmo tempo uma resposta a algo que já foi escrito anteriormente e/ou também uma tentativa de criação de espaço próprio de fabulação. Gostaria, pois, de saber quem foram ou quem são esses escritores ou essas escritoras que se colocaram ou que se colocam na sua produção autoral na condição de vozes a serem suplantadas, de vozes no meio das quais a senhora gostaria de ser ouvida?

Maria de Lourdes. Sim, muitas, mas não são mineiras. Por exemplo: a grande escritora que foi a ansiedade de influência na minha vida foi Katherine Mansfield. Seu conto, “Bliss”, traduzido como “Felicidade”, é tudo que eu queria ter escrito na vida. É o conto mais

bonito, mais perfeito que já li. O conto de Clarice Lispector, “Amor”, na mesma linha de Katherine Mansfield, é muito bonito também. Os contos de Lygia Fagundes Telles têm uma imensa delicadeza de sentimento; ela usa as palavras sempre no limite exato. Suas histórias de desencontros são histórias perfeitas. Gostaria de estar nesse time, mas se escrevermos pensando que não jogaremos se não ficarmos nesse time especial, acabaremos não escrevendo, por isso continuo escrevendo, porque quero jogar.

Thereza Domingues. Gostaria de saber, já que você é uma escritora mineira e tem se dedicado a escrever, principalmente, sobre Juiz de Fora e famílias daqui, inclusive sobre a família de Henrique Guilherme Fernando Halfeld, se existe possibilidade de uma obra memorialista sobre você mesma, sua infância, seu pai e sua mãe; enfim, sobre sua família.

Maria de Lourdes. Não, não tenho vontade de escrever especificamente sobre a minha família. Talvez até ela esteja representada em traços de alguma personagem. Quanto a escrever um texto histórico, não fazia parte dos meus planos literários. Fui indicada para escrever a biografia de Henrique Guilherme Fernando Halfeld. Convidada pela família Halfeld para realizar esse trabalho, me dei conta de que seria uma empreitada muito difícil, porque sou mais ficcionista do que historiadora. Todavia, aceitei o desafio.

Sinto-me muito à vontade quando escuto João Ubaldo Ribeiro falar que escreve muitas vezes de encomenda. Na verdade, os grandes artistas sempre escreveram de encomenda. Esse foi um texto de encomenda que me deu um imenso prazer, mas não tenho vontade de trabalhar com memórias. Não é meu forte, embora sempre existam memórias naquilo que escrevemos. Não é minha intenção escrever uma autobiografia. Não tenho nada assim tão interessante para contar sobre minha vida. Tive uma vida comum de mineira, que gosta de escrever, que gosta de viajar. Nada de incomum.

Francis Paulina. No livro *Literatura e mídia*, vemos a força do visual, a literatura e o olhar, como sendo um grande referencial nos seus ensaios, nas suas aulas, na sua obra. Temos também *Eros e Tanatos no universo*

textual de Camões, Antero e Redol, em que você trabalha a relação entre cinema e literatura e mesmo no seu último livro [2005], *Bravo Brasil! Entre amores e armas, a saga de um visionário*, parece que assistimos a um filme da vida de Henrique Halfeld, o Halfeld-mito criado por você. Gostaria que falasse um pouco sobre esse fascínio pelo olhar, sobre essa grandiosidade do visual na sua vida e na sua obra.

Maria de Lourdes. O olhar tem muita importância no mundo contemporâneo. Sabemos que se trata de um mundo extremamente visual. Neste momento mesmo, estamos tendo uma prova disso: esta não é só uma entrevista falada, mas uma entrevista visualizada, que vai ser gravada em vídeo. A imagem ficou muito importante na nossa era e está presente como uma característica do mundo atual. Quando jovem, sofri um acidente e quase perdi completamente a vista. Em decorrência disso, acho que o olhar passou a ter uma importância enorme na minha vida. Frequentemente, me perguntava até quando iria ver. Ainda hoje, às vezes, me faço essa mesma pergunta. Como já estou aposentada e trabalhando há alguns anos no CES, penso que está bom demais: posso ler, posso escrever. Hoje, existem também outros recursos; temos braile, temos tanta coisa, mas espero continuar enxergando até os meus 100 anos, que é o meu projeto de vida. Talvez a influência desse olhar e desse visual na minha obra seja decorrente tanto da época em que estamos vivendo quanto desse acidente sofrido na minha juventude.

Maria Clara. Esse olhar é um olhar bem provocador, que vai lá e mexe no imaginário; não é só o que os olhos captam, mas o que a imaginação capta também. Percebe-se isso na montagem de *Bravo Brasil*. Queria que a senhora falasse sobre esse processo de criação, uma vez que não se baseou apenas em fatos reais. Como a senhora conjugou essa matéria de carpintaria: a pesquisa sobre Henrique Halfeld em toda a sua realidade e a história com o imaginário que estava por trás?

Maria de Lourdes. Nesse livro, a minha condição de exilada muitas vezes influenciou e me permitiu escrever essa história com muita sensibilidade. Por exemplo, a vida de Henrique Halfeld foi muito rica: ele formou-se na Alemanha, participou da Batalha de

Waterloo; depois veio para o Brasil para participar da formação do exército brasileiro, pois, com a saída de dom João VI do Brasil, dom Pedro I foi obrigado a criar sua força armada. Halfeld trabalhou em mineração; fez o balizamento do rio São Francisco; recebeu honrarias e teve três esposas. Sua biografia, por mais que eu detalhasse sua vida, coube em pouco mais de duas páginas. Escrevi um livro de mais de 200 páginas, no qual tive que dar vida a todas as pessoas que cercaram Henrique Halfeld. Tive que dar vida às três mulheres dele, e para marcar essas mulheres fui obrigada a inventar, a criar situações fictícias, sem dúvida dentro de um contexto real. Nancy Campi de Castro fala que fiz o Henrique Halfeld sair do túmulo e viver. Segundo ela, agora, com o meu livro, ele é um homem vivo, ele tem mulheres vivas, são personagens vivas.

Gosto muito da dona Doroteia, sua primeira mulher. Penso naquela mulher que saiu da Alemanha, um país adiantado, e veio morar no Brasil, que estava ainda quase no arco e flecha. Quem já viajou de navio, nesses navios modernos, sabe que existem restrições dentro da embarcação, por isso eu ficava imaginando como deve ter sido difícil para ela, no século XIX, vir para o Rio de Janeiro, viajar durante 2 meses, e ter um filho em alto-mar. Que coisa horrível, como deve ter sofrido. E quando essa mulher chegou ao Brasil, sofreu todas as limitações da língua: Doroteia mal falava o português, e o misturava com o alemão, o que a fazia parecer uma pessoa limitada, e, no entanto, era inteligente e lutadora, com um marido importante. Levei em conta tudo isso na criação dessas personagens. Visitei esses lugares todos e fiz uma pesquisa de presença. A única coisa que não fiz foi viajar pelo rio São Francisco, mas o conheci. Percorri os caminhos do Halfeld, inclusive na Alemanha. Procurei conhecer tudo. As pessoas acham que é apenas uma biografia e não é; é um romance baseado na história real, mas contém todo esse imaginário. A realidade foi ficcionalizada.

Pinho Neves. A poesia tem algum espaço dentro da sua obra, mesmo que esteja guardada? Há alguma coisa produzida em poesia, que mais tarde possa ser publicada ou que pretenda publicar? Ou isso nunca aconteceu?

Maria de Lourdes. Em *Antigamente, no Porão* foi a única tentativa que fiz no domínio da poesia. Trata-se de um pequeno poema escrito por uma das personagens, com características e estrutura de poesia. Creio que foi único, salvo alguma informação da minha biógrafa, que pode responder por mim a essa pergunta. Não me lembro de mais nada.

Pinho Neves. Sua biógrafa deu um sorriso quando fiz a pergunta; não sei se confirma alguma coisa ou se nega completamente. Com a palavra, a biógrafa.

Leila Rose. Não. Nos arquivos da professora, só me lembro de uma página com alguns poucos versos, que eram tão pequenos que nem entraram no meu arquivo. Então, realmente, a professora Maria de Lourdes se dedicou mais às narrativas.

Fernando Fiorese. Vamos reconstituir um pouco a memória da UFJF, principalmente durante o período da ditadura militar. Gostaria de saber como foi ser professora nesta instituição no período da ditadura militar até o período de redemocratização.

Maria de Lourdes. Só me lembro de uma situação desagradável: quando um aluno, em um concurso para professor da UFJF, de cuja banca participei, deu uma brilhante aula sobre o barroco e recebeu a nota máxima. Apesar disso, esse aluno não foi admitido porque era tido como de esquerda. Entrou outra pessoa que não possuía, naquela ocasião, conhecimentos equivalentes ao dele. Esse aluno, na época, foi brilhante e não foi admitido; esse é o fato dos tempos da ditadura de que me lembro com muita amargura. Exceituando tal episódio, não me recorro de nenhuma outra interferência direta dos militares na UFJF. Thereza, minha contemporânea, com quem sempre trabalhei — brinco que é um casamento de 40 anos —, talvez possa lembrar-se.

Thereza Domingues. Lembro-me até de soldado na minha sala de aula. Um aluno, depois de ter ficado meu amigo, me segredou: “Professora, cuidado com o que fala, porque sou do batalhão”. Fiquei muito

admirada e muito preocupada porque era um dos alunos com quem eu tinha mais convivência. Avisei aos outros colegas para que tomassem o maior cuidado possível, porque eu, que nem era tão subversiva assim, já tinha recebido aquele recado. Agora, uma pergunta: poderia nos dar um testemunho sobre a fundação da Fafile?

Maria de Lourdes. A Fafile foi fundada nos anos 50 pelo Dr. Joaquim Ribeiro de Oliveira e um grupo de professores, entre os quais estavam o professor Henrique José Hargreaves e a professora Maria do Céu Correia Mendes. Não me recordo de todos os integrantes desse grupo. Em 1960, a UFJF foi federalizada e todas as faculdades foram encampadas, menos a Fafile. Somente em 1968, com retroação a 1966, aconteceu sua federalização. Um grupo de 20 professores, entre os quais eu estava incluída, se viu compelido a comprar a casa da primeira sede, para que fosse atendida a regra que exigia a existência de um patrimônio para que a instituição pudesse ser federalizada. Na época, recebemos uma relevante quantia em dinheiro por serviços prestados e abrimos mão disso para efetivar a compra daquela casa situada na avenida Barão do Rio Branco, onde funcionou o Centro de Estudos Murilo Mendes e, durante muitos anos, também a Fafile. Existiu lá, por muitos anos, uma plaquinha na qual estava escrito: “A compra dessa casa se deve ao desprendimento de 20 professores”. Já não existe mais.

Federalizada a faculdade, fomos para o bairro Martelos, onde os diversos representantes e departamentos da UFJF estão até hoje, compondo o Campus. Ali, trabalhei até me aposentar com 30 anos de exercício. Feita a federalização, outros planos começaram a ser arquitetados até chegar ao projeto de pós-graduação *stricto sensu*. Assim, começamos a pensar em um mestrado em Letras. Conseguimos um mestrado em parceria com a UFRJ e, a partir daí, fomos criando recursos acadêmicos para a fundação do Mestrado em Teoria da Literatura. Fico muito feliz e muito honrada por esse curso ter crescido e hoje ter o doutorado, que foi criado com a Maria Clara à frente da coordenação. Fico muito orgulhosa desse trabalho.

Pinho Neves. Voltemos um pouco ao período da ditadura. Como disse, você não teve, na sua rotina, problemas diretos com a ditadura, mas acompanhou, lado a lado, problemas com seus colegas do próprio

Instituto de Ciências Humanas e Letras (ICHL), que, inclusive, sofreram processos de cassação e tudo mais. Como era o clima entre os professores naquele momento? Como era ter colegas, não no seu departamento, mas em outros, como Maria Andréa Loyola?

Maria de Lourdes. Maria Andréa Loyola era filha de militar, como eu também, embora meu pai fizesse parte do corpo de saúde. José Paulo Neto foi preso e muitos outros passaram por experiências desagradáveis nesse período. Maria Andréa, por ser ativista, foi muito perseguida. Claro que todos sentíamos uma insegurança muito grande. O melhor sistema de governo é, sem dúvida, a democracia. Por pior que seja, com todas as lacunas que possa ter, não existe outro melhor. É apavorante viver em um país com regime de restrição. Isso todos sentíamos na época da ditadura.

Maria Clara. Dentre as figuras femininas que criou, existe uma que seja mais próxima da senhora, que a represente de alguma forma, de uma maneira mais acentuada, com suas inquietações, angústias, desejos ou anseios? Em que momento essa figura foi criada?

Maria de Lourdes. Creio que não existe nenhuma; em todas elas estou um pouco presente, mas nenhuma me representa pessoalmente.

Maria Clara. Aquela professora do conto “Uma solteirona”...

Maria de Lourdes. Claro, a minha experiência de professora ajudou muito na criação da personagem, inclusive na frase que funciona como um mote: “Tudo são flores ou tudo é flores, concordância irregular, porém concordância”. Trata-se de um conto que escrevi aos 24 anos. Meu filho Júlio César era pequenino, quando recebi a notícia da publicação desse conto; fiquei feliz demais, é muito bom ver o que escrevemos publicado. Custa a acreditar que esse conto, “Uma solteirona”, escrito naquela época, tenha sido objeto de estudo no curso de Letras da Fafle e que hoje figure na antologia *O melhor do conto mineiro*, organizada por Terezinha Musse, com direção de Gilberto Mendonça Teles. É interessante, porque foi escrito quando era ainda muito jovem. Realmente, a criação não se explica e não sabemos como funciona. Às vezes, temos muita cultura e não somos capazes de criar uma única linha. Lembro-me daquele conto de Machado de Assis, “Cantiga de es-

ponçais”. Nele, a personagem tenta escrever determinada linha melódica e não consegue. Enquanto um músico jovem foi capaz de escrevê-la com enorme facilidade. Ele, que era um grande maestro, com muitas publicações, não foi capaz de conseguir a melodia almejada. A questão da criação é bastante estranha.

Pinho Neves. Gostaria de voltar à questão do reconhecimento, porque Juiz de Fora é muito econômica nesse aspecto; é preciso que as pessoas desapareçam durante um tempo para que haja reverência à sua produção. Tanto isso é certo que, com relação a Murilo Mendes, só fomos acordar para sua grande contribuição depois de seu desaparecimento. O mesmo ocorreu com Pedro Nava, talvez até mais acentuadamente. Você se acha devidamente reconhecida por tudo que tem feito na sua trajetória não só de professora, mas, em especial, de escritora? Você se sente devidamente reconhecida por esta cidade de Pedro Nava, Belmiro Braga, Oscar da Gama e outros grandes nomes, que merecem ser resgatados para não cair no esquecimento? Se sente devidamente recompensada pela trajetória literária que abraçou?

Maria Clara. Complementando: a senhora considera que sua visibilidade teria sido outra se não estivesse morando em Juiz de Fora e sim em uma grande metrópole?

Maria de Lourdes. Isso é evidente. Se estivesse em uma grande metrópole, seria muito diferente. Não culpo ninguém por isso, porque fui eu quem preferiu ficar em Juiz de Fora e criar minha família. Preferi conviver com meu trabalho, minha família e minha literatura. Claro, se me dedicasse inteiramente à literatura, tudo talvez tivesse sido muito diferente, mas não o fiz. O momento desse depoimento, agora, é uma prova de que me sinto muito feliz. Estou em uma sala com pessoas especiais; alguns aqui vieram para me ouvir, e assim me sinto muito reconhecida pela cidade; já sou cidadã honorária, recebi o Mérito Comendador Henrique Guilherme Fernando Halfeld. A cidade tem tido muito carinho comigo, não me sinto esquecida; pelo contrário, sinto que não mereço tanto. Porém, é claro, se eu tivesse ido para um centro grande, feito minha vida literária lá, tudo poderia

ter sido diferente. Mas não tenho nenhum arrependimento, porque se não tivesse feito do jeito que fiz, hoje não estariam aqui Rafaela, Júlio César, Júlio, Maria Clara, pessoas especiais; também Juliana Helena, que não está aqui, mas também está presente participando à distância deste evento; enfim, minha família. O preço pago valeu: entre a literatura e a minha vida pessoal, coloquei a vida pessoal em primeiro plano sem, todavia, esquecer a literatura.

Thereza Domingues. Muitas vezes não escrevemos ou não produzimos alegando falta de tempo e adiamos tudo para quando pararmos de lecionar. José Saramago fez isso. Somente quando parou de lecionar, sua carreira deslanchou. Você leciona há mais de 40 anos, criou sua família e nunca deixou de escrever; ganhou muitos prêmios com seus contos, que, inclusive, constam do livro *O colar de contos premiados*, organizado por Moema Rodrigues Brandão Mendes. Como era o seu processo de criação em meio a tudo isso? O que para outros era um impedimento, para você não foi. Como você agia, como era o seu dia a dia?

Maria de Lourdes. Muitas pessoas precisam ter um psicanalista, exorcizar seus demônios. Nunca quis exorcizar os meus, convivo com eles. De vez em quando, começam a fazer uma confusão dentro de mim e, aí, tenho que escrever. Escrever é uma forma de exorcizar meus demônios, por isso tenho necessidade de estar sempre escrevendo. Nunca paro. Agora, estou trabalhando em um texto de literatura infantojuvenil, e na reescritura de um livro sobre o mito de Inês de Castro. Como fiz com Édipo Rei, trabalho agora com a história da Inês de Castro e do Dom Pedro. Dos dias, roubo alguns momentos — sempre temos momentos que jogamos fora — e aproveito-os escrevendo.

Pinho Neves. Como é, hoje, seu processo de escrever diante de tanta tecnologia? Você escreve diretamente em máquina de datilografia ou no computador? Como é isso?

Maria de Lourdes. Escrever no computador é muito fácil, mas é um processo rápido demais. Se você não pensar nas palavras, se você não refizer — e isso é essencial —, não sai do jeito que quer e o texto acaba não indo em frente. Antes, minha produção era maior porque

escrevia mais à mão. Hoje, com o computador, não sai do jeito que a gente quer, e a escrita acaba não indo para frente. Preciso sentar e escrever à mão.

Pinho Neves. Minha pergunta veio daí, porque os orientais atribuem grande importância a esse processo de escrever, da grafia, do desenhar a letra. Tudo isso tem a ver com poesia, com a imagem da palavra manuscrita, com o ato de pintar a própria palavra. Como nunca houve em você — insisto um pouco nessa ideia — uma trajetória qualquer, uma obra ou um rascunho, além dessa única página, dentro da poesia?

Maria de Lourdes. A prosa é toda cheia de momentos líricos. Por exemplo, as três mulheres do Halfeld, que relaciono a flores. Comparei Dona Doroteia com *Gänseblümchen*, florezinhas que existem nos campos da Alemanha, pois ela e o marido jogavam aquele joguinho de malmequer, bem-me-quer, falando em alemão eu te amo, eu te amo. Dona Cândida, que era uma mulher muito prática, foi pensada inicialmente como uma flor de abóbora, e depois como uma flor de maracujá. Como ela era muito religiosa, ele vai contando a ela toda a passagem da vida de Cristo na flor de maracujá e ela, que só pensava na flor como um possível fruto, aceita a comparação como um adorno. A última, que era a mais formosa, a que foi o amor-paixão, essa era a rosa; só poderia ser rosa. Isso é poético. Esses são momentos poéticos no meu texto. Agora, nunca tentei escrever poemas; mas vou tentar para ver o que acontece.

Pinho Neves. Na verdade, não tinha a intenção de lançar desafio; tinha curiosidade com essa questão da escrita, do manuscrito, da grafia, do correr o lápis no papel, isso que tem a ver com a forma de execução, de pintar a palavra construindo a imagem.

Maria de Lourdes. Conversando com o Fiorese, ele me disse que considera muito difícil escrever narrativa. Ele acha mais fácil a poesia, porque é o campo dele. Já o meu campo é o da narrativa, do texto ficcional, porque é onde me sinto mais à vontade.

Pinho Neves. E quanto à literatura infantil? Como é escrever para esse público?

Maria de Lourdes. A minha produção de literatura infantil é muito pequena. É muito difícil escrever literatura infantil. Isso porque a metáfora para uma criança é diferente da metáfora para um adulto. Embora pareça que não, para a criança tem que ser mais elaborada, e não pode ser de forma sofisticada, o que torna difícil o encontro das palavras e da forma certas para que as crianças entendam. Quando se tem mais cultura, o entendimento e o enunciar de metáforas é mais fácil. Quem está escrevendo muito bem e com uma boa mão para a literatura infantil é o Sérgio Klein. Ele está se dedicando somente à literatura infantil. Tenho dois textos publicados: *O menino da ilha*, que recebeu o prêmio João-de-Barro, de literatura infanto-juvenil, e o *ABC do Zezinho* — que julgo meio sofisticado para uma criança. Estou trabalhando, agora, em uma história infantil — está rascunhada — que pretendo desenvolver no segundo semestre. Vamos ver o que vai acontecer.

Fernando Fiorese. Quero dirigir uma pergunta à educadora. No período em que começou a militar na Universidade Federal de Juiz de Fora, o acesso à UFJF era um privilégio de tão poucos que existia nessa época prova oral no vestibular, devido à pouca procura e à pequena possibilidade da entrada, na universidade, de integrantes das camadas menos abastadas da população. Pergunto para a professora, quais são as diferenças mais pontuais ou mais pungentes que vê entre a universidade no momento em que ainda era acessível a um número muito restrito de pessoas e no momento atual, seja na sua experiência junto à instituição federal, seja em relação à sua experiência junto à instituição de ensino privado.

Maria de Lourdes. Sem dúvida, uma instituição federal é mais exigente. Não que seja mais exigente. Como o público que a procura é mais bem preparado, naturalmente, as vagas ficam para aqueles que têm chance de pagar colégio melhor, estudar nos melhores cursinhos etc. É diferente de uma instituição particular, onde o aluno trabalha, paga os seus estudos — não sei como conseguem, porque o preço é alto; temos excelentes alunos, as classes são mais heterogêneas, porque há alunos brilhantes e há alunos que não são tão brilhantes, embora eu acredite que isso também aconteça na federal.

Penso que a política educacional tinha que ser voltada para a melhoria do ensino fundamental, permitindo que todo aluno, mesmo saindo de uma escola pública, tivesse esse acesso, pela competência dele, a uma universidade federal. Este tinha que ser o caminho.

Fernando Fiorese. Gostaria de saber as diferenças entre o alunado que você teve nos anos 1960, o tipo de informação que se dava a ele, e, no presente, o tipo de informação que se oferece.

Maria de Lourdes. Vim da Faculdade de Filosofia, portanto não posso responder por toda a universidade. Na minha época de estudante, quem estudava nas faculdades de filosofia eram as “patricinhas”, meninas que tinham pais que podiam pagar seus estudos; elas não tinham intenção de trabalhar. Fui das poucas que seguiram uma profissão, a maioria ficou como dona de casa, como mãe de família; a maioria não se profissionalizou. Estudava-se na Faculdade de Filosofia para conseguir cultura, então era diferente.

Aos poucos, isso foi mudando. Com a federalização, já houve um vestibular mais sofisticado, mas, ao mesmo tempo, observo que as pessoas que entraram antes tinham uma cultura geral muito maior do que o pessoal que entra hoje. Os alunos que entram hoje — com raras exceções: aqueles que possuem um apoio cultural diferente — são muito voltados para uma única direção, veem só o foco de seu interesse específico. O alunado que vai para Medicina: física, química, biologia; o que vai para Direito só trabalha com as disciplinas dessa área; o pessoal que vai para Letras concentra-se nas disciplinas daquela área; Engenharia, matemática etc. Isso é uma falha também. Estou falando na base do “acho”, pois não tenho uma avaliação completa a respeito, e a memória já vai, com relação a esse passado, nesse sentido, se perdendo; não sei se me lembro de todos esses detalhes...

Pinho Neves. No período em que você esteve na federal e agora no CES, passaram pela sua sala de aula pessoas como Arlindo Daibert, Edimilson de Almeida Pereira, Luiz Ruffato — não sei se foi seu aluno também —, que foram de gerações que tinham por objetivo ou já traziam em si a questão da cultura, a questão de sua trajetória de vida. Isso, atualmente, está meio raro na universidade. Você sente isso nos espaços em que está trabalhando hoje?

Maria de Lourdes. Sim, me lembro desses alunos com carinho e respeito. Havia muitos outros nas mesmas condições, sem dúvida. Gosto de trabalhar como professora porque há sempre novidades; você encontra salas com pessoas muito inteligentes, às vezes grupos muito inteligentes. Nunca tem uma sala onde todo mundo é gênio, ou uma sala onde todo mundo é não gênio. Há sempre uma mistura e há alunos que se destacam, são brilhantes. Como professora, procuro deter-me naqueles alunos que não se destacam e tentar fazer com que eles cresçam junto com os outros. Não sei se já observaram isso, mas procuro dar chances a todos e, às vezes, até àquele que é “menos”, no sentido de que se torne uma voz ali dentro. O que gosto no meu trabalho de professora é essa novidade: cada sala é de um jeito. Tive alunos excelentes. Não vou citar nomes para evitar algum esquecimento injusto.

Já me perguntaram sobre pessoas que marcaram a minha trajetória. No doutorado, havia dona Cleonice Berardinelli, que está com 92 anos, ativa, bonita, com a voz firme. Isso é muito gratificante no magistério. Existem diferenças, é claro. Se você assume uma sala da área federal, ela tem mais chance de ter uma homogeneidade; uma sala de uma instituição privada tem menos chance de isso acontecer — às vezes vejo meus alunos (estou trabalhando também na graduação do CES, à noite) tirarem os sapatos durante a aula porque estão cansados. São pessoas que trabalham em diferentes setores o dia inteiro; às vezes, fazem um lanche enquanto estou dando aula, porque estão ali jantando. Por essas razões, não podem ter o mesmo desempenho de uma pessoa que vai para casa, toma banho, faz uma refeição saudável e vai para a aula, vai de carro; é muito diferente. Esses aspectos têm que ser levados em conta quando consideramos o alunado de uma instituição federal e o de uma instituição particular. Sem falar que, diferente de anos anteriores, hoje o pessoal está muito mais pragmático, todo mundo está querendo sair para ganhar dinheiro; não era assim antigamente — não gosto de falar essa palavra —, mas antigamente as pessoas tinham mais sonhos, eram mais vocacionadas para o que estavam fazendo. Tudo isso está muito mudado, não se pode generalizar, mas tem mudado.

Maria Clara. Gostaria de saber da experiência da senhora como leitora atualmente. Além das teses, das dissertações que, obrigatoriamente e, muitas vezes, prazerosamente, lemos, o que senhora tem lido? Quem a senhora tem lido e que tem despertado algum interesse seu nesse momento?

Maria de Lourdes. Guimarães Rosa, por causa dos meus alunos, Ariano Suassuna, por causa dos meus alunos. Tenho lido aquilo que meus alunos me cobram, sobre aquilo que eles estão sendo orientados. Chego a casa, à noite, estou morta de cansaço e nem sempre tenho aquele tempo para fazer uma leitura prazerosa. Agora, por exemplo, estou lendo um conto — este por prazer —, “O burrinho Pedrês”, do Guimarães Rosa. Esta é a minha leitura de hoje, estou lendo agora por causa de uma história que estou querendo escrever. Mas sempre com alguma intenção oculta, estou sempre lendo aquilo que meus alunos estão cobrando. Leio, agora, *As Doze Cores do Vermelho*, um excelente livro de Helena Parente Cunha. Uma aluna está fazendo um trabalho comparativo entre essa obra e a obra René Magritte. Tenho lido o que os meus alunos ditam que leia.

Maria Clara. A senhora já deu exemplos como o de que o conhecimento da teoria da literatura e crítica literária contribuiu na sua produção autoral. Em algum momento, esse tipo de conhecimento da teoria e da crítica literária sufocou ou atrapalhou a sua criatividade? Em algum momento essa criatividade foi ceifada por uma preocupação excessiva com a questão da literatura e/ou da crítica?

Maria de Lourdes. Não, acho que não, porque, quando estou escrevendo, me esqueço de tudo, não me lembro de que existe crítica literária, que tem gente me cobrando; vou escrevendo... Depois, sim. Quando sou leitora daquilo que escrevi, entra a crítica. Aí vou mexer no texto, limpar, cortar. Isso tudo é um segundo passo. Na hora em que estou naquele prazer do texto é diferente. A crítica não me atrapalha, pelo contrário, me ajuda na hora em que vou ser a leitora. Se bem que tinha 24 anos quando escrevi aquela historinha que foi tão bem aceita pela crítica, e, agora, não sei se escreveria de novo um conto com aquelas características.

Thereza Domingues. Não podemos esquecer-nos da sua relação com o cinema. A Francis falou do visual, e esse visual também já apareceu na sua tese de doutorado, se não me engano, e também na sua vida: você fala que não lê muito porque seus alunos a obrigam a ler outras coisas; entretanto, você não perde um filme que é lançado. O cinema é uma referência para você. Poderia nos falar dessa sua relação com a sétima arte?

Maria de Lourdes. Comecei a me interessar por cinema ao assistir ao filme *Branca de Neve e os sete anões*, em Ipameri, Goiás, quando foi lançado em 1938 no Brasil. Eu era tão pequenininha, que ficava em pé na cadeira do cinema e não atrapalhava o pessoal de trás. Devia ter uns cinco anos de idade. Desde então, o cinema sempre esteve presente na minha vida. Sempre gostei de cinema. A televisão veio mais tarde, mas não gostava de televisão. Comprei a primeira televisão quando meu filho já era grandinho, mas não queria comprar, achava que aquilo impedia a leitura, impedia a conversa. Logo que a televisão começou, as pessoas ficavam tão entusiasmadas que, quando você ia fazer uma visita, ninguém conversava mais, o que me incomodava muito. A televisão foi o “corte”: nada de visitas. Muitos têm uma televisão em cada quarto. Até hoje isso me incomoda um pouco.

Com o cinema é diferente, é uma situação muito boa. Ele é compartilhado, todo mundo está ali; no momento do riso, todo mundo ri; na hora da tensão, parece que passa aquela onda. Nem sempre vou ao cinema, porque às vezes estou cansada. O cinema é muito presente na minha obra: minha dissertação de mestrado e minha tese de doutorado foram sobre o cinema e a literatura. Ele está presente em *O menino da ilha*, em *De olhos fechados*. Às vezes me perguntam se o cinema vai matar a literatura. Claro que isso não vai acontecer. Pode desaparecer a forma como ela é tornada manifesta, o recurso que se usa para fazer literatura pode desaparecer, mas a literatura, seja através do cinema ou tudo o mais, está ali. Temos os roteiros, a estruturação... O filme deve demais à literatura, porque só quando se fez a ligação entre a narrativa literária e a narrativa cinematográfica nós pudemos começar a ter filmes como eles são hoje. Até então eram só cenas, tomadas de ruas, de fábricas, como as dos irmãos Lumière.

Leila Rose. Retomando um pouco o seu testemunho como professora, e agora também falando sobre esse vigor no seu relacionamento em sala de aula; no próprio cinema percorrendo o imaginário, e, até mesmo, essa sua preocupação mais com o encontro das pessoas do que com a televisão ligada para acompanhar um programa; uma coisa que sempre me fascina na sua vida como ex-professora, colega, amiga, e na sua obra, é essa capacidade de resgatar o ser humano. Em toda a sua obra se percebe isso, inclusive no exemplo que foi dado da *Frau Doroteia* e do Henrique Halfeld. Estava me lembrando hoje do conto da mãe que sonhava dançar no baile de formatura do filho e aquele gosto amargo em sua boca, no final, por ele ter chamado a namorada para a valsa; essas passagens são dos dramas que todos nós vivemos; esses personagens que podem ser qualquer um de nós. A desfragmentação do ser humano da pós-modernidade; essa busca também de encontrar a essência do outro, ou a essência da gente mesmo no personagem. Gostaria de ouvir um pouco mais sobre esse lado humano de seus personagens. Têm alguma inspiração, surgem como? Fale um pouco sobre a criação de seus personagens, porque tudo isso tem muito da professora, tem muito da mãe de família. Mas como a escritora monta essa personagem?

Maria de Lourdes. Quando o mineiro fica meio embasbacado, diz assim: uai, como é que faz? Você começa a escrever e aí sai. É difícil porque, por exemplo, quando eu vi aquela mulher que jogou a criança no rio, me deu vontade de escrever um conto sobre aquilo. Todo mundo atacou a mulher. E eu fico pensando no drama dela para jogar a criança no rio. Via, na fazenda, como os animais defendem sua cria. Isso é instintivo, então ficava me perguntando: por que uma mãe joga uma criança no rio? Por que uma mãe joga uma criança no lixo? Ela deve estar extremamente machucada para fazer tal coisa, não é um ato normal. Quando vou escrever uma história, procuro ver esse lado. Por que uma pessoa age assim, por que ela tomou aquela atitude? Por que um filho arranjou uma namorada de última hora e dançou a valsa com ela e não dançou com a mãe que estava prontinha para a dança? Na hora em que ela está levantando da cadeira, o filho sai com a namorada para dançar. Por quê? Não é só o lado da mãe que

conta. Quem sabe o filho teve a preocupação de não expor ao ridículo uma mãe que era tão diferente daquele grupo que estava ali? Os outros poderiam rir dela e ele não queria isso. Quando vou criar uma personagem, penso nesses vários lados que podem acontecer nas relações humanas.

“O vestido” conta a história de um casamento na roça, num lugarejo pequeno, em que uma filha, que está trabalhando na cidade, traz para sua mãe um vestido para a cerimônia. A mãe era uma mulher bonita, de olhos verdes, mas sua beleza ficava escondida no seu dia a dia, no trabalho com a filharada e nos afazeres domésticos; mas, após ela se enfeitar com aquele vestido e o penteado que a filha lhe faz, quando ela sai do quarto arrumada, o marido, que não passara por aquela arrumação toda, fica infeliz ao ver a mulher tão bonita e não quer mais ir ao casamento, começa a ver defeito na própria roupa. Mesmo assim, vão para o casamento, onde todo mundo nota como ela está bonita, como ela está diferente. O clima criado, porque ela está com um vestido que a fez diferente, faz o marido ficar infeliz o tempo todo. Somente à noite, após ela tirar e jogar o vestido amarfanhado na cadeira e colocar a velha camisola de opala, ele volta a ficar feliz e reencontra a mulher da qual gostava, que não era aquela do vestido. São coisinhas que a gente vai descobrindo quando está escrevendo...

Teresa Domingues. Peço-lhe para falar um pouquinho da Flora da novela *De Olhos Fechados*, em que, no final, você também resgata esse lado humano, fazendo a mulher perdoar o próprio assassino do filho. Poderia nos explicar como consegue colocar isso?

Maria de Lourdes. Vocês não conhecem o texto, por isso vou relatar rapidamente: a Flora vai procurar o assassino do filho dela. Vocês se lembram de um acontecimento que houve aqui em Juiz de Fora, de um menino que foi assaltado na rua Santo Antônio e tomaram o tênis dele? A minha relação com esse fato é somente a notícia de jornal, foi ela que me serviu de base para escrever essa história. Eu já começo modificando a história, tudo é fantasia, não tem nada a ver com aquele menino. Quase coloquei nele o nome do Fernando Pessoa: Fernando Antônio Nogueira Pessoa. Mudei um pouco e colo-

quei Antônio Nogueira. A Flora fica apaixonada com a morte do filho e quer descobrir quem o matou. Ela então resolve entrar na FEBEM, em uma entidade assim, para tentar descobrir o assassino. Começa a trabalhar, a dar assistência a menores, e acaba conhecendo um rapaz, e a relação dos dois vai crescendo. Um não sabe quem o outro é. É a história do Édipo: eles se apaixonam, os dois têm um relacionamento, só depois que eles estão apaixonados é que ela, aos poucos, vai descobrindo que ele é o assassino do filho. Então, existe aquele momento de tensão: ele entra na casa para matar a mulher, e ela está pronta para matar o assassino. Um quer matar o outro, só que, na hora, nenhum dos dois tem coragem. Quando ela vê o rapaz todo encolhido, sente uma pena enorme dele, um desejo de protegê-lo, de guardá-lo inteirinho dentro do útero. Essa é a história da minha Flora.

Thereza Domingues. Voltando à pergunta sobre você se sentir recompensada aqui em Juiz de Fora, quero deixar registrado que é pouco, mas pelo menos nós do mestrado em Letras temos feito alguns estudos sobre a sua obra. Temos o primeiro, da Leila Rose, que fez a biografia, estudou dois textos e foi premiada pela Funalfa com a publicação; temos a Surley Silva Jardim, que estudou a parte de literatura infantil; temos a Moema Mendes, que estudou só os contos, cuja obra também foi premiada. Temos também um estudo belíssimo em um livro que foi publicado quase “intramuros”, da Luciana Neto Sales, que fez uma relação entre *O bravo Brasil* e *Eneida*, muito bem fundamentado; e temos essa entrevista de hoje. É pouco, na verdade, mas acho que a Maria de Lourdes, aos poucos, vai sendo descoberta, mesmo que ela não esteja numa cidade grande, mas aos poucos vai chegando. Ninguém é profeta em sua terra, e ela já está sendo profeta aqui, então já está um pouquinho bom.

Maria de Lourdes. Quero agradecer à Thereza também, porque ela e a Eliane Vasconcelos, que é da Fundação Casa de Rui Barbosa, foram as orientadoras da dissertação da Leila Rose; foi um trabalho muito bonito realmente e fico muito feliz que seja publicado agora. Nunca tive essa preocupação em me organizar para ficar como memória. Sei que há muitos escritores que têm essa preocupação, mas as coisas foram de fato acontecendo, e estar aqui, hoje, é muito bom. Fico muito feliz em

ter isso guardado e, quem sabe, a Rafaela, minha neta, quando for vovó, também irá falar: a sua avó ou a sua bisavó era escritora e ninguém lembra mais, mas tem alguma coisa ali que serve de testemunho de que ela foi escritora, e talvez ela possa mostrar essa noite de hoje, que, para mim, é gratificante.

Fernando Fiorese. Você me disse uma vez que tem gente que coleciona fotografias e selos e que você coleciona rios, e é exatamente a partir dessa ideia que formulo minha pergunta. Atualmente, a literatura feita por mulheres traz uma carga grande de memória, ainda que não seja necessariamente um registro autobiográfico, mas há essa frequência de que se guarda a memória, de que a figura feminina de alguma forma organiza o tempo. Além dos rios, quais são as suas outras *madeleines* [referência a Marcel Proust]?

Maria de Lourdes. Se, para Proust, o sabor convoca o passado, para mim um ponto no mapa convoca uma experiência visual já vivida. Já que estamos falando em *madeleines*, sinto uma alegria muito grande quando olho um ponto no mapa e ele vira uma cidade. Isso é delicioso, me dá um prazer que vocês não imaginam. Descobrir que existem pessoas que vivem tão diferente da gente. É fascinante visitar a Índia, andar em Kathmandu, em uma rua de chão batido, com pombos, cães, elefantes, gente com aquelas roupas que parecem de um desfile de escola de samba, pessoas que lhe pedem coisas incessantemente. Em Kathmandu, um menino se encantou por mim e pelo meu marido e queria que cuidássemos dele, me deu o número da conta e o endereço na internet. São experiências diferentes. Como pessoas que moram tão longe da gente e vivem de forma tão diferente sobrevivem? Isso é fascinante. Além dos rios — porque os rios são a alma das cidades; onde há um rio, uma estrada de ferro, a vida passa por ali —, além dos rios, os livros são as minhas *madeleines*. De muitos deles, guardo até o cheiro do papel. Fazem parte da minha vida; um título, muitas vezes, desperta uma passagem de minha vida. Por isso não gosto de ler livros eletrônicos. Mesmo assim, empresto livros. Muitos somem.

Pinho Neves. Aproveitando essa questão dos livros, o que é obrigatório na sua biblioteca?

Maria de Lourdes. Os livros que julgo essenciais na minha vida? Na literatura portuguesa, que amo, três nomes não podem faltar: Luís de Camões, Eça de Queirós e Fernando Pessoa. Depois, vem o José Saramago. Os três primeiros são essenciais. Sinto-me gratificada por ter sido professora de literatura portuguesa porque pude conhecer profundamente uma literatura que é muito especial. Dentro da literatura brasileira, Machado de Assis é essencial. Vou citar primeiro os narradores. Há um texto maravilhoso, *Crônica da casa assassinada*, de Lúcio Cardoso, este não pode faltar; a obra toda de Autran Dourado, Rubem Fonseca. Isso, para mim, é essencial. Na minha cabeceira, tenho, porque gosto muito, os contos de Edgar Allan Poe, que leio no original. Guimarães Rosa, é claro, está presente. Li *Grande sertão: veredas*, de Guimarães Rosa quando foi lançado e não sabia da sua história, foi surpresa para mim; sofri todo aquele pesadelo pelo qual o Riobaldo passou. Ao apresentar um trabalho sobre esse livro na PUC, em Belo Horizonte, quando terminei, estava chorando. Não era forçado, estava engasgada, porque, de fato, é um texto maravilhoso. Dos poetas, ficaria com Carlos Drummond de Andrade e Manuel Bandeira.

Pinho Neves. Henrik Ibsen tem uma sentença que vem a calhar para encerrarmos esta entrevista. Ele diz que “viver é lutar contra os demônios do coração e do cérebro; escrever é pronunciar sobre si o último julgamento”. Tudo que você escreveu é pronunciar sobre você mesma? Isso para quem for ler sua obra e desconhece a figura de Maria de Lourdes.

Maria de Lourdes. A essa pergunta vou pedir que vocês respondam, porque eu, embora sejamos leitores de nós mesmos, esse lado de ver a Maria de Lourdes é difícil. Quando estamos no olho do furacão, não vemos o furacão. Estou no olho do furacão, então é difícil me ver a mim mesma. Vocês é que podem dizer se enxergam ou não a Maria de Lourdes naquilo que escrevo.

Maria Clara. Como a senhora percebe a contribuição cultural da linha de pesquisa que tem uma marca bem pessoal do mestrado do CES, Literatura de Minas — Regional e Universal? Temos aí vários autores que já foram estudados, Pedro Nava, Murilo Mendes, Cleonice Rainho,

Cosette de Alencar, e a senhora mesma, dentre outros. Qual a sua percepção dessa linha de pesquisa?

Maria de Lourdes. Essa linha de pesquisa foi um achado. Ela já existia no Rio Grande do Sul, mas nós fazemos isso, aqui, foi muito importante. Inclusive, graças a isso, começou-se a falar novamente de Rachel Jardim. O Grupo Verde, de Cataguases, e muitos autores que estavam assim esquecidos foram retomados a partir dessa pesquisa do CES, que não trata só da literatura de Juiz de Fora, mas de seu entorno, abrangendo a Zona da Mata e Vertentes. Nesse sentido, foi muito importante esse trabalho.

Pinho Neves. Antes de encerrar, vou devolver a palavra a você, caso queira acrescentar alguma coisa, inclusive sobre aquilo que deixamos de perguntar e que você gostaria de colocar.

Maria de Lourdes. Quero agradecer a todos esse carinho. Quero agradecer as palavras generosas de cada um dos entrevistadores: Francis Paulina, Leila Rose, Maria Clara, Thereza, Fernando Fiorese e Pinho Neves. Quero agradecer à minha família, porque sem ela seria impossível ter feito esse trabalho, essa ligação, essa comunhão entre vida acadêmica, vida de ficcionista e vida familiar. É claro que, se não houvesse essa compreensão, isso seria impossível. Agradeço as palavras de Maria Clara, especialmente porque, além de ser uma pessoa que atua na área e que, de alguma forma, compartilha uma história, uma trajetória acadêmica comigo, a vejo também como representante da família neste evento.

Pinho Neves. Agradeço às pessoas que trabalharam nessa entrevista, dizendo da satisfação de receber a professora Maria de Lourdes Abreu de Oliveira, de entrevistar uma pessoa cuja transparência e cuja ética pautaram sua vida inteira, algo visível para aqueles que trabalham com ela, que dela se aproximam ou convivem, inclusive academicamente. O que impressiona muito é a humildade com que ela conduz uma sala de aula e como responde às indagações por mais simples e ingênuas que elas possam ser, vindas de alunos que estão em busca de conhecimento. Conheci Maria de Lourdes quando pequeno, morando quase de frente para sua casa, e foi daí que surgiu um dos focos do meu interesse pela cultura. Queria realmente fazer

uma reverência, porque tem também, na minha trajetória, na minha história, esse detalhe de que uma pessoa que estava na janela de frente para o meu apartamento pôde, de certa forma, influenciar, contribuir no direcionamento da minha vida acadêmica. Queria lhe agradecer muito por essa entrevista e espero que ela simbolize um momento da Universidade Federal de Juiz de Fora no amplo reconhecimento de sua trajetória e da sua contribuição.

Maria de Lourdes. Meu querido Pinho Neves, muito obrigada por toda esta noite e pelo retrato que você traçou de mim. Nunca poderia imaginar que poderia desempenhar um papel tão importante para um jovem tão talentoso quanto você. É emocionante saber que aquele meu pequeno vizinho me observava como um exemplo de vida, quando me via debruçada na janela da rua Tiradentes. Muito obrigada! Muito obrigada a todos.

Entrevista concedida ao projeto Diálogos Abertos, em 22 de julho de 2008, no Museu de Arte Murilo Mendes. Entrevistadores: Fernando Fábio Fiorese Furtado, Francis Paulina Lopes da Silva, José Alberto Pinho Neves, Leila Rose Marie Batista da Silveira Maciel, Maria Clara Castelões de Oliveira, Thereza da Conceição Aparecida Domingues.

Arte Mural



Raymundo Tarcísio Delgado nasceu em Torreões, no dia 4 de outubro de 1935, filho do lavrador José Florêncio Delgado e de Anna Pereira Delgado, primogênito de uma família de nove irmãos. Em 1961, casou-se com Isa, com quem tem os filhos Juliana, Eduardo, Júlio César, Érika e Lucas. É advogado formado pela Universidade Federal de Juiz de Fora, tendo abdicado de ser juiz para se dedicar à vida pública como político, exercendo mandatos por quatro décadas. Foi vereador, deputado estadual, três vezes deputado federal e prefeito de Juiz de Fora por três mandatos. As inovações administrativas de seu primeiro mandato (1983 a 1988) foram temas de estudos na Europa e nos Estados Unidos. Sua incursão na literatura teve início com pequenas crônicas e contos, culminando na obra *Tatuagens na alma*, baseada no julgamento de mais de uma centena de operários da Mina de Morro Velho, acusados de subversão pelo Regime Militar. Entre outros livros, publicou *Anna com dois enes*; *Caminho e atalhos para o poder*; *Caminhando*; *Parlamentarismo e presidencialismo — razão de mudar*; *O novo Caminho Novo*; *A história de um rebelde* e *Viajar com Larisse*. Tanto como político quanto como escritor, sua carreira é diversificada, refletindo coragem e disposição para a luta.

Na apresentação do livro *O novo Caminho Novo*, em que narra as inovações de seu primeiro mandato como prefeito de Juiz de Fora, o deputado federal Ulysses Guimarães escreveu: “Quanto a Tarcísio Delgado, posso testemunhar: Foi meu colega como Deputado Federal e meu companheiro como membro da Comissão Executiva do Diretório Nacional do PMDB. Conheço bem seu tipo: franco, direto, objeti-

TARCÍSIO DELGADO

vo, sem subterfúgios. Eis sua marca pessoal e política. Por isso mesmo temido e respeitado. Sua administração em Juiz de Fora, a grande e civilizada cidade mineira, acrescentou novos lauréis em sua vitoriosa carreira de homem público. Sua gestão ficará na história de Juiz de Fora, no depoimento inapagável de suas realizações. Tarcísio Delgado é um exemplo de tenacidade, transparência e combatividade. Minas e o Brasil precisam de patriotas dessa raça e desse conteúdo. Aperto as mãos limpas e empreendedoras de Tarcísio Delgado, o admirador e amigo”.

Por ocasião da comemoração dos 40 anos de criação do PMDB, Tarcísio Delgado foi convidado pela Fundação Ulysses Guimarães para escrever a trajetória da agremiação. Para justificar o convite, o presidente da Fundação, Wellington Moreira Franco, assim escreveu no prefácio do livro *A história de um rebelde*: “[...] era fundamental encontrar alguém que se dispusesse a coordenar uma pesquisa de grande alcance. Para isso, convidamos um dos principais protagonistas da luta pela igualdade social e pelos ideais democráticos do Estado de Direito, o mineiro Tarcísio Delgado [...] contemporâneo de todo esse período histórico”.

Seu legado como administrador público foi muito além da gerência do cotidiano de uma cidade do porte de Juiz de Fora. Já em seu primeiro mandato como prefeito implantou um novo estilo de governar, sendo pioneiro no país na adoção da democracia participativa como método de gestão. Ao publicar o livro *O novo Caminho Novo*, Tarcísio o fez com a convicção de que as experiências democráticas bem-sucedidas precisavam ser compartilhadas, e atestou que com o livro reafirmava seu compromisso com a causa democrática e a fé que depositava na prática política vigorosamente assentada na austeridade, na competência administrativa e na participação popular.

Em uma atitude extremamente inovadora, nos anos 1980, criou o Conselho Comunitário Municipal, fez as primeiras experiências na elaboração de orçamento participativo, criou os grupos Pró-Solidariedade, em que a comunidade se unia ao poder público para enfrentar os principais desafios sociais e de infraestrutura urbana. Nos mandatos

seguintes, elaborou, também em parceria com a sociedade, o Plano Estratégico de Desenvolvimento, fez uma ousada Reforma Administrativa, informatizou a gestão pública, além de abrir a cidade ao mundo, integrando Juiz de Fora a várias redes internacionais de desenvolvimento urbano.

Durante seus mandatos como prefeito, Juiz de Fora recebeu grandes equipamentos urbanos, como o Estádio Municipal, o Centro Cultural Bernardo Mascarenhas, o novo Mercado Municipal, a Rodoviária São Dimas, o primeiro Hospital Municipal da cidade, o primeiro Aterro Sanitário, 25 novas Unidades de Saúde, o Centro Administrativo, que reuniu os principais órgãos da Prefeitura em um prédio de 10 andares. Mais de 500 km de redes de esgoto foram construídos, fazendo com que fossem erradicados esgotos a céu aberto na cidade. Um novo reservatório de água foi construído, novas redes de distribuição de água espalhadas por toda a cidade. Foi criada, ainda, a Escola de Governo para reciclar servidores e o Centro de Formação do Professor. Em suas gestões municipais, foram implantadas as primeiras creches públicas — um total de 22, somente no primeiro mandato — e construído o maior número de novas escolas por um único prefeito — 32 prédios escolares.

Apesar de o próprio Tarcísio reconhecer que o forte de suas administrações foi a educação e o combate à miséria e à fome, não titubeou ao responder à indagação sobre o que gostaria de fazer e ainda não teve oportunidade: “Tocar violão”.

Pinho Neves. Manifesto minha imensa satisfação de tê-lo nesta casa, e mais uma vez dizer que, durante o período em que trabalhei com o senhor, aprendi muito sobre a questão da administração pública. Trabalhar com o senhor foi uma grande escola.

Lembrando Pedro Nava, em *Baú de ossos*, quando toma emprestado de Eça de Queiroz um trecho de uma carta a João Chagas, que diz “sou um pobre homem da Póvoa do Varzim”, o escritor juiz-forano escreve: “Sou um pobre homem do Caminho Novo das Minas dos Matos Gerais”. Parafraseando ambos, pergunto: de que matos o senhor vem?

Tarcísio Delgado. Para responder concreta e objetivamente à primeira indagação, digo que nasci na madrugada do dia 4 de outubro de 1935, no chamado Sertão do Rio do Peixe, à margem do rio do Peixe, no lugar denominado Boca da Ponte do Areião, onde vivi até meus 15 para 16 anos, nos trabalhos de lavoura, da roça. Nessa idade, meus pais vieram à cidade trazendo-me, o filho primeiro, e mais oito irmãos pequenos, para que pudéssemos estudar e ter um caminho diferente na vida. Minha mãe tinha uma obsessão: que seus filhos estudassem e não seguissem o destino dela e do meu pai, que, lavradores com grandes dificuldades, criavam uma família grande e já não tinham mais como fazê-lo lá na roça. Por isso viemos para a cidade e, a partir daí, dei andamento aos meus estudos. Tinha feito o primário em uma escola rural de classe multisseriada, com uma magnífica professora, Dona Lourdes, que muito ensinou a mim e à minha irmã Esther. Já na cidade, comecei a fazer o antigo ginásio, depois o curso de Contabilidade e, em seguida, a faculdade de Direito. Formar-me em Direito era uma obsessão. Nos tempos de roça, quando morava em Torreões, ainda um garoto, não sabia o que era um advogado. Falava que queria ser guarda-livros, porque achava que advogado mexia com livros. Então, queria ser guarda-livros, referindo-me à profissão da advocacia. Formei-me na Faculdade de Direito da Universidade Federal de Juiz de Fora em 1964. Na verdade, exerci a profissão durante oito, nove anos, de maneira muito intensa, e, no meio disso, já me encaminhei para a vida pública, com esforço e com uma vontade muito grande. O professor Fernando de Paiva Mattos, que na época era diretor do colégio Machado Sobrinho, e também presidente do MDB [Movimento Democrático Brasileiro] local, achou que eu deveria ser candidato a vereador e forçou tanto que acabei sendo.

Não era uma predisposição, não tinha como projeto de vida ser candidato a coisa alguma, nem pensava em ser político, meu projeto de vida era exercer a carreira do Direito, tanto que fiz concurso para juiz em Minas Gerais, passei relativamente bem classificado, fui nomeado Juiz de Direito e depois desisti da nomeação porque meus filhos estavam crescendo e queria permanecer em Juiz de Fora para educá-los. E aí, pouco tempo depois, surgiu a oportunidade dessa candidatura, que acabou me levando à vida pública porque tive muito sucesso na primeira eleição para vereador, em 1966, quando fui o mais votado da cidade. Tornei-me presidente da Câmara já no primeiro ano de mandato e daí o próprio professor Fernando de Paiva Mattos insistiu para que eu fosse candidato a deputado estadual. Em 1970, fui eleito deputado estadual com os votos só de Juiz de Fora e assumi o mandato em 1971. Em 1972, mudei-me para Belo Horizonte com toda a família. Como deputado estadual fui líder da bancada do MDB e integrante da Comissão de Constituição e Justiça. E tive o orgulho de ter sido escolhido pelo Centro de Cronistas Políticos e Parlamentares de Minas Gerais, desde o primeiro ano de mandato, como integrante do grupo dos “Dez Melhores Deputados Estaduais do Ano”. Em 1973, aderi à anticandidatura de Ulysses Guimarães à Presidência da República e publiquei, no fim do mandato, em 1974, o livro *Caminhos e atalhos para o poder*, com um resumo de minha vida parlamentar na Assembleia Legislativa.

Candidatei-me, em 1974, a deputado federal e fui eleito. Depois, em 1976, disputei e perdi as eleições para prefeito de Juiz de Fora. Fui reeleito deputado federal em 1978 e permaneci em Brasília até o fim de 1982, quando ganhei a eleição e me tornei prefeito de Juiz de Fora.

Nos meus dois primeiros mandatos como deputado federal, me engajei na luta pelo retorno à democracia, integrando o antigo grupo dos “Autênticos do MDB”, responsável pela defesa das teses progressistas no contexto político da ditadura. Defendi com toda a minha força a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte livre e soberana. Lutei também pela anistia, pela liberdade de organização partidária, pelo avanço da organização social.

Da primeira vez, fui prefeito de Juiz de Fora de 1983 a 1988. Em 1991 voltei eleito à Câmara dos Deputados, mas, convidado pelo governador Hélio Garcia, assumi a Secretaria de Estado de Ação Social de

Minas Gerais. Candidatei-me e perdi as eleições para prefeito em 1992, e voltei a Brasília para terminar o mandato de deputado federal. Nesse período, fui líder do PMDB na Câmara, e posso me orgulhar de ter auxiliado o presidente da República Itamar Franco a aprovar medidas imprescindíveis para a implantação do Plano Real.

Findo esse mandato, fui convidado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso para dirigir o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, onde permaneci de 1995 a 1996, ano em que retornei a Juiz de Fora, candidatei-me e venci as eleições para prefeito, tendo sido reeleito em 2000. Ao terminar o mandato em 2004, passei a me dedicar ao meu escritório de advocacia, que abri com alguns colegas, inclusive alguns professores, a turma jovem do Direito, e pude dedicar um pouco mais a algo que sempre fiz como *hobby*: ler. Sempre escrevi. Como parlamentar, tenho pareceres, pronunciamentos, escritos em quantidade que somam algumas dezenas de separatas. E tenho essas publicações que acabaram surgindo quase como uma necessidade de publicar algo daquilo que estava em caixas e mais caixas, a maior parte manuscrita. Até o advento do computador era tudo manuscrito, depois é que vieram os textos digitados. Ainda tenho caixas cheias de manuscritos sobre os mais diversos assuntos. Sempre gostei muito de escrever.

Vera Amaral. Estamos resgatando a história do senhor, desde o começo, e seria interessante se nos falasse um pouco mais dos primeiros anos na advocacia, recém-formado, uma atuação muito significativa e de muito sucesso, abandonada de uma hora para outra.

Tarcísio Delgado. Nesse currículo que rapidamente lhes passei, omiti um ponto importante. Até por uma questão de necessidade, acabei me aventurando durante algum tempo no magistério para o curso secundário. Como algumas de suas irmãs, Vera foi minha aluna de Sociologia Educacional no Stella Matutina. Esse foi também um momento de grande realização, pois sempre gostei de dar aulas, embora não pudesse me dedicar muito. Com referência à pergunta, posso dizer que me formei em 1964. Tenho a honra de estar ao lado, hoje, de meu colega de turma, professor Paulo Nader, um homem de grande performance cultural. Depois da formatura, logo busquei viver da advocacia

e o fiz no escritório do doutor José de Castro Ferreira, um dos maiores juristas de Juiz de Fora, que viria posteriormente a ser advogado geral da União, no governo do presidente Itamar Franco. Advoguei com intensidade, embora por um período não muito longo. Naquela época, para o advogado novo ter projeção, era preciso atuar na área criminal. Fazíamos de tudo. O doutor Ivan Gaudereto e o doutor Paulo Nader estão aqui e lembram muito bem disso; mas, na verdade, o escritório mexia com todos os ramos do Direito e tinha necessidade disso para viver. Acabei me dedicando bastante ao direito criminal por uma necessidade de me fazer conhecido. Fiz alguns julgamentos em Juiz de Fora, júris de bastante repercussão e com resultados muito positivos. No processo narrado no livro *Tatuagens na alma* está a história dos operários da Mina de Morro Velho, em Nova Lima, que me procuraram por causa do êxito que eu vinha tendo no exercício da advocacia.

É importante responder à pergunta da Vera, porque aquele era um momento difícil para o advogado que estivesse iniciando e, em função disso, conto um episódio que me parece ser muito revelador. No dia da nossa formatura, em frente ao Cine-Theatro Central, enquanto estávamos recebendo os cumprimentos, apareceu um senhor já mais maduro, muito bem vestido, um bancário que eu conhecia bem, e me cumprimentou da seguinte forma: “Meus pêsames, rapaz!”. Respondi: “Mas o que é isso, estou me formando!”. E ele: “Dou os pêsames porque você está se formando como advogado e advogado, em Juiz de Fora, tem fulano, fulano, fulano, fulano, fulano...”. E citou vários nomes, insistindo: “Sou advogado e tenho que ser bancário, porque não há condição de exercer a profissão de advogado na cidade”. Falei: “Primeiro, penso que a profissão de bancário é muito digna e eu ficaria honrado em ser bancário; mas quero dizer que, por escolha, não vou ser bancário, vou ser advogado”. E aí comecei a vida com esse desafio na hora da formatura. E foram vários processos. Na área criminal, tive processos como o caso em que houve desaforamento de Viçosa para o foro local, porque se tratava de uma mortandade de estudantes por um sapateiro. Era um processo muito difícil e fui procurado para atuar, obtendo um resultado muito positivo.

Paulo Nader. Estou muito honrado em participar dessa entrevista com meu dileto colega e amigo Tarcísio Delgado, que me fez reportar aos idos de 1959, quando nos preparávamos para o vestibular, até a formatura em 1964. Fomos colegas próximos e houve uma fase na sua vida que foi marcante. Fico emocionado ao relembrar dessa fase, em que vi uma transformação em você, não no seu caráter, que já veio formatado lá da sua terra, gerado pelos seus pais, pelo ambiente saudável em que você vivia, mas a sua personalidade, que parece ter nascido no meio do curso de Direito. Você ficava preso naquele seu trabalho e ganhou personalidade quando rompeu aqueles grillhões e, independente, conseguiu se dedicar inteiramente ao curso jurídico e a outros afazeres. Esse me parece o ponto fundamental, uma mudança na sua personalidade, no sentido de que ganhou mais vida, mais liberdade, mais força.

Tarcísio Delgado. Esse momento foi um divisor de águas na minha vida. Em 1959, eu trabalhava na filial de uma empresa do Rio de Janeiro e quando disse ao meu patrão que ia fazer vestibular, fui terminantemente proibido de fazê-lo. Ele entendia que aquela empresa não precisava de advogados, que eu era um bom funcionário, com quase sete anos de casa, com um futuro promissor, podendo ser gerente, com uma renumeração realmente grande; porém, se eu insistisse em ser advogado, a empresa não se interessaria mais pelo meu trabalho. O que fiz? Fiz o vestibular escondido, estudando só à noite, indo para a empresa em horário comercial. Chegava às 8 horas, para abrir a loja, e saía às 18 horas; dali, ia estudar. Fiz vestibular dessa forma, passei sem mentir para ele, e comecei a fazer Direito. O curso era na rua Santo Antônio e as aulas começavam às 17h30, 18h30, 19h30. Sempre perdia a primeira aula por estar no emprego, mas chegava na segunda aula e os colegas me ajudavam com o conteúdo da primeira. E assim foi na primeira e na segunda série. No meio da terceira série, na época das Olimpíadas, um dia, na empresa, fechamos as portas às 18 horas, ele me chamou: “Você está fazendo Direito?”. Falei: “Estou”. E ele: “Mas nós não dissemos que você não poderia fazer?”. Ele tinha visto meu nome no jornal, como integrante do time da Faculdade de Direito, e me deu um ultimato: “Ou sai da empresa ou continua fazendo o curso”. Não titubeei: “A carta de demissão está pronta?”.

Esses momentos são importantes na vida e a gente tem uma determinação. Nessa época, já era noivo, pensando em casamento. Ele me ofereceu seis vezes mais do que eu ganhava para largar o curso, o que seria suficiente para casar. Ainda assim, minha resposta foi não. Ele me deu uma semana para pensar, ouvir minha noiva, minha mãe. Ele sabia da importância que a minha mãe tinha na vida de todos nós. Reiterei: “A resposta é essa, porque para responder a isso, não vou ouvir mãe, não vou ouvir noiva, não vou ouvir ninguém. Está decidido, deixo o emprego para continuar o curso”. Voltei uma semana depois e ele perguntou: “Ah, resolveu?”. Respondi: “Vim para saber se a carta está pronta!”. Ele: “Não faça um negócio desses!”. Então, disse para ele uma coisa interessante: “Mesmo se o senhor fosse uma pitonisa e pudesse me garantir que se eu ficasse na empresa seria o homem mais rico do mundo, e que, fazendo Direito, iria morar debaixo da ponte, a decisão estaria tomada e iria morar debaixo da ponte. Então, está resolvido!”. E saí. Comecei com as minhas atividades, como contador, dando aulas etc.

É o que o Paulo Nader disse, eu vivia sob uma pressão muito grande. Na verdade, apesar de toda a vantagem que a minha mãe nos deu ao nos trazer da roça para estudar, ela era uma mulher muito forte, e então havia certa opressão sobre os filhos, um domínio muito grande. Não tínhamos como ir contra. Tínhamos que chamar a pessoa de senhor, se não chamasse, era aquela coisa da roça... E eu, que tinha vindo dessa criação, cheguei aqui e encontrei um patrão como esse. Paulo Nader sabe do que estou dizendo, porque, um dia, comentou comigo que, até a terceira série da faculdade, eu não conversava no meio de três ou quatro colegas, ficava com vergonha. Se estivesse conversando com um e chegasse outro, já parava de falar. Era tímido demais. A partir desse episódio, parece que desabrochei, vamos dizer assim. Comecei então a me dedicar mais ao curso. Fui um mau aluno até a terceira série e um aluno já razoável na quarta e na quinta séries. Houve realmente essa mudança, e tenho aqui a oportunidade de esclarecer esse que foi um momento importante na minha vida, de decisão muito, muito forte. E isso me remete àquele bancário que me deu pêsames ao me formar e a quem falei com firmeza que iria enfrentar. Também foi uma oportunidade muito dura de enfrentamento. E, graças a Deus, deu certo, embora não existissem certezas.

Ricardo Miranda. Na vida pública, na parte em que comecei a acompanhar sua trajetória, fica muito clara uma polaridade entre esse Tarcísio que bate na mesa, que é forte, e esse Tarcísio que está nos livros e gosta de metáforas, de praças, de crianças. Como se formaram essas suas facetas e como elas se relacionam?

Tarcísio Delgado. Fiz 39 anos de vida pública, sempre com mandatos. Perdi duas eleições, mas era deputado. Na verdade, fiquei quatro anos sem mandato durante todo esse período, que foi em 1989, 1990, 2005 e 2006. Costumo dizer para as pessoas: “Não sou político, fiz vida pública com bastante sucesso, mas não sou esse político tradicional, que muitos filósofos definem”. Costumo dizer também: “Sou filósofo; não erudito, mas empírico, como um lavrador com o capinar. A minha cabeça é mais nessa linha, de pensar as coisas à moda kantiana”. Sempre meditei muito e, como *hobby*, escrevi muito. Tenho caixas cheias de textos, mas só pelo prazer de escrever, sem o objetivo de publicar. Sempre escrevi por satisfação íntima, que vinha na medida em que colocava no papel alguma coisa que estava pensando, uma experiência que tem mais a ver com filosofia do que com política, com aquela política em todas as suas manhas e artimanhas. Talvez discorde disso, porque tenha o pensamento filosófico e não o pensamento na linha política. Acredito que a moral da política tem que ser igual à moral de tudo o mais. Mas não é assim que os políticos têm sucesso, infelizmente; e não abro mão do princípio moral. Tenho algumas passagens em meus mandatos que demonstram bem isso. Entre o poder, entre alguma vantagem e o dever, sempre fiquei com o dever, sem titubear.

Posso relatar um ou outro caso, sem citar nomes, mas casos muito concretos. E já vou citar um, relativo ao meu primeiro mandato como prefeito, em 1983. Cheguei em minha casa, no Bom Pastor, na hora do almoço, uma semana depois da eleição, e, à porta da casa estava um amigo, velho companheiro de futebol, pessoa bem relacionada na cidade, que me disse: “Tarcísio, tenho uma encomenda para você!”. E me entregou um embrulhinho. Respondi: “Muito obrigado!”. Entrei para almoçar, passando pela copa, joguei aquele embrulho em cima da mesa e fui à cozinha falar com minha esposa, Isa, que estava preparando o almoço. Enquanto conversávamos, recebi um telefonema do então

presidente da Associação dos Transportes Coletivos de Juiz de Fora: “Prefeito, sabemos que toda campanha deixa um saldo muito complicado de dívidas — e eu estava devendo mesmo —, então, mandei seu amigo levar uma encomenda para você, que é para ajudá-lo”. E falou o valor. Respondi: “Mas que coisa boa você ter me telefonado, porque não abri aquele embrulho e ele vai ser devolvido a você sem ser aberto, agora mesmo. Não quero nem ver!”. Chamei meu tesoureiro de campanha, o senhor Valter Faria, uma pessoa da maior seriedade, e falei: “Valter, me faz um favor, leva isso e entrega em mãos do ‘fulano de tal’, na ‘empresa tal’. Agora, nesse instante!”. Ele levou e entregou. Quer dizer, esse foi o primeiro recado que dei. Uma empresa de ônibus não tinha que conversar nada comigo. Esse foi meu cartão de visitas. E há outros episódios parecidos.

Ivan Gaudereto. Sou juiz aposentado e o problema da corrupção é algo que chama muito a minha atenção e me faz mal. Estou honrado por estar aqui. Tenho dez anos a menos que Tarcísio Delgado e fui indicado para ser secretário de Negócios Jurídicos em seu primeiro mandato como prefeito de Juiz de Fora. Ele apostou em mim. E, nesse sentido, levanto a seguinte questão: sabemos que o ser humano está em permanente evolução. A evolução, entretanto, não é adversária, ou palavra oposta de coerência, e essa palavra, coerência, é uma marca da sua trajetória política e pessoal. Poderia nos falar a respeito?

Tarcísio Delgado. Está difícil, nos nossos dias, falar sobre esse tema, principalmente em se tratando de atividade pública e política. Houve uma perda total dos valores. Um paradoxo. Tínhamos um pouco mais de coerência durante o bipartidarismo (MDB e Arena — Aliança Renovadora Nacional), à época da Ditadura — que condenávamos e condenaríamos outra vez —, quando havia alguma ideologia, alguma coerência. Estávamos de um lado ou de outro, estávamos contra ou a favor; embora houvesse os que não eram contra nem a favor, muito pelo contrário. Para mim, coerência é fundamental em todas as áreas da vida, mas principalmente na atividade pública, na política. Apesar de todos os desenganos, por que continuo com o meu partido desde o dia em que me filiei, mesmo reconhecendo todos os defeitos que o partido tem? Por coerência. Não fiquei mudando para tentar encontrar

algo um pouco melhor do que o que existe por aí. Como o eleitor vai confiar nesses políticos que a cada dia estão num partido, a cada dia têm uma posição diferente? O eleitor que vota em mim sabe quem sou. Não venci a última eleição para prefeito; então, não votaram em mim; mas não podem dizer: “Não votei porque ele mudou, porque tem duas caras”. Até pelos princípios que tenho, acredito ser muito importante ter a consciência do cumprimento do dever. Não se pode tergiversar com valores. Por isso, enfrentei e enfrento desafios, mesmo estando afastado da vida pública atualmente. Estou cuidando da minha vida. Já não queria ser candidato na última eleição, fui quase forçado... Mas, na vida pública, sempre, a coerência deveria ser o primeiro passo para um eleitor poder definir o seu voto. Primeiro passo porque tem outros tantos, mas esse é fundamental. O eleitor deveria pensar: “Esse sujeito muda todo dia? Se muda, não voto nele”.

E quando falo isso, não estou negando que as pessoas possam mudar de partido. Não, porque seria uma camisa de força que prenderia o sujeito indefinidamente. Há circunstâncias que merecem análise, como a dos partidos que são criados com um objetivo qualquer e depois acabam se desfigurando, o que justificaria o político tomar um outro destino. Por exemplo, quando saímos do bipartidarismo para o pluripartidarismo, ficou óbvio que devíamos admitir que muitos companheiros do MDB e da Arena se filiassem a partidos diversos e criassem partidos diversos. Isso é natural. Se estávamos saindo do bipartidarismo para o pluripartidarismo, era claro que não havia nenhum crime em propostas partidárias, algumas muito generosas, que infelizmente não se transformaram em realidade. Seja como for, é importante que o homem seja coerente nas suas atitudes.

Rubem Barbosa. Vim para Juiz de Fora em 1967 e fiz o vestibular em 1969; depois, fui presidente do Diretório Central dos Estudantes da UFJF em uma época bastante dura, quando conheci o Tarcísio Delgado. Eu fazia parte do Partido Comunista (então na clandestinidade). Aguentávamos uma barra muito pesada e uma das mãos com as quais podíamos contar era exatamente Tarcísio, com a sua coragem e a sua disposição de lutar contra a Ditadura, contra o Regime Militar, não só nos tribunais, mas também na política, como integrante do MDB. Lem-

bro que uma das primeiras campanhas políticas das quais participei foi a do Tarcísio. Não tínhamos dinheiro nenhum. Tínhamos um carimbo, pegávamos uma folha A4 e carimbávamos o nome e o número dele, porque não dispúnhamos de uma gráfica. Desde esse momento, houve uma geração que o acompanhou e acabou por integrar a sua primeira administração, que se transformou em um ato corajoso e surpreendente para Juiz de Fora.

Quer dizer, ao contrário do movimento normal dos jovens de Juiz de Fora, que queriam ir para os grandes centros procurar emprego, Tarcísio Delgado “segurou” aqui uma parte considerável de uma geração, jovens que depois se transformaram em personagens centrais da cidade, da Universidade, e assim por diante, impactando a vida de muita gente. Como você se situava naquele período, logo depois de formado, e ainda diante da Ditadura? Era um período marcado pela tensão ideológica, uma disputa política muito forte. Os comunistas de um lado, a Igreja Católica de outro, os militares, do outro. A cena internacional era muito complicada, com a Guerra Fria etc. Como foi formada sua perspectiva política naquele momento? O que o levou a essa atitude firme de oposição ao Regime Militar? Lembro que as pessoas diziam: “Tarcísio lê muito Kennedy, tem uma admiração muito grande por ele”. Então, como você se relacionava com essas correntes todas?

Tarcísio Delgado. Sempre estive acima das correntes. Tinha uma séria admiração por Robert Kennedy, muito mais do que pelo John Kennedy. Robert tinha um livro, *Nos caminhos da justiça*, que eu gostava muito. As minhas posições mais fortes contra a Ditadura se deram a partir do AI-2. Até o AI-2, lógico que eu não tinha aprovado a Revolução Militar do jeito que foi, mas também não tinha uma condenação frontal. Eu observava o que acontecia. Com o AI-2, rompi com qualquer proposta da Revolução, no dia em que o Milton Campos, que considero o maior estadista de Minas Gerais, renunciou por causa do AI-2. A partir do AI-5, veio o desastre total, a opressão, e, em 1968, foi uma maluquice total. Como sempre tomei as minhas posições muito por uma prova de coerência, de dever, eu não tinha dúvidas quanto a isso. E eu não temia muito. Tive um problema que me favoreceu demais, embora, na época, não fosse a minha percepção. Fui chamado várias vezes para depoimentos, com advertências, mas nunca passaram disso. Hoje, me perguntam: “Você sofreu?”. Sofri, mas relativamente, porque era

só advertência. Eu chegava lá, firmava minhas posições, falava que não iria mudar minhas convicções, e continuava a vida. Agora, eu tinha um problema, que na época era importante e só depois fui perceber. Nunca critiquei a instituição Exército; sempre critiquei os criminosos do Exército. Tive uma atuação política muito forte, na época do Riocentro, quando houve o crime [atentado a bomba em 30 de abril de 1981], e eu protestava: “Esses sujeitos estão comprometendo as Forças Armadas. O Exército não pode dar cobertura a eles”. E aí, no dia seguinte, quando eu estava em Brasília, chegavam os telefonemas de militares me cumprimentando porque achavam que eu estava certo. Muitos militares se revoltaram contra aquilo e entenderam que eu era um homem sério, criticando algo que realmente era comprometedor.

Com referência aos grupos mais de esquerda, em Juiz de Fora, durante um bom tempo, no bipartidarismo, quando era preciso fazer a opção MDB ou Arena, eu me reunia com muitos dos comunistas e dava bronca neles porque queriam combater o MR8 [Movimento Revolucionário 8 de outubro]. Eu ia ao MR8 e dava bronca porque eles queriam combater os comunistas. Nunca tomei partido dentro da coisa ampla. Tratava todos bem, com respeito. A minha posição era conhecida, não precisava de título; aliás, nunca gostei de título, e, hoje, com essa idade, posso falar. Naquela época, era até perigoso se declarar comunista, socialista, esquerdista; mas isso, para mim, nunca teve muito peso. O que tem peso é a ação concreta. Se o cara achar que estou do lado dele, ótimo. Os trabalhadores de Nova Lima que defendi eram comunistas e achavam que eu também era. O mesmo acontecia com os trabalhadores de Nova Lima que eram da esquerda católica. Eu queria era defender os injustiçados. E, defendendo, chegamos lá. Nunca gostei de rótulos. E, com essa crise, é fácil ver que é isso mesmo. O socialismo real já tinha ido para o buraco há um tempo; agora, foi o capitalismo ortodoxo. Então, o que adianta ficar discutindo isso? Para quê? Que exemplo isso é, na verdade? Não é. As pessoas, as posições têm que ser no sentido primeiro do respeito à dignidade humana. E dignidade humana da maneira mais ampla possível. Não de uma dignidade humana individual, de ver o Antônio, o José, mas de enxergar que quem está passando fome, está na miséria, não tem educação, está com a sua dignidade ferida. Quem tem a coerência de se apresentar em

defesa da dignidade humana, dessa maneira ampla e mais plural, não tem que ficar explicando detalhes de nomenclatura. Nunca me intitulei. Todo mundo achava que eu tinha uma posição mais de esquerda e, em face das divisões tradicionais da época, isso era óbvio.

Lembro-me da eleição de 1978, quando, defendendo a Constituinte, falei: “O poder é o povo!”. Em Brasília, meus colegas recriminaram: “Você é doido. Na campanha, você não pode ficar com uma tese política como essa, porque ninguém sabe do que se trata. Temos que ser mais práticos. Insistir nessa frase vai fulminar você”. Respondi: “Se estou fulminado ou não, vamos ver na eleição. Minha tese vai ser essa”. E fiz a campanha toda em cima de “O poder é o povo!”, recitando “Pedro Pedreiro” nos comícios. Passou a eleição, uma semana depois, estava vindo para Juiz de Fora, tinha ido em Brasília resolver umas coisas, recebo um telefonema urgente do pessoal mais ligado ao Rubem Barbosa. Foram todos para meu apartamentinho da rua Santa Rita e, chegando lá, os oito presentes me botaram na parede. Diziam: “Estamos frustrados com você. Você vai se definir socialista ou vamos parar de apoiá-lo. Sua campanha foi um desastre, não mexeu com a política”. E expliquei: “Então, estou em outro mundo, eu na Lua e vocês na Terra, porque o tema ‘O poder é o povo!’ é explicitamente político. Não falei de outra coisa na campanha e vocês acham que fui omissos politicamente? Não entendo mais nada. Vocês me considerem como acham que devem. Vejam a minha conduta, como ajo e se quiserem me considerar socialista ou capitalista que o façam. Não me importo com o título”.

Pinho Neves. Sabemos que, quando o prefeito é eleito, há sempre pressões do partido com referência à composição de quadros. Gostaria de retomar seu primeiro mandato à frente da Prefeitura de Juiz de Fora, que contemplou uma geração promissora, tanto em carreira profissional quanto em carreira política. Como se deu a escolha dos nomes? Penso que tenha sido um desafio realizar essa escolha.

Tarcísio Delgado. Eu não tinha compromissos de campanha, o meu compromisso era fazer uma grande equipe para administrar Juiz de Fora. E, na época, os nomes eram os desses companheiros citados pelo Rubem Barbosa, todos vindos da UFJF, com uma qualificação que considerei interessante. Queria montar uma equipe jovem, para mudar os métodos

políticos da cidade, a fim de acabar com a barganha costumeira. Dois meses depois da eleição de 1983, fui procurado por um vereador de muita expressão, ligado ao nosso deputado Clodesmidt Riani — que não tem qualquer culpa nisso —, que me procurou no gabinete e disse: “Prefeito, eu vim aqui porque você mandou embora fulano de tal, cujo pai é compadre do Riani e meu afilhado de casamento, um companheiro muito bom, e isso criou uma situação difícil”. Ele era presidente da Câmara e eu respondi: “Presidente, a conversa entre o presidente da Câmara e o prefeito deve ser sobre assuntos de interesse do município. Não é o caso. O sujeito foi mandado embora porque roubou e o pegamos em flagrante. Então, acabou; está resolvido. Sobre assuntos de interesse do município, estou às ordens”. E foi embora. Óbvio que, ao chegar à Câmara, deve ter dito aos colegas: “O prefeito agora é diferente”. E a partir daí não se repetiram situações como essa. Tivemos uma convivência muito boa na Câmara, mas numa posição de absoluta independência e lisura. Não tinha esse negócio de toma lá, dá cá; não havia barganha. A questão era cumprir o dever. O meu dever era preparar um projeto e mandar para a Câmara. E o dever de Câmara era rejeitar ou aprovar se achassem que o projeto era importante para a cidade. E convivemos sem o menor problema com a Câmara durante aquele período.

Outro caso que marcou, envolveu nosso companheiro Marcos Kopschitz, da Secretaria de Transporte, que, muito novinho na época, chegou ao meu gabinete desorientado: “Nossa Senhora, estou apavorado. A empresa de ônibus tal mandou esse relógio para mim e não sei o que faço”. Na mesma hora, pensei que em três meses faríamos, em uma festa, a entrega dos prêmios ao melhor motorista e ao melhor trocador da cidade. Então, falei para o Marcos: “Guarda o relógio”. No dia da festa, recomendei: “Marcos, leva o relógio”. Ele levou. Em plena solenidade, com todos os empresários assistindo, acabamos de entregar os prêmios e eu disse: “O melhor motorista do ano vai ter um prêmio extra, porque o senhor fulano de tal mandou um relógio para o meu secretário, que, por estar impedido de receber presentes, vai repassar a peça para o melhor motorista do ano”. Coisas como essa aconteciam e eu enfrentava sem medo. Cada um tem que cuidar da sua obrigação. Esse foi um episódio muito significativo, de dureza, mas que mostrou a honestidade da minha equipe e da gestão.

Rubem Barbosa. Lembro-me do dia em que fui convidado para ser secretário de governo. Estava de passagem por Juiz de Fora e, quando fui à casa de Tarcísio Delgado para lhe dar a resposta afirmativa, ele estava bufando porque se apresentaram a ele para o cargo de secretário de transporte com a única referência de saber dirigir um caminhão. Isso foi para ilustrar o tipo de situação que ele enfrentou nessa primeira gestão como prefeito. Mas minha pergunta é sobre a luta pela democratização. Gostaria de saber sobre sua relação com algumas figuras importantes desse período, como Ulysses Guimarães e Tancredo Neves, ambos emblemáticos daquele período.

Tarcísio Delgado. Foi um momento muito rico, que prova que não é só de ações subalternas que se pode fazer política. No final da década de 80, fui o secretário-geral do PMDB Nacional, em uma diretoria cujo presidente era o doutor Ulysses. O primeiro vice-presidente era Teotônio Vilela; o segundo presidente, Tancredo Neves; o terceiro vice-presidente, Paulo Brossard.

Rubem Barbosa. Era uma elite republicana.

Tarcísio Delgado. Cheguei lá sem fazer maiores concessões. Fui líder da bancada da Câmara, maior bancada da Câmara, na época do cruzado, do real, e tive uma atuação bastante importante porque o líder das maiores bancadas naquela época era eu e Luiz Eduardo Magalhães, do PFL. Juntos, mandávamos no Plenário. O PMDB era a maior bancada, disparado. E o Luiz Eduardo, justiça seja feita, era um cumpridor de palavra no Plenário. Aquilo que combinávamos, sustentávamos. Era uma época em que tínhamos que fazer concessões enormes. Vera Amaral acompanhou um pouco isso, com um político que mais recentemente foi governador de um estado nordestino. Prefiro não citar o nome, mas era deputado, meu liderado na época, que, dentre outras tantas coisas, algumas se tornaram simbólicas, como ficar ao telefone, na minha antessala, vendendo boi e conversando com mulher. Diante da evidência chamei e perguntei à minha secretária: “O que está acontecendo?”. E ela: “Ah, doutor, é um desastre. Ele não telefona no gabinete dele por conta da cota”. Não titubeei: “Por favor, quero pedir ao senhor para não tratar dos seus negócios pessoais no telefone do gabinete”. Nunca mais voltou lá. E não deixei de ser líder por causa disso.

As pessoas, às vezes, deixam de tomar certas atitudes corretas, sérias, porque temem que aquilo possa causar um problema. Eu era diretor geral do DNER [Departamento Nacional de Estradas de Rodagem] e o ministro da Fazenda me chamou para dizer que era preciso liberar um recurso para o Acre, por pressão dos deputados do estado, que estavam revoltados. Falei com o ministro: “Quando o presidente Fernando Henrique Cardoso me chamou para o DNER, custei demais a aceitar, porque não queria isso, não estava a fim disso. Aceitei porque o presidente me disse, pessoalmente, que queria moralizar o DNER e confiava em mim para essa missão”. Como recusar um pedido desses, do presidente da República? Fui. E o ministro me pede para fazer isso. Minha resposta foi clara: “Não posso fazer isso, ministro. Se eu alterar minha cronologia aqui, perco a moral e não consigo fazer mais nada aqui dentro”. O ministro insistiu e quando não teve jeito, disse: “Então o senhor recebe aí, agora, o governador, os senadores e os deputados do Acre?”. E eu: “Recebo!”. Claro que tinha que receber. Foram para o meu gabinete o governador do Acre, três senadores e oito deputados, incluindo uma deputada muito brava. Quando o governador, alterado, levantou para fazer um discurso, falei: “Querida sugerir que tratássemos em voz baixa, porque grito é para quando há perigo. Gritar não é vantagem nenhuma. Não posso fazer nada por vocês. Gritar eu sei também, mas não adianta, vamos conversar”. E ele: “Se o ministro chamar o senhor agora, o senhor vai?”. Disse: “Claro, uma ordem do ministro e eu vou na hora”. E eles foram falar com o ministro, que até hoje não me chamou... Mas, no dia seguinte, o ministro enviou uma ordem de pagamento para que eu assinasse. Diante disso, renunciei, entreguei o DNER e fui embora. Não cedo mesmo, não há emprego que me segure.

Pinho Neves. Dessa turma toda, houve alguém em quem o senhor tenha se espelhado na vida política?

Tarcísio Delgado. Em determinado momento, havia algumas lideranças com quem eu convivia, que nem eram de tanto realce, mas símbolos para mim. Alencar Furtado, que me antecedeu como líder da bancada na Câmara, foi um líder sensacional, que marcava posição. Também gostava muito do Paulo Brossard, que era um grande orador

e fazia todos os discursos que a gente queria ouvir e o fazia de uma maneira que ninguém mais conseguia fazer. Sobre o Teotônio Vilela, não precisa nem falar. A forma como ele caminhou para a morte já disse tudo, foi impressionante.

Naquele período, aprendi que eu era de um grupo autêntico. Inicialmente, meio autêntico; depois, autêntico. Explico: havia um grupo de 22 deputados de oposição conhecidos como Autênticos do MDB, todos remanescentes dos mandatos de 1970 a 1974. À essa época, tive enfrentamentos muito fortes com Ulysses Guimarães, que manobrava o partido junto com Tancredo Neves. Ele era um político muito moderado, muito jeitoso, e eu, muito impulsivo, não achava aquilo muito bom; tanto que o doutor Ulysses, depois, ao escrever a apresentação de um livro meu, disse: “Tarcísio tem uma característica interessante. A sua maior qualidade é o seu maior defeito, ser muito frontal”.

Vera Amaral. Ele disse ainda: “Exatamente por ser muito frontal, é tão respeitado e tão temido”.

Tarcísio Delgado. Nesse texto que citei, doutor Ulysses conclui: “Tão temido, tão respeitado”. Então... tive brigas muito sérias com ele, porque eu era ainda muito jovem, mas nossos debates eram amplos e eu passei a admirá-lo na convivência. Na secretaria geral, ele sempre muito equilibrado nas ações, jeitoso, mas muito determinado nos momentos mais decisivos. Lembro-me de uma situação pesada, em Salvador, que foi impressionante. Estava com ele, que, em meio à multidão e ao aparato militar, gritava: “Abram alas para o líder das oposições! Respeitem!”. Gritava assim, no meio da rua, com baioneta e canhão em todo lado. E ia adiante, nada o segurava. Eu o tinha no retrato do rebelde, que nos dava uma demonstração de civismo incomum, nunca vi mais forte. Na noite em que Tancredo Neves foi internado, na véspera da posse como presidente da República [14 de março de 1985], fomos juntos à missa na igreja de Dom Bosco e, de lá, ele foi direto ao hospital e, logo depois, foi à Câmara e nos convocou. Durante a noite, começou a chegar gente e mais gente, porque os médicos não davam autorização para Tancredo tomar posse como presidente da República, e não sabíamos se daríamos posse a José Sarney, que era o vice-presidente, ou a

Ulysses Guimarães, que era presidente do Congresso. E criou-se um debate em torno disso, na sala do doutor Ulysses, onde cabiam umas 70 pessoas. Muita gente ficou pelo corredor, pelas portas. Paulo Bonavides e Afonso Arinos eram citados, assim como todos os grandes juristas e constitucionalistas. E o doutor Ulysses — lembro direitinho disso —, com todo mundo em pé, total burburinho, ficou o tempo todo quase em uma posição só, o único assentado à mesa, ouvindo. À meia-noite e meia, chega o recado do Palácio dizendo que o João Figueiredo [último presidente do Regime Militar] mandou dizer que se o doutor Ulysses tomasse posse, ele passaria a faixa presidencial, mas não o faria com o Sarney. Tinha havido uma briga recente entre Figueiredo e Sarney. Doutor Ulysses queria muito ser presidente da República, todo mundo sabia disso, tanto que depois foi candidato, e, naquele momento, era só ele dizer sim, que todos apoiariam, inclusive a Força Militar. Então, às quase três horas da manhã, ele se levanta, bate forte na mesa e diz: “Senhores, amigos, não podemos sair do golpe dando golpe. Vamos dar a posse ao doutor Sarney, amanhã, às dez horas”. Penso que foi uma demonstração de grande caráter e civismo, uma grandeza que não é fácil de ver na vida pública.

Vera Amaral. Esse seu temperamento, esse modo de agir o fez ter, na vida pública, um relacionamento especial, original, com a imprensa. Constatei, muitas vezes, que o senhor não contou com a boa vontade dos meios de comunicação, mas conquistou o respeito dos jornalistas. Como sua assessora, tive sempre muito orgulho de ver o respeito dos colegas de profissão para com o senhor, embora tenha tido alguns embates com a imprensa e, em alguns momentos, com alguns jornalistas. Poderia nos falar a respeito?

Ricardo Miranda. Um aparte: Eu era recém-chegado no jornal *Tribuna de Minas*, em 2003, e fui ao gabinete do prefeito para entrevistá-lo, depois de ter feito uma matéria extremamente negativa para a administração municipal. O Tarcísio gritou na minha orelha, desabafou e levantou. Pensei: “Hoje, eu morro!”. Depois, se sentou e perguntou: “O que você quer?”. E eu passei minha pauta, que era sobre herdeiros políticos. Ele deu a entrevista e eu fui para a redação, pensando: “Hoje, eu vou ser demitido, porque o prefeito tanto me xingou, que vai levar o

assunto ao editor, ao dono do jornal”. Isso nunca aconteceu. Absolutamente ninguém ficou sabendo desse embate. Ele foi o único prefeito de Juiz de Fora que até então havia lidado com a imprensa daquela forma. Dou esse depoimento para falar da honestidade do Tarcísio Delgado para com os jornalistas, de resolver o problema face a face com o profissional em questão. E isso é fantástico.

Tarcísio Delgado. Tive alguns embates sérios com a imprensa. Agora, me parece que as coisas correm na mesma linha: coerência e honestidade. Quer dizer, se os jornalistas publicarem alguma coisa da qual eu discorde, vou falar claramente para eles. Nunca telefonei para um editor ou para um dono de jornal a fim de conversar sobre problemas que um jornalista provocou. Sempre resolvi com o próprio jornalista e alguns casos eram sérios.

Deliz Ortis era repórter da Rede Globo e tinha dado uma notícia inverídica no *Jornal Nacional*, me envolvendo. À noite, cheguei em casa, vi aquilo e falei: “Amanhã, vou ter uma conversa séria com ela”. No dia seguinte, quando entrei no salão verde da Câmara, perto do Plenário, encontrei com a jornalista e me dirigi a ela, segurando forte no seu braço: “Ontem, você mentiu no *Jornal Nacional* e nunca mais vai ter como corrigir. Não quero desmentido, porque é ainda pior”. E ela: “Mas mentir eu não menti”. Retruquei: “Estou dizendo que você mentiu. Sempre respeitei opinião. Você pode me criticar, mas não foi o caso. Você mentiu com números”. Houve uma votação no Plenário e ela interpretou a votação equivocadamente. Não lembro dos números exatos, mas era algo assim: o PT [Partido dos Trabalhadores] tinha 46 deputados na época e a votação culminou em 98 votos contra determinada questão. Ela cobriu a votação, mas disse no *Jornal Nacional*: “O líder Tarcísio Delgado e o líder Luiz Eduardo encaminharam voto contra, mas, na verdade, votaram a favor. Só o PT votou contra”. Como, se o PT tinha 46 deputados e houve 98 votos contra? Ou seja, ela mentiu, e os números eram prova disso. Falei: “Você reportou que só o PT votou contra, não foi?”. Ela: “Sim!”. Eu: “E quantos deputados o PT tem na casa? Quarenta e seis. E quantos votos houve contra? Noventa e oito. Então, você mentiu; mentiu contra mim. Se você me conhecesse, na minha origem, você iria saber que não sou homem de encaminhar a votação para um sentido e votar no outro. Você saberia,

mesmo que o número tivesse sido esse. E você me comprometeu porque divulgou em rede nacional uma mentira dessas”. Aí, ela disse: “Ah, você me desculpa, realmente foi uma falha”. Lembro dela falando assim: “Escorreguei no tomate”. Ao que respondi: “Não, você não escorregou no tomate, você escorregou na melancia!”.

E aconteceram outros embates. Vera, minha assessora de imprensa, ficava apavorada, porque os jornalistas, às vezes, tinham feito uma besteira qualquer e ia sair no jornal. “Pelo amor de Deus, cuidado!”, ela recomendava. No DNER, isso era muito comum. Acontecia até com jornalista da *Folha de S. Paulo*. Mas sempre havia o respeito, a discussão franca, honesta, clara, sem que eu recorresse a qualquer outro expediente.

Paulo Nader. Seria importante que nos retratasse não apenas o enfrentamento de natureza partidária, mas em relação à Igreja Católica, com referência à antiga polêmica que houve no Brasil para a instituição do divórcio. Sei que o senhor enfrentou uma situação muito constrangedora em Juiz de Fora e, altaneiro como sempre, se colocou de acordo com a sua consciência, com a sua convicção, e expressou a sua motivação para o voto a favor do divórcio em nosso país.

Tarcísio Delgado. É, esse foi outro episódio bem interessante. Essa situação foi muito difícil para mim, porque o arcebispo da cidade na época havia tomado uma posição muito contrária àqueles que defendiam o divórcio. Enfim, votei a favor do divórcio e votaria outra vez. E o arcebispo foi para o púlpito da Catedral Metropolitana para dizer que aqui em Juiz de Fora tinha um deputado comunista e era preciso ter cuidado com ele, porque estava votando a favor do divórcio. Expor isso, na igreja, foi complicado. Pesquisei sobre o assunto e caprichei para embasar meu voto, abordando a história do cristianismo, indo do início até a defesa que o cristianismo fez da mulher. Foi um amplo embasamento, impossível de repetir em poucas palavras. Lembro que pesquisei a evolução do papel da mulher, saindo da mulher escrava, da mulher coisa, da mulher nada até que o cristianismo começou a defender a mulher. O argumento do arcebispo era que estava escrito na Bíblia, claramente, que “o homem não largará sua mulher para se ligar a outra”. Trouxe a questão para os dias atuais, em

que a mulher larga o homem, e mostrei que tudo mudou, evoluiu. Os direitos são os mesmos. Então, pedi que explicasse isso, biblicamente. Discuti com ele amplamente a partir de um estudo longo e mantive minha posição, óbvio, defendendo a tese de que o divórcio não é um bem, mas é um mal inevitável. Penso que no momento em que já houve a separação de fato, quando as pessoas não conversam mais, não se dão mais, na verdade, já é o divórcio. Por que manter um vínculo forçado, sem uma razão? Que valor que tem esse vínculo legal? Nenhum. Eu gostaria que não houvesse divórcio, que os casais se dessem maravilhosamente bem, mas a realidade não é assim. Essa foi uma discussão muito forte e um desafio que precisei enfrentar.

Tive problemas semelhantes lá atrás, quando me deparei com um general no comando da 4ª Região Militar, dizendo para a tropa formada: “Cuidado que aqui em Juiz de Fora tem um deputado comunista. Vocês não sabem do vínculo dele, mas eu sei”. Fiquei sabendo por um irmão meu, que, na época, estava no Núcleo de Preparação de Oficiais da Reserva [NPOR]. A primeira coisa que eu disse ao meu irmão foi que ele tinha a obrigação de gritar para o general: “O senhor está mentindo! Prenda-me!”. Naquela mesma noite, chegando em casa, apareceu um capitão muito próximo da família — a esposa dele era muito amiga da minha mulher Isa —, e, com muito jeito, veio conversar comigo. Pediu para Isa ficar na outra sala e foi sozinho comigo para uma sala separada, e, com muito sigilo, disse: “Estou aqui porque estou com medo. Não posso falar nada, mas hoje aconteceu isso, isso e isso”. Nessa época, meu ímpeto era ir imediatamente até o Comando para discutir. Como não podia, fui ao meu confessor de então, o padre Pimenta, que me aconselhou: “Não faça nada. Na semana passada, foi caçado o deputado Marcelo Gato [MDB-SP], que tinha discutido com um general. Pode acontecer o mesmo com você. Quem iria ganhar com isso?”. Então, não procurei o general, que mentiu deslavadamente falando em ligações que nunca tive. Nunca tive e não tenho.

Paulo Nader. Complementando essa questão, o voto de Tarcísio Delgado, na Câmara dos Deputados, foi reproduzido por Rubens Limongi França em sua obra *A lei do divórcio*. Ali, tomei conhecimento desse texto de Tarcísio justificando seu voto, e também em um estudo

posterior que fiz e publiquei, transcrevendo um trecho desse depoimento. Achei importante mostrar esse outro lado de Tarcísio como parlamentar, ou seja, como legislador. Penso que as pessoas devam conhecer não apenas o homem político, o homem de partido, mas o homem que tinha ideias, convicções e que soube lutar por elas, enfrentando as adversidades.

Ivan Gaudereto. Tem uma sigla que marcou muito a minha vida profissional e, tenho certeza, também a sua vida política e pessoal. É uma sigla simples, mas poderosa: Amac [Associação Municipal de Apoio Comunitário]. Queria que nos contasse a real motivação que o levou a criar essa instituição. Lembro que você me procurou para dar força jurídica ao projeto. O que está por trás? Seria um pouco do Tarcísio das flores e das praças?

Tarcísio Delgado. A Amac surgiu logo no primeiro mandato, em 1983. Eu tinha assumido a prefeitura e estava desesperado com a miséria que havia em Juiz de Fora. Um dia, eu ia ao BNDES [Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social], no Rio de Janeiro, por conta de um projeto, e, no carro, comecei a meditar. Aliás, em viagens de carro, quando você não está dirigindo, você finge que está cochilando e aproveita para meditar. Comecei a pensar o que poderia fazer para melhorar o sofrimento das pessoas muito carentes. Não havia rede de esgoto em praticamente bairro nenhum. Mal havia no centro da cidade. Nos bairros mais afastados, era esgoto a céu aberto. Não havia rede de água e não se falava em creche em Juiz de Fora. Tinha que enfrentar aquilo e era difícil. Então, na viagem para o Rio, me veio à cabeça criar grupos de solidariedade para que a comunidade ajudasse a criar as creches e a manter as escolas em áreas onde a miséria era muito forte. De volta a Juiz de Fora, convoquei minha equipe para saber o que poderíamos fazer. A ideia era realizar um atendimento social com envolvimento da sociedade, das comunidades, e o caminho foi criar uma entidade, uma espécie de fundação, já que não havia como fazer isso pela administração direta. Na época, com a legislação vigente, foi elaborado o estatuto da Amac, que seria implantada mais à frente. Duas semanas após a viagem, fizemos uma reunião maravilhosa no Centro Cultural Pró-Música, convidando 350 casais de Juiz de Fora, para os quais fiz um

duro discurso: “Vou ser sincero com vocês, porque estamos visitando os bairros todos os domingos e, quando volto para casa às duas horas da tarde, sento à mesa e não consigo comer, porque vejo tanta miséria nos bairros que fico com vergonha dos meus filhos. E vocês não têm vergonha disso na nossa cidade? Não podemos ficar sem fazer nada, aqui no asfalto, sob a luz de mercúrio, com todo conforto, sendo que a Vila Olavo Costa, a 300 metros, tem crianças passando fome, passando necessidade!”. E aí propusemos a criação de seis grupos de solidariedade: Pró-criança, pró-creche, pró-energia, pró-habitação, pró-educação e pró-alimentação. Entregamos o projeto aos casais e, ali mesmo, decidimos que cada grupo iria se reunir, na semana seguinte, em determinado lugar da cidade. Cada casal definiu o grupo de solidariedade do qual iria participar, e, ao final do encontro, recolhemos os boletins. Os grupos que avançaram mais rápido foram o pró-criança e o pró-creche. Vários casais escolheram o pró-escola e se tornaram padrinhos das escolas de periferia. Funcionava assim: um casal juntava outros dois, quatro, cinco casais, que apadrinhavam uma determinada escola com a obrigação de cuidar daquela estrutura.

Sobre o pró-criança daria para ficar falando horas. Na época, nos mobilizamos em torno de meninos que já eram delinquentes nas ruas. Queríamos acolher e não recolher esses garotos. E assim foi. A reunião com os meninos de rua foi comovente, e conseguimos tirar vários dessa situação de risco. Entre vários exemplos, havia o do Marquinhos, que tinha 14 anos. Lembro quando dois policiais me procuraram, no gabinete, e disseram que havia um menino perigoso: “É novinho, mas já é líder de grupo. Cuidado, porque amanhã ele pode até arrombar a sua casa”. Respondi: “Seja como for, vamos continuar trabalhando com ele”. Esse mesmo menino, na minha última campanha para prefeito, chegou com a esposa, a filhinha de sete e o filhinho de quatro anos, e ainda levou vários colegas para participar da nossa reunião, dando um testemunho de como suas vidas mudaram com o programa. Foi emocionante.

Estou citando tudo isso para chegar à conclusão de que precisávamos ter uma entidade como a Amac. Recordo de um dono de empresa de construção que me disse: “Vou doar um trator velho, que não vale nada, mas com uns 800 quilos de ferro para vender e apurar algum

dinheiro para suas creches”. Na administração direta, eu não podia receber sem abrir uma licitação. Como eu ia fazer? Que dinâmica eu poderia usar? Pois bem, a Amac recebeu, vendeu para o ferro velho e conseguiu o dinheiro. Este foi um caso entre mil que aconteceram. Naquele mandato, abrimos 22 creches, que devem ser as que existem hoje em Juiz de Fora.

Bem... Ivan, com a sua capacidade e a sua dedicação conseguimos o estatuto da Amac. Votamos, a Câmara aprovou e essa é a mais extraordinária organização de atendimento social do Brasil. É fato que estava passando por problemas que precisam ser resolvidos, questões legais, porque as leis mudaram. Não há uma instituição que tenha feito o que a Amac fez no passado, na área social. Isso eu posso afirmar, porque andei o Brasil inteiro, testemunhei experiências maravilhosas, mas nada do tipo da Amac, com aqueles resultados. É uma instituição que viabilizou a participação comunitária na administração municipal, permitindo que a sociedade se aproximasse dos problemas, mesmo não tendo uma identificação política conosco, e ainda assim assumindo o projeto com entusiasmo. Foi uma loucura. E a esse movimento se agregaram outros, como os mutirões aos domingos.

Rubem Barbosa. Os mutirões eram motivo de muita crítica.

Tarcísio Delgado. É verdade. As críticas eram em relação aos trabalhadores. Eu chegava nos bairros onde o esgoto corria a céu aberto e falava: “Meu amigo, o dinheiro da prefeitura que posso investir é pouco, o suficiente para um quilômetro de encanamento. Se vocês trabalharem junto conosco, talvez possamos fazer o bairro todo”. E eles topavam, tanto que fizemos mutirões incríveis. Lembro que, em um congresso em São Paulo com prefeituras do Brasil inteiro, um prefeito do interior de São Paulo expôs, como exemplo, o mutirão que havia feito no caso específico de canalização de esgoto. Ele tinha conseguido 13 quilômetros de rede de esgoto em mutirão. O pessoal do Ibam [Instituto Brasileiro de Administração Municipal] ficou encantado. Quando o prefeito acabou de falar, disse-lhe: “Olha, quero cumprimentá-lo, porque sei como é difícil fazer rede de esgoto em mutirão. Em Juiz de Fora, fizemos 129 quilômetros”. O pessoal do Ibam desconfiou. Assim que terminei de falar, o representante do instituto tomou a palavra: “O

senhor tem que ter cuidado com esse relatório de prefeito, porque vir aqui falar é fácil”. Não titubeei: “Pela ordem, o senhor está intimado a ir à Juiz de Fora, com um grupo do Ibam, para confirmar a informação. O senhor pode chegar lá no dia e na hora que quiser, e vou lhe mostrar a relação de mutirões realizados aos domingos. São mais de 70 frentes de trabalho, que podem ser escolhidas à revelia”. Quinze dias depois, apareceram em Juiz de Fora dois carros com três técnicos em cada veículo. Escolheram visitar uns três ou quatro lugares. Por azar deles, marcaram no Retiro, onde estávamos fazendo uma obra pesadíssima em um córrego podre, em que o esgoto corria junto com o curso d’água, uma coisa horrorosa. Quando chegaram lá, viram o pessoal todo trabalhando em mutirão. E foi assim em todos os lugares que escolheram. “Mas não é possível, prefeito, esse pessoal todo empenhado.” Pois é, fizemos quase 200 quilômetros acabando com o esgoto a céu aberto. Cheguei no Parque Independência, próximo ao Grama, um bairro já bem grande, onde não havia 50 metros de esgoto na rua. Pensei: “Como vou fazer com isso?”. Era fim de governo, não havia recursos. Em alguns lugares, os mutirões foram muito bem, mas em outros, nem tanto. Não era uma experiência homogênea, mas funcionou.

Agora, para responder aos críticos. Diria que, até então, nunca havia acontecido um movimento envolvendo de tal forma a comunidade, criando um ambiente como o mutirão. Se você fosse acompanhar os trabalhos, via que as pessoas estavam todas envolvidas de fato, os homens escavando a terra para colocar a manilha do esgoto, enquanto as mulheres estavam em casa fazendo um fresco, preparando o almoço para a turma. Eu comparecia como prefeito, almoçava com os trabalhadores; participava para criar aquele ambiente em que vizinhos que nem se conheciam antes começavam uma relação de amizade. Fizemos um ambiente de verdadeira comunidade. Acabamos com o problema do esgoto a céu aberto. Já mais recentemente, entramos em um programa de tratamento do rio Paraibuna, que, infelizmente, não foi adiante.

Ricardo Miranda. No seu livro *A história de um rebelde* há uma metáfora sobre o velho jequitibá. O senhor seria, hoje, o velho jequitibá da política de Juiz de Fora, no sentido de que, embora se mantenha forte, vem perdendo os galhos, que vão se tornando outras lideranças.

Tarcísio Delgado. Primeiro, não estou querendo ser velho. Isso que você citou é natural. Começamos lá atrás, no bipartidarismo, onde todos nós estávamos reunidos por realização e até por circunstâncias. Depois, as lideranças começaram a caminhar para outras opções. O PSDB, que se originou do MDB, saiu em uma hora que, se eles seguram por mais quatro ou cinco meses, como eu queria, hoje eu estaria no PSDB, porque era uma proposta, na época, muito interessante, bonita e que me encantava. Mas eles foram precipitados, quiseram formar um partido antes da eleição de 1988, enquanto eu queria ganhar a eleição e depois formar um partido. Eu era estreitamente ligado a Pimenta da Veiga, que, em Minas Gerais, era o líder maior que tínhamos; e Mário Covas era uma grande liderança nacional. Mas se o PSDB foi uma proposta precipitada ou não, pouco importa, porque grave é o que vem ocorrendo mais recentemente com os chamados partidos de negócio, em que um partidinho surge como moeda de troca, de barganha, uma coisa nojenta.

Vera Amaral. Acredito que o senhor sempre será lembrado como prefeito de Juiz de Fora; por isso, pergunto: qual é o grande legado que deixou para a cidade? De tudo que fez, o que o gratifica mais?

Tarcísio Delgado. Quando deixei a prefeitura, em 2004, Juiz de Fora era uma cidade florida, com crianças sorrindo. Desde esse tempo (2004), a cidade continua sem flores e sem nada para as crianças. Penso que o meu forte foi investir na educação, principalmente no que diz respeito à criança mais desvalida.

Pinho Neves. Poderia nos fazer uma comparação entre o primeiro, o segundo e o terceiro mandato como prefeito? Sinto, quando o senhor fala do primeiro governo, um grande entusiasmo, uma paixão pela renovação que o senhor impôs na cidade. Não só sob o ponto de vista administrativo, mas do ponto de vista do contingente humano que o senhor utilizou. Penso que isso vem no rastro dessa primeira administração. E, na segunda e na terceira administrações, que foram oito anos seguidos, tive a oportunidade de participar de ambas, constatando outras grandes inovações. Comparar o primeiro, o segundo e o terceiro períodos do seu governo como prefeito seria conveniente como depoimento de memória, a partir do seu olhar já distanciado desses tempos.

Tarcísio Delgado. O primeiro amor a gente nunca esquece; mas a questão é que o primeiro mandato foi realmente um grande desafio. Era um prefeito de meia-idade e minha equipe toda era muito jovem. Juntos, tínhamos a determinação de mudar a cidade. Quando fiz a última reunião antes da posse, reuni o secretariado para dar a minha linha de administração e falei algo que causou profunda estranheza em alguns dos companheiros vindos da área acadêmica e, portanto, mais cuidadosos nos termos usados. E teve uma hora em que falei assim: “Na minha administração, não pode roubar e nem deixar roubar”. Disseram: “Puxa, o prefeito precisa falar isso com o seu secretariado?”. Retruquei: “Não quero saber, isso precisa ficar claro para todos!”. Confiava em todos, mas, na vida pública, é preciso ser honesto e mostrar que é. Na vida particular é diferente, azar de quem quiser criticar. E dizer isso, assim, naquele dia, foi frontal, causou arrepios.

Em 1997, na segunda administração, assumi a prefeitura falida, sem recursos para nada. Não havia sequer dinheiro para pagar os servidores. Era um desafio desesperador. Não havia como fazer nada, mas não cruzei os braços. Um ano antes, tinha ouvido falar de um encontro sobre plano estratégico, em Istambul, mas não pude ir. Em março de 1997, fui parar em Barcelona para procurar o consultor do plano estratégico de lá. Conversamos e fizemos o plano estratégico de Juiz de Fora. Justamente no período em que tínhamos muito pouco, preparamos e fizemos aquele movimento enorme em torno do plano estratégico, com o envolvimento de muita gente. Como a prefeitura não tinha dinheiro, criamos o Conselho Mantedor do Plano Estratégico com o apoio de empresas da cidade. Justiça seja feita, bem ou mal, mas 20 empresas financiaram o plano. Só pudemos trabalhar de fato a partir do terceiro ano de mandato, enfrentando o problema de trabalhar em fim de governo. O pessoal falava: “Ah, estão trabalhando agora porque vem a eleição”. Era um dilema; antes eu não podia fazer alguma coisa, e quando foi possível fazer, era acusado de estar fazendo porque era eleição. Mas a verdade era que não tinha feito antes porque não havia como. Ainda assim, preparamos o plano estratégico, e penso que a minha reeleição, em 2000, aconteceu porque a cidade apostou no plano.

Nós apresentamos o plano estratégico e nos preparamos para operacionalizá-lo, trabalhando para tornar a cidade mais atrativa, o que era um dos vetores do plano. E fizemos uma cidade florida, que encantava os visitantes. Viajamos ao exterior e vimos os elogios. Foi uma mudança marcante para a cidade. O outro vetor era que nos transformássemos em uma cidade educadora. Conseguimos que viessem para Juiz de Fora oito novas universidades, ampliando a rede de ensino superior. Hoje, a cidade é essa coisa de jovem, porque tem escola para todo mundo. Ainda como um vetor, era reforçar Juiz de Fora como o centro da Zona da Mata, a ponto de criar um plano estratégico regional, indicando várias atividades, inclusive na pecuária. Trabalhamos e conseguimos recursos. Houve até uma consultoria italiana, que apresentou um projeto para o plano estratégico regional.

O entusiasmo do primeiro mandato foi especial, porque eu estava chegando com um grupo muito jovem, mas houve entusiasmo também no segundo e no terceiro, com desafios diferentes, mas igualmente importantes.

Pinho Neves. O senhor poderia nos dar sua opinião sobre a questão cultural nos seus mandatos como prefeito?

Tarcísio Delgado. Na área de cultura, Juiz de Fora simplesmente foi, durante três anos seguidos, a coordenadora do setor cultural das Mercocidades. E fomos várias vezes ao exterior para que isso fosse possível. Mas você tem os pormenores e poderia complementar melhor os dados.

Pinho Neves. Gostaria de retomar um período anterior, o do primeiro mandato. Existem referenciais de cultura na cidade e é impossível não citar o Museu Mariano Procópio, o Cine-Theatro Central e o Centro Cultural Bernardo Mascarenhas, uma conquista possível a partir de um movimento popular apoiado pela classe cultural e concretizada pela vontade política. Poderia nos falar um pouco sobre isso?

Tarcísio Delgado. Primeiro, o Cine-Theatro Central. É preciso dizer que, no meu primeiro governo, os franceses eram proprietários do prédio e vieram a Juiz de Fora propor jogar o teatro no chão para construir um arranha-céu com uma grande sala no térreo. Apresentaram uma maquete linda. E eu os levei ao Conselho Comunitário Mu-

nicipal, outra criação nossa, maravilhosa, da qual faziam parte todas as entidades de bairro. Falei, sabendo que não aceitariam o projeto: “Se o Conselho aprovar, aceito”. Feita a votação, ao invés de os franceses se retirarem, eles insistiram. Com isso, o recurso foi decretar a desapropriação do Cine-Theatro Central. Talvez isso tenha passado despercebido, mas é história. Desapropriei sem dinheiro para pagar e o fiz para criar um impasse. Com o processo de desapropriação fui a Brasília encontrar o então ministro da Cultura, o grande Celso Furtado, um homem maravilhoso, mas que não queria nada com o Ministério da Cultura. Custou a me ouvir e percebi que a conversa não iria para frente. Entretanto, ao desapropriar, criamos um impasse que, em seguida, já no governo do prefeito Custódio Mattos, com Itamar Franco como presidente da República e o professor Murílio Hingel como ministro da Educação, proporcionou a aquisição do Central.

Quanto à antiga fábrica Bernardo Mascarenhas, em meu primeiro mandato houve a campanha com o slogan “Mascarenhas meu amor”. Fizemos a primeira restauração e, depois, durante o primeiro mandato do prefeito Alberto Bejani [1989 a 1993], parte do prédio pegou fogo [12 de setembro de 1991]. E aí nós voltamos [1997], Pinho Neves, e você teve uma atuação maravilhosa à frente da Fundação Cultural Alfredo Ferreira Lage [Funalfa], quando fizemos uma restauração de qualidade. Anteriormente, tínhamos feito um bom trabalho, mas muito precariamente em função da falta de recursos. Entregamos à cidade um espaço cultural que não é comum em uma cidade do interior e mesmo em algumas capitais. Há poucos espaços tão amplos e tão interessantes como o da Mascarenhas e que poderiam ser melhor utilizados.

Sobre o Museu Mariano Procópio, é importante dizer que o incluímos no projeto do plano estratégico, com previsão de um financiamento junto ao BNDES para reforma no valor de 5 milhões e 600 mil reais. Não sei se aproveitaram ou não, mas sei que também estava nesse plano o projeto de financiamento para a despoluição do rio Paraibuna.

Pinho Neves. Penso que vale a pena registrar, na questão da cultura, que não havia em seu mandato só a preocupação com as edificações,

com o patrimônio histórico da cidade. O prefeito Custódio Mattos tem o mérito por ter criado a Lei Municipal de Incentivo à Cultura, a Lei Murilo Mendes, que herdamos com um valor pequeno em relação ao que realmente concedemos na sua administração. É importante dizer que, ao final de oito anos [1997 a 2004], a Lei Municipal de Incentivo à Cultura, tirando um ano de crise na prefeitura, cresceu gradativamente e de tal forma, que, em 2004, deixamos a lei com um milhão de reais. Foi o último recurso aplicado na Lei Murilo Mendes que possibilitou a todos os produtores uma série de realizações culturais. Quero deixar isso registrado porque é muito importante ressaltar que seu governo não tinha só a preocupação com a memória, mas com a de compartilhar recurso público, mesmo em um programa criado por outro prefeito, aprimorando os critérios.

Paulo Nader. Como homem público, Tarcísio Delgado teve uma experiência muito larga em várias frentes. Para efeito de depoimento, falta uma análise de sua atuação como deputado estadual.

Tarcísio Delgado. Primeiro, fui vereador e, já no primeiro ano [1966], fui presidente da Câmara. Naquela época, a presidência era anual. É importante relatar que o vereador de então não tinha nenhum tipo de remuneração. Se o vereador tivesse que ir a Belo Horizonte para tratar de algum assunto da cidade, ia por conta própria. No terceiro ano, começou a ter uma pequena remuneração para vereadores de cidades com mais de 200 mil eleitores. Presenciei uma discussão sobre Juiz de Fora ter ou não essa população. Eram tempos difíceis, mas as reuniões na Câmara eram noturnas e eu as conciliava bem com o trabalho no escritório e as aulas que ministrava.

Lembro de um vereador muito jeitoso, que arranjou uma forma de os vereadores receberem algum tipo de remuneração, mesmo contra o que determinava a Constituição, cobrando pelas sessões extras, e eu me posicionei dizendo que aquilo não era legal. Éramos 15 vereadores e avisei: “Não concordo em receber. Se é ilegal, não recebo”. Com isso, houve uma sessão e me chamaram no gabinete do presidente. Os 14 vereadores estavam lá e um deles disse: “Se você não receber, vai atrapalhar tudo. Está tudo acertado, nós já vamos receber”. Uns três vereadores tinham feito um discurso como eu, também contra, mas

já estavam concordando em receber. Reiterei: “Não vou receber”. E eles: “Mas então não vamos poder requerer mais, porque vai dar um escândalo danado”. Disse: “Problema de vocês”. O que aconteceu? Ao não querer receber, criei um constrangimento para todo mundo e não houve a imposição daquela ilegalidade. Então, na Câmara foi isso. Em um momento muito difícil, entre 1967 e 1968, com toda aquela crise mundial, uma coisa terrível, cumpri minha obrigação.

Lembro-me de outra questão impactante, já como deputado estadual, à época do acordo de interesse para a construção da Usina Hidrelétrica de São Simão, que envolvia uma concorrência internacional, ganha pela Mendes Júnior, mais tarde desclassificada para que a Impregilo, que era subsidiária da Fiat, assumisse como construtora. A Mendes Júnior venceu a concorrência, mas a Impregilo era o “troco” que eles estavam dando para a implantação da Fiat em Minas Gerais [1976]. Só eu conhecia os detalhes da negociação, então, pedi a ajuda de um funcionário da Assembleia, que era muito dedicado, para me aprofundar na questão. Preparamos um estudo completo sobre tudo o que esse acordo envolvia, destrinchando item por item do processo, o que ia de encontro ao que se poderia chamar de interesse nacional. No final, levei 78 perguntas até a Assembleia, para que João Camilo Penna respondesse. Ele era o secretário estadual da Fazenda [1975 a 1979], um homem muito correto, cuja retidão posso testemunhar. Havia requerido o comparecimento dele, e quando me deram a palavra para os questionamentos, falei: “Tenho 15 minutos para fazer as perguntas necessárias e esse tempo é muito pouco; então vou usar apenas três minutos para dizer que, neste momento, já estão sendo distribuídas ao secretário, aos seus auxiliares, a todos os deputados e à imprensa, as 78 perguntas que fiz sobre o processo e João Camilo Penna vai responder”. Ficamos na Assembleia por mais de nove horas debatendo o assunto. Ele, que era um homem muito sério, bem preparado, saiu literalmente chorando da sessão. No dia seguinte, no meu gabinete, recebo um telefonema dele: “Querida lhe fazer uma visita. O senhor pode me receber?”. Respondi: “Na hora em que o senhor quiser”. E ele: “Vou para aí agora”. Fiquei aguardando e ele chegou, pedindo para ter uma conversa sigilosa. Falou: “Deputado, o senhor ontem me emocionou muito, porque os seus questionamentos não têm resposta, mas quero dizer que esta é uma questão de Estado e eu queria lhe dar uma satisfação”. Ele teve a dignidade de ir lá expor a situação.

Ainda na Assembleia, outra atuação muito importante foi sobre a mineração em Minas Gerais, à altura da cidade de Raposos, onde havia uma grande exploração de minério feita em condições insalubres, comprometendo a vida dos trabalhadores. Foi preciso estudar a situação e denunciar seriamente. Como deputado estadual, de 1971 a 1974, fui considerado pelo Centro de Cronistas Políticos e Parlamentares da Assembleia de Minas Gerais um dos dez melhores deputados do ano, por três vezes. E considerado o melhor de todos, uma vez.

Rubem Barbosa. Dada a sua ampla experiência política e tendo em vista a proximidade de uma nova eleição presidencial [2010], com o aparecimento do nome de Dilma Rousseff, como o senhor está vendo o futuro no que diz respeito a alternativas para um aprofundamento da democratização do Brasil?

Tarcísio Delgado. Não estou muito otimista. Ao contrário, estou bem pessimista com o quadro do Brasil para o futuro em curto prazo, período de talvez um quinquênio, do próximo governo até atingir o outro. Estou achando bem complicado, razão pela qual ando, inclusive, muito preocupado. Tenho meditado demais a respeito e ficado muito frustrado com o uso do poder econômico nas eleições no Brasil. Quanto mais leis eles fazem proibindo, mais violento vem o poder econômico. E vem por meios incontroláveis. No Brasil, é mais complicado, porque isso se dá mais ou menos na linha dos Estados Unidos, o que é lamentável. As grandes corporações financiam os candidatos, e, aqui, o fazem com limites muito sérios, alimentando o chamado caixa dois, indiretamente. O candidato que quiser fazer uma coisa séria acaba não conseguindo, porque a obtenção de recursos é difícil. As empresas, as corporações não querem dar dinheiro registrado, oficial. Por quê? Porque o dinheiro registrado de acordo com a lei pode ser um argumento contra elas no futuro. Alguém divulga que a empresa tal doou tanto — como se fosse um crime — e aí ela tem que se virar. Nenhuma empresa quer ser fiscalizada o tempo todo e acaba por ajudar o candidato de forma ilegítima. Não vejo controle para essa ilegitimidade.

Rubem Barbosa. E quanto ao financiamento público?

Tarcísio Delgado. Sou favorável a que haja, minimamente, uma igualdade que parta de certo patamar. Hoje é o seguinte: o candidato que não tem recursos próprios e que não se vincula a essas corporações não vai conseguir dinheiro para campanha. Então, estamos caminhando para uma realidade não de democracia, mas de plutocracia, de aristocracia. O sistema que eu defendo como ideal é a democracia popular, participativa, a democracia em que o povo define seus governantes e os governantes vão governar em nome desse eleitor. Mas não vejo como alcançar isso. Todas as candidaturas estão envoltas em poder econômico e todo tipo de amarração. As grandes corporações estão cada vez mais poderosas. Estou muito angustiado com esse problema da democracia. Sou, quero ser democrata, quero o governo do povo para o povo, e quero isso de uma maneira muito simples: que o eleitor conheça seus governantes. Hoje, o eleitor não está escolhendo governante nenhum. As coisas se decidem por si. É a cúpula que decide tudo. É Aécio Neves com José Serra, é Dilma Rousseff com não sei quem; é a cúpula decidindo. Quando se registram os candidatos, a eleição está decidida. Não tem quem possa fazer frente a esse esquema. O sujeito é nomeado pela imposição do poder econômico. Estou muito apavorado com esse negócio do poder econômico. É assim na democracia brasileira, mas não é só no Brasil que isso acontece. E não bastam as leis, porque o pessoal arranja jeito de contornar a legalidade. Não vejo uma saída. Seria o caso de quebrar a cabeça para descobrir alguma forma de fiscalização mais eficaz. Essa é a regra. Claro que há exceções.

Ricardo Miranda. O que leva um político a ser três vezes prefeito de uma cidade e tentar uma quarta vez? Isso tem a ver com a cidade ou é pessoal?

Tarcísio Delgado. Tem a ver com a cidade, obviamente, e com os companheiros políticos de toda uma história. Você, como repórter, me ouviu algumas vezes e sabe que resisti até quando pude. Não era meu propósito pessoal ser candidato a prefeito, não queria ser. Não me preparei para ser candidato a prefeito pela quarta vez. Aliás, não me preparei para nenhuma eleição, as coisas foram surgindo. Dessa última vez, resisti muito à candidatura, muito mesmo. Tentamos composições para evitar de eu ser candidato, mas chegou ao ponto que não tinha. Foi grande a pressão

para que fosse candidato. Foi uma coisa do partido e dos companheiros. E respeito isso, assim como a cidade. Respeito a cidade e acredito que pude fazer a cidade melhorar, principalmente na minha primeira administração, que, ao meu ver, foi a melhor.

Pinho Neves. Ibsen, em *Carta Passarge*, diz: “Viver é lutar contra os demônios do coração e do cérebro. Escrever é pronunciar sobre si o último julgamento”. Ao acompanhar a criação de *Anna com dois enes* e *A história de um rebelde*, sinto que existe um escritor Tarcísio preferindo um olhar sobre o outro Tarcísio, que guarda livros, que é político. Assim, pergunto: qual seria o próximo passo e o próximo olhar do escritor sobre si mesmo?

Tarcísio Delgado. Como disse antes, gosto de escrever. Escrevo todos os dias, qualquer coisa, pequenos artigos para postar no *blog*, pequenos comentários. Já fiz de tudo. Creio que tenho um temperamento bastante inovador, para o bem e para o mal. Não consigo ficar parado, estou sempre buscando algo. Herdei isso da minha mãe, que era uma lavradora alfabetizada, autodidata, uma pessoa muito ativa. Você chegava para visitá-la e nunca encontrava a casa do mesmo jeito. Ela sempre mudava algo, fosse na sala ou no jardim. Aos 92 anos, todos os dias ela mudava alguma coisa, não conseguia manter nada parado. Sou assim, e isso se reflete também na escrita, pois estou sempre querendo escrever algo novo. Não se assustem se aparecer uma maluquice qualquer aí para frente.

Rubem Barbosa. O senhor acha que foi melhor político ou jogador de futebol?

Tarcísio Delgado. Difícil de responder.

Ivan Gaudereto. Melhor no Executivo ou no Legislativo? Sempre tive essa questão comigo.

Tarcísio Delgado. Difícil. No Executivo, é possível realizar mais de forma concreta, sentir mais a massa na sua mão. No Legislativo, é uma coisa meio solta; você é mais um, você pode dar o exemplo, mas é um pouco diferente. Penso que acabei me entusiasmando mais pelo Executivo.

Ricardo Miranda. Quem foi o grande adversário político?

Tarcísio Delgado. Talvez o Mello Reis [Francisco Antônio de Mello Reis], por ter me derrotado na primeira eleição que disputei para prefeito [1976]. Depois, ele se tornou meu amigo, uma pessoa com a qual me dou muito bem.

Paulo Nader. Tenho para mim que o acaso o levou à política. Penso que o senhor tem potencial extraordinário para brilhar no campo do Direito e o acaso o tirou desse caminho. Acredito que o senhor se identifica muito mais com a cultura jurídica, com a atividade acadêmica que pouco chegou a exercitar. Está latente o Tarcísio acadêmico, jurista, escritor, professor, embora toda sua trajetória tenha sido brilhante, capaz, correta, coerente, digna.

Tarcísio Delgado. Você acertou inteiramente. Minha grande vocação é o Direito. De fato, me desviei e fui para o campo da vida pública. A pessoa que tem uma grande vocação para o Direito já tem meio caminho andado para fazer uma vida pública mais séria, mais coerente. O meu grande encantamento, porém, é o Direito, sem dúvida nenhuma.

Vera Amaral. Resgatando uma conversa de algum tempo atrás, diria que, para o senhor, a maior virtude é a coragem. É isso mesmo?

Tarcísio Delgado. Exato. Ulysses Guimarães falava muito que a coragem era a maior das virtudes. A coragem realmente é importante. Por quê? Porque, à falta dela, você não realiza as outras virtudes. Certo? As outras são magníficas, mas se você não tiver coragem para sustentá-las... A coragem acaba sendo definidora até para que você exercite as outras virtudes.

Pinho Neves. Como estamos na casa de Murilo Mendes, vou usar de uma frase do poeta para indagar sobre a cidade. Sobre o início do século XX, no livro *A idade do serrote*, afirma que Juiz de Fora “naquele tempo era um trecho de terra cercado de pianos por todos os lados”. Sabendo do amor que o senhor possui por essa cidade, indago: qual é o seu olhar sobre a cidade?

Tarcísio Delgado. Juiz de Fora é uma cidade diferenciada em Minas Gerais. Para mim, é uma cidadezinha, com um marco diferencial

da urbanização mineira, da urbe mineira. Por quê? Primeiro, porque, lá atrás, ela foi a encruzilhada para o interior. Quem vinha do Rio de Janeiro até aqui, saía para a Zona da Mata, para o Sul de Minas, cruzando a cidade. Eu diria que ela foi a grande encruzilhada, o que a fez se desenvolver de forma tão grandiosa no final do século XIX e no início do século XX.

Esta é uma cidade que foi fundada por um alemão [Heinrich Wilhelm Ferdinand Halfeld/Henrique Guilherme Fernando Halfeld], já com a influência da cultura europeia. Ele veio ao Brasil para fazer o balizamento do rio São Francisco, um serviço sensacional, uma beleza, e, ao final, veio trabalhar no Caminho Novo, quando Juiz de Fora ainda era uma vila de poucas casas, sob o domínio dos Tostes, família com a qual acabou se relacionando e, por conseguinte, casando com uma das filhas. Daí veio a fundação da cidade.

O próprio Plano Howyan, do século XIX, mostra a influência dessa cultura europeia, com o engenheiro francês Gregório Howyan elaborando um projeto urbanístico fantástico, o primeiro plano diretor de água e esgoto da cidade. Qual a cidade que tem um negócio desses? Não tem. Por tudo isso, Juiz de Fora é uma cidade diferenciada culturalmente em todo o estado. Ela tem uma marca própria e muito expressiva. É a melhor cidade do mundo, porque é a minha cidade.

Pinho Neves. Para encerrar, gostaria de agradecer, em especial, ao Tarcísio Delgado, dizendo que todos os que, de alguma forma, acompanharam sua trajetória política devem se orgulhar de ter tido essa oportunidade, que foi de crescimento pessoal e profissional, de compreensão da política como instrumento de transformação benéfica, social e economicamente, para a população. Agradeço também aos entrevistadores e ao público que nos prestigiaram. Boa noite.

Entrevista concedida ao projeto Diálogos Abertos, em 19 de maio de 2009, no Museu de Arte Murilo Mendes. Entrevistadores: Ivan Gaudereto, José Alberto Pinho Neves, Paulo Nader, Ricardo Miranda, Rubem Barbosa, Vera Amaral.

DIÁLOGOS ABERTOS 5 foi composto na fonte Perpetua, o miolo impresso em Polen Bold 90g e a capa em Cartão Trucard 300g, sendo a impressão de 500 exemplares executada pela Gráfica Brasil para a Universidade Federal de Juiz de Fora, Pró-reitoria de Cultura e Museu de Arte Murilo Mendes, em setembro de 2016.



M. DE LOURDES J. SETTE LEDANA

O quinto volume da série *Diálogos Abertos* tem a honra de lançar sua luz sobre as trajetórias de Affonso Romano de Sant'Anna, José Sette, Leda Nagle, Maria de Lourdes Abreu de Oliveira e Tarcísio Delgado, personalidades com estreitas ligações com Juiz de Fora e cujas ações se fizeram relevantes para os rumos da política, da economia, do comportamento e das artes em geral, desencadeando uma sequência promissora de valores e propostas nos diferentes segmentos em que se firmaram. As experiências aqui focadas deixam de ser simples recordações para estabelecer um rastro de reflexões sobre as possibilidades de se traçar, através de uma linha passada, estratégias para a construção de um futuro melhor.

Agência Brasileira do ISBN

ISBN 978-85-62136-34-4



9 788562 136344

REALIZAÇÃO

ufjf | PRÓ-REITORIA DE
CULTURA